

Defesa Nacional



GOSTO
1955

NÚMERO
493

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1955/1958

Diretor-Presidente

Gen. Rafael Danton Garrastazú Teixeira

Diretor-Secretário

Ten.-Cel. João Baptista Peixoto

Diretor-Gerente

Ten.-Cel. João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Gen. Benjamin Rodrigues Galhardo

Gen. Djalma Dias Ribeiro

Conselho Fiscal

Gen. Nizo de Viana Montezuma

Cel. Aurélio Lyra Tavares

Cel. Aguinaldo José de Sena Campos

Suplentes

Cel. Augusto Fragoso

Cel. Antônio Carlos de Silva Muricy

Maj. Nilton Freixinho

30
1955

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 1955

N. 493

SUMÁRIO

	Págs.
A glória de Caxias — Dr. Pedro Calmon. Homenagem ao patrono do Exército, em cujo aniversário a 25 de agosto se comemora o "Dia do Soldado"	3

CULTURA PROFISSIONAL

Os fatores políticos e os problemas militares — Artigo do Gen. Sir Richard N. Gale, publicado na revista britânica "Journal of the Royal United Service Institution"	7
A geografia militar — Artigo do Cel. Moullmier, traduzido da "Revue Militaire d'Information", pelo Major Fernando A. Moreira Barbosa	15
O desenrolar de uma batalha atômica — Artigo do Lieut. Col. Miksche, traduzido da "Revue de Defense Nationale", pelo Cap. Egon de Oliveira Bastos	25
A psicotécnica nas forças armadas — Major Ayrton Rodrigues Xerez	37
Criação do Serviço de Agronomia do Exército — Sugestões do Cap. Copérnico de Arruda Cordeiro (Engenheiro agrônomo)	41
Mensagem aos artilheiros — Carta do Cel. Joseph Weller, antigo membro da M.M.F.	53

CULTURA GERAL

Produtividade — Professor Engênio Gudín	55
Valorização da amazônia — Desembargador Vieira Ferreira	75
Páginas de glória da nossa engenharia Militar — Conferência do Cel. A. de Lyra Tavares no Inst. de Geografia e História Militar do Brasil	79
Higiene e segurança industrial — Ten.-Cel. Waldemar de Lima e Silva (aula inaugural da cadeira na Escola Técnica do Exército)	83

DIVERSOS

Uma pretensa volta ao passado — Opinião do Professor Castro Barreto, sobre o problema de imigração	91
A Composição do Congresso Nacional — Colaboração do Gen. Floriano Peixoto Keller	95
"A Defesa Nacional" acompanha as necessidades do Exército. Honroso parecer sobre a nossa revista — Major Francisco Ruas Santos, da Div. de Geografia e História do E.M.E.	97
A despedida do Exército ao Gen. Fiuza de Castro. Aviso Ministerial a respeito do ilustre chefe	101
General Fiuza — Apreciação feita pelo Gen. M. Inácio Carneiro da Fontoura Barão de Parima, o esquecido — Major Arivaldo Fontes	103
Precisamos sobretudo ter fé em nós mesmos — Discurso do Cap. de Fragata Francisco de Souza Mala	109
O Código de Justiça Militar argentino — Tradução do Gen. Niso de Vianna Montezuma (continuação)	113
O S.E.S.I. e o S.E.N.A.I. através de um pronunciamento do Sr. Prudente de Moraes, neto, atual Diretor Executivo da Superintendência da Moeda e do Crédito	121

BRASILIANAS

Minerais radioativos do Nordeste — O quartzo na indústria brasileira — Aproveitamento dos Batalhões Rodo-ferroviários no combate à seca — Fabricação de automóveis e caminhões no Brasil — Tem o Brasil exportado cada vez menos produtos — Grande criador de bovinos — Vitoriosa a luta por uma grande indústria nacional de alumínio — Aumentou a produção nacional de aço, gusa e laminado em 1954 — Volta Redonda produz dólares — Valor de nossa produção agrícola no ano passado — Nossas fontes de águas minerais	125
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do M.G., publicados no mês de junho do corrente ano	135
------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

NOVA EMBALAGEM!



MAIS HIGIENE!
MAIS SEGURANÇA!
MAIS ECONOMIA!

AÇUCAR
PEROLA
SACO AZUL-CINTA ENCARNADA





A GLÓRIA DE CAXIAS

PEDRO CALMON

SOLDADO e estadista, cabo de guerra e cidadão, Luiz Alves de Lima, Duque de Caxias, é um desses heróis históricos que tanto podem resplandecer numa galeria cavalheiresca de grandes vultos guerreiros, como numa série, silenciosa e civil, de construtores de nacionalidade. A importância de sua ação na vida brasileira consiste exatamente nêsse providencialismo. Não foi o feliz general ligado a uma epopéia isolada, como tantos generais felizes da história. Foi rigorosamente um operário da edificação nacional, um artífice da unidade pátria, um pacificador social, um austero agente de civismo e de civilização nas decisivas horas em que o Brasil completava a sua independência. Situa-se no plano ímpar dos gênios americanos que deram ao seu povo uma segurança de ordem interna, uma dignidade de nação consciente, uma sólida coesão compatível com as luzes do século, com as exigências de uma grande época, com as desencontradas forças do progresso. Fêz as primeiras armas quando se travaram nos serros da Bahia as batalhas lustrais da emancipação, ou seja, na alvorada do Império. Amanheceu, pois, para a "grandeza e a servidão" da carreira militar, em 1822, quando pela primeira vez o auriverde pendão drapejou nos céus do Brasil, e dela se retirou, coberto de glória, já preparado o país para tôdas as reformas políticas que não lhe abalariam mais a unidade maciça, a existência consolidada, o seu destino na comunhão universal. Revelou-se condestável da tranqüilidade pública nos dias dramáticos da Regência, quando era preciso restaurar a confiança do povo nas suas

fôrças armadas, reequipá-las para a defesa externa e lhes dar o sentido de presença — que é, como se disséssemos, a ação disciplinar, que perdera nos tumultos daquele agitado período. Descosia-se então a túnica inconsútil. Desmanchava-se a olhos vistos a integridade do Império. Descontentes, incompreendidas, rebeldes, as províncias ameaçavam separar-se, ou de fato se separavam com valentes desafios: e ardia uma fogueira em cada canto da pátria. A crise não era de contingentes aguerridos que as mantivessem em paz, porém, de autoridade, de idealismo, de fé na continuação de uma precária fraternidade. Soube êle ser o homem que, com a sua alta moral e o seu talento de estrategista sagaz venceu e convenceu, reduziu e conciliou, abateu de espada em punho e reabilitou com generosa anistia um adversário à sua altura. Explica-se que fôsse em 1840 o mais brilhante oficial a serviço desta causa; em 1842, o seu irresistível expoente; em seguida, o criador incansável de um exército moderno, o representante severo de uma política de valorização nacional, o honrado conselheiro de uma coroa que era menos do Imperador democrata do que da nação unida. Confiou-se-lhe a direção da campanha de 1851. Foi, em 1867, o chefe supremo das fôrças aliadas. Admirável, na sua biografia, é a alternativa das atividades de gabinete, nos seus ministérios cheios de realizações, e do comando superior nos campos da luta; essa espécie de hesitação, entre a sobreca-saca de senador e o uniforme de serviço; essa ambigüidade, de funções que se completavam, parecendo repelir-se, entre homem público, que governava, com a sua elite de primorosos espíritos, e prudente marechal cercado de companheiros invictos. A sua imensa popularidade — a que pessoalmente foi sempre refratário, numa modéstia calada, de herói sem ênfase — deve-se sobretudo ao sacrifício, à coragem simples, ao ardor juvenil, principalmente à intuição do triunfo, que lhe dão aos gestos e às palavras um esplendor lendário. Não conheceu jamais a derrota, a retirada, a capitulação; nunca as tropas que comandasse foram contidas pelo inimigo; em tôrno dêle os clarins não soaram senão alegres ordens de vitória; nem se empalideceu nunca a estrêla milagrosa de sua felicidade. Compreender-se-á esta maravilha, apreciando-se o seu sistema, a sua organização, a sua perseverança, a sua energia, o seu formidável poder de previsão, a sua inabalável serenidade, o que tudo somava uma extraordinária psicologia de chefe. Não tinha os arremessos temerários dos que tudo arriscam

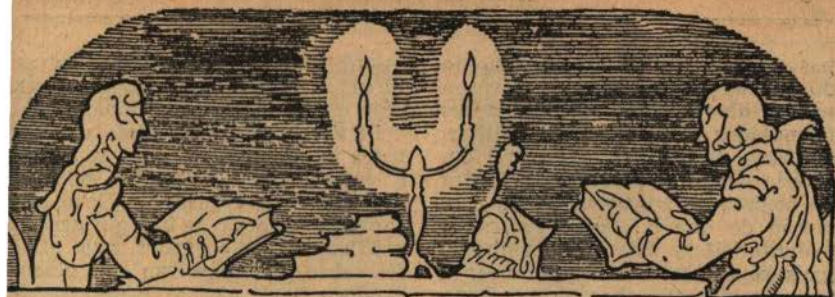


DUQUE DE CAXIAS

numa cartada, a primária bravura dos paladinos que ignoram os humildes deveres de um condutor de massas, a flama tardia ou feudal dos cavaleiros de vanguarda. Inspirado pelas necessidades de um moderno exército e antecipado ao seu tempo na tarefa de o fazer, via mais longe, porque via o conjunto dos problemas, o papel do Brasil num mundo em fogo, a linha inviolável das fronteiras, as condições permanentes da sua segurança e da sua soberania. O que levou às planícies paraguaias, em 1867, foi a experiência dos seus cálculos, a intensidade dos seus estudos, a cer-

teza de suas convicções. Caxias é grandioso à luz dessa ciência, da sua discreta ciência de êmulo dos estrategistas do século, do seu conhecimento vertical da técnica da nova guerra, do seu espírito aberto a tôdas as suas surpresas. Por isso não deu golpes em vão, não dissipou os seus recursos escassos, não malbaratou o sangue de seus soldados. Ainda se dirá que as batalhas de dezembro de 1868, com a sua formidável marcha de flanco, na solução infalível de um enigma geográfico digno dos maiores capitães do passado, formam na história de tôdas as guerras um dos melhores exemplos da audácia inteligente, da antevisão correta, da pontualidade de movimentos, da genial destreza num encontro decisivo. Assim a pátria o sagrou e o consagrou: o invencível general que lhe assegurara na mocidade, a união e, na velhice, o prestígio glorioso.

A par dos nomes mais ilustres do heroísmo continental, brilha o de Caxias com especial evidência. Porque foi incomparável na guerra e humano, e construtivo, e sábio na paz; porque ligou o seu forte braço de príncipe das armas à evolução desarmada e jurídica do seu povo; porque foi benéfico, tolerante e justo no exercício de seus vastos poderes e dêles fêz, não o pedestal ufano de uma celebridade estéril, mas o símbolo de um patriotismo virtuoso, em que a honestidade dos varões incorruptíveis se congraçava com a altivez dos generais romanos. Como de San Martin, dêle se há de contar, que mais eloqüente do que as suas vozes, foi o seu silêncio. Como de Bolivar, dêle se dirá, que nutriu também um sonho romântico de unidade, limitado todavia às dimensões de um império sem imperialismo, que fôsse um Brasil sem desagregação possível, na placidez sem nuvens de sua riqueza sem agressividade. Quando morreu, quis que soldados rasos lhe transportassem para o cemitério o corpo desataviado das condecorações reluzentes, como se levassem para os insondáveis segredos da eternidade o camarada caído no combate. Não lhe faltou, pois, para remate e julgamento da vida exemplar, o traço cristão da renúncia. Sublinha a sua biografia como uma auréola de santidade. E são grandes apenas os heróis que comparecem perante a posteridade sôbre ombros anônimos, o peito limpo das insígnias da vaidade e da vanglória, as mãos vazias e o ar tranqüilo, dos que passaram pela vida a servir a pátria e o povo, como se nada fizessem mais do que o seu dever, do que o seu duro dever, do que o seu divino dever!



CULTURA PROFISSIONAL

OS FATORES POLÍTICOS E OS PROBLEMAS MILITARES

Artigo do General Sir RICHARD N. GALE,
publicado na revista "Journal of the Royal
United Service Institution" (Grã-Bretanha).

Poucos assuntos poderão ser mais confusos para os comandantes e oficiais de estado-maior do que o equilíbrio entre os problemas políticos e militares. Existem, porém, certos pontos fundamentais que permitem chegar-se a uma conclusão acertada. O primeiro, e talvez o mais importante, é que o equilíbrio entre as opiniões civis e militares constitui uma tarefa dos governos.

Isto é fácil de dizer, mas difícil de aplicar. O que é evidente em teoria, nem sempre o é na prática; os assuntos nem sempre estão perfeitamente definidos; não raro o impacto da política é repentino e inesperado; algumas vezes, fatores políticos aparentemente inofensivos afetam materialmente a eficiência combativa; e, mais importante ainda, todas as ações militares, ativas ou passivas, na paz ou na guerra, são ditadas pelo objetivo político.

Torna-se claro, portanto, que o primeiro fator que o militar deve conhecer é o objetivo político; e o primeiro dever do Governo é esclarecer esse ponto. Isto não é fá-

cil e nem sempre se concretiza. É especialmente difícil nas grandes alianças. Em tais casos, a estratégia é quase sempre global, e as questões políticas também o são. Os interesses das nações variam, bem como a importância atribuída ao problema. Tais diferenças podem ocorrer entre as forças armadas de diferentes países ou no âmbito de um deles. As divergências existentes nos Estados Unidos, durante a última guerra, com referência aos teatros do Pacífico e da Europa, constituem um exemplo. Só depois de muita discussão, foi possível estabelecer um acordo quanto ao objetivo político. É interessante notar que, durante a campanha da Itália, Napoleão, ainda um jovem general sem experiência no comando supremo, entrou em conflito com o Diretório, por esse mesmo motivo.

É essencial que o objetivo político seja militarmente atingível. Isto pode ser uma questão simples no que se refere ao objetivo final, mas quanto ao estabelecimento das eta-

pas que conduzirão ao coroamento do mesmo, as opiniões do governo podem divergir das recomendações formuladas pela estratégia militar. O desejo de Napoleão de entrar em acôrdo com os piemonteses antes de conquistar a Áustria e sua convicção de que o ataque contra os exércitos desse país era o melhor e mais rápido meio de neutralizar a ameaça que se esboçava no Reno contra a França, constituem exemplos a esse respeito.

Os objetivos políticos geralmente escapam ao julgamento dos militares, a menos que impliquem, ou possam implicar, no emprêgo de medidas militares. Neste caso, a opinião dos militares deve ser exposta francamente, sem qualquer fantasia otimista. É preciso que o governo seja informado do que é ou não militarmente exequível. O militar tratará dos problemas puramente militares e da implacável realidade dos fatores tempo, espaço e meios.

Assim, embora em última análise o militar não seja responsável pelo objetivo político, seu interesse no assunto é imenso, pois tem uma importância vital para os seus problemas.

Algumas vezes os militares têm sido acusados de realizar ações precipitadas, que forcem o governo a enfrentar situações indesejáveis. Existe um meio muito simples de evitar isso: basta que o governo, depois de convenientemente aconselhado sobre os fatores estratégicos e militares, estabeleça claramente seu objetivo e determine que só este, e nenhum outro, deve ser levado a cabo.

O segundo ponto fundamental é que o chefe militar não deve permitir jamais que seus conceitos sejam influenciados por injunções políticas.

A missão do militar é encarar todos os problemas em termos de eficiência combativa. No momento em que fôr obrigado a abandonar essa linha nítida para tomar parte em divagações de ordem política, estará em perigo. Começará a perder a confiança dos políticos que desejam seus conselhos militares e

estará sendo desleal para com as forças armadas, que esperam ver nêlo o seu chefe profissional.

Para cumprir sua tarefa de maneira inteligente, êle deve conhecer e compreender o quadro político em que está operando. Deve ser capaz de apreciar as transformações políticas e compreender seus efeitos sobre os planos que está eloborando. Deve mesmo prever antecipadamente tais variações, para poder enfrentá-las, quando se concretizarem.

Vivemos numa paz insegura, e a intranquilidade reina em quase todas as partes do mundo. Esta situação é as vezes chamada guerra fria. Cria para o militar problemas que, a cada momento e muitas vezes de maneira alarmante, se confundem com os de ordem política. De acôrdo com a minha experiência na Palestina, Egito e Europa, não acredito que esse fato contrarie a minha tese; entretanto, a linha divisória torna-se muito mais difícil de discernir.

Conforme assinalai acima, existe muito pouca novidade sobre este assunto. Os chefes militares do passado demonstraram possuir uma base sólida em seus argumentos. Por exemplo, o mais velho dos Moltkes escreveu o seguinte a 2 de abril de 1866:

Sob o ponto de vista político, a probabilidade ou a contingência irremediável de uma guerra com a Áustria escapam a minha alçada. Mas sob o ponto de vista militar, devo expressar a opinião de que o êxito ou o fracasso nessa guerra depende de nossa determinação de lutar; precisamos demonstrar essa determinação antes dos austriacos e, se possível, agora.

Ao estudar a possibilidade da Baviera entrar na guerra contra a Prússia, êle afirmou:

Se as suas finanças e a sua situação política permitem mobilizar tal força é um problema que não me cabe decidir. Em seus cálculos, os militares só podem contar com grandezas conhecidas, com as cifras referentes aos efetivos das forças armadas e com a capacidade dos meios de transporte.

O Marechal de Campo Sil William Robertson, ao escrever sobre a época em que foi Chefe do EM Imperial, disse:

Em 1916... havia demasiada crítica pública contra os métodos adotados pelo Governo na conduta da guerra, e era difícil que alguém se mantivesse afastado das controvérsias políticas; entretanto, procurei constantemente evitá-las. Para mim não tinham interesse... contanto que o Exército conseguisse o que queria e não fôsse obrigado a empreender operações militares incorretas e impraticáveis.

Com referência à citação acima, creio que devemos ter em mente o imenso progresso alcançado depois que tais palavras foram redigidas. Durante a 1ª Grande Guerra, havia um enorme abismo entre estadistas e militares, provocado por incompreensões e desconfianças. Isto já não subsiste hoje em dia, ou está reduzido a um grau mínimo. A excelência da estrutura defensiva estabelecida antes da 2ª Grande Guerra, e utilizada com tanta eficiência durante o conflito, é hoje do conhecimento geral.

DIVERGÊNCIA DE PONTOS DE VISTA

Existem diferenças de opinião que, se não forem eliminadas, poderão gerar certos desentendimentos. O militar tende a ser muito objetivo em seus conceitos, pois não pode arriscar-se a um revés ou à perda de uma batalha, porque dessa maneira poria em perigo toda uma campanha e até mesmo a segurança do país. Por formação e pela própria natureza de sua tarefa, é específico em seus pontos de vista e muitas vezes prefere adotar uma perspectiva limitada. No seu entender, não há vantagem em perder uma batalha para alcançar uma vantagem política que só será sentida alguns meses depois.

O estadista ou político — e desejo esclarecer que, ao usar estes termos, refiro-me ao seu sentido mais amplo — muitas vezes julga conveniente protelar uma decisão e adotar uma atitude discreta e dissimulada.

É influenciado por fatores tais como o efeito de suas ações ou palavras sobre a atitude de outros países. Preocupa-se com os efeitos de suas ações não só sobre o moral de seu próprio país, mas também sobre sua filosofia política. O pleito eleitoral que, se aproxima faz com que adote novamente uma atitude precavida e, por mais independente que se manifeste, estará sempre preocupado com o efeito de suas ações sobre o eleitorado. Por algum motivo que considere justificável, pode temer uma ação que revele seu principal objetivo e precipite os acontecimentos. Com muita frequência, ouvimos falar de "conciliação". É mais fácil discernir se a "conciliação" foi um ato de sabedoria política depois de transcorrido algum tempo e não na época em que ocorreu o acontecimento. A chamada política vigorosa pode conduzir a operações militares ativas, sem que as forças armadas estejam convenientemente preparadas.

Essas diferenças de mentalidade e esses conflitos de opinião podem suscitar um sentimento de impaciência de parte a parte. O militar pode deplorar o que lhe parece uma vacilação do estadista. Os políticos podem acusar os militares de falta de visão, de incapacidade para perceber a sutileza da situação e a amplitude do quadro político. É necessário um elevado grau de tolerância para que essas diferenças não se transformem em dissensões. Para que se obtenha uma opinião conjunta, é necessária uma recíproca compreensão das dificuldades existentes em ambos os lados.

Em nosso país, A Escola Imperial de Defesa contribuiu bastante para eliminar essa lacuna. A leitura de obras selecionadas também é necessária. O estudo da história é essencial, bem como a apreciação da vida dos grandes estadistas e militares.

FATORES POLÍTICOS

Ao enfrentar um problema de vulto relativo à guerra fria ou real, ou questões de segurança interna,

um comandante deve primeiramente definir seu objetivo, uma questão que, em si, já não é muito fácil. Tendo feito isso, pode encarar o problema de duas maneiras. Pelo primeiro processo, depois de consultar seus assessôres políticos, deve pesar todos os fatores militares e políticos, comparando uns com outros, e chegar finalmente a uma conclusão final. Pelo segundo processo, pode fazer uma apreciação puramente militar, ao fim da qual verificará certamente, depois de consultar seus assessôres, que certos entraves políticos se opõem às conclusões militares a que chegou. Então, terá de remover esses entraves ou reajustar seu plano para atender a tais exigências. O verdadeiro perigo do primeiro processo é que os militares normalmente não são treinados em argumentações políticas. Em minha opinião, o segundo método é mais eficiente, mas dependerá, evidentemente, da natureza do problema. Penso que depende também do elemento encarregado da decisão, isto é, se o veredito final cabe ao comandante ou a um órgão superior; se couber a este último, e for ele de natureza política, haverá o grande perigo dos argumentos políticos serem novamente ressaltados pelo ministro responsável, recebendo uma importância adicional e indevida, em detrimento da apreciação sensata firmada anteriormente por militares e políticos. Dessa maneira, o melhor método consiste em fazer uma apreciação militar acertada. As dificuldades políticas deverão ser assinaladas e, se possível, apresentadas soluções para eliminá-las.

Seja qual for o processo seguido pelo comandante ao abordar esses assuntos, é importantíssimo evitar que seus subordinados confundam questões militares e políticas.

Os assessôres políticos — provavelmente diplomatas de carreira — são em geral homens muito inteligentes, versados em debates e negociações e, quase sempre capazes de embrulhar os oficiais de estado-maior menos experimentados. Deixamos que o próprio comandante — com o auxílio de seu chefe de

EM — separe as questões militares das políticas e estabeleça o equilíbrio entre elas.

PERFEITA COMPREENSAO

Para assegurar o equilíbrio dos fatores políticos e militares na apreciação dos problemas, existe uma ampla organização, que se formou através dos anos. Por exemplo, a estratégia global está afeta aos chefes de EM das três forças armadas, com base na orientação política dos estadistas. Para dar uma idéia a esse respeito, tais chefes encaram os problemas apenas sob o ponto de vista militar. Os resultados de seus estudos constituem os pilares em que será assentada a estratégia global. A providência seguinte consiste na aprovação do plano e das medidas de execução pelo Gabinete. Os pontos essenciais para os argumentos são naturalmente, o conhecimento da política governamental, os recursos econômicos e humanos, bem como um serviço de informações de primeira classe. De fato as apreciações feitas pelo serviço combinado de informações das três forças armadas e do Ministério do Exterior, formam os alicerces em que se baseiam os argumentos dos Chefes de EM.

É absolutamente correto afirmar que, nos períodos finais da última guerra, a organização funcionou muito bem. A estratégia e os recursos nacionais e aliados em materiais, produção e potencial humano foram muito bem combinados, e as decisões do Governo quanto à conduta da guerra estiveram em harmonia com os objetivos e planos militares.

Alguns artigos criticaram os objetivos políticos dos governos aliados. O propósito deste artigo não é discutir o acerto ou a imperfeição das decisões — o que é uma questão de ponto de vista em muitos casos — mas examinar o funcionamento da organização, para assegurar o necessário entendimento entre os chefes políticos e militares.

Naturalmente, houve discussões, resistências recíprocas e conflitos de opinião. Mas a verdade é que

na última fase da guerra — e particularmente depois da entrada dos Estados Unidos no conflito — essas diferenças foram eliminadas e a máquina funcionou. A organização foi eficaz não só no setor britânico, mas também no que se refere à cooperação anglo-americana, embora fossem comuns as divergências de opinião e as correntes opostas. Creio que a experiência nos mostrou, por mais paradoxal que pareça, que as divergências de opinião, devidamente encaradas e honestamente sanadas por aliados trabalhando em conjunto, produzem um planejamento mais eficiente e prático do que se poderia imaginar à primeira vista.

Em tudo isso, a personalidade do indivíduo desempenha papel importantíssimo. O Marechal Sir John Dill e suas relações com o General George C. Marshall, assim como o impacto de sua personalidade sobre o povo norte-americano, são bem conhecidos. Todavia, só a influência da personalidade não é suficiente; constitui apenas um fator essencial.

Na Alemanha, a organização britânica assegura a harmonia entre a política do Ministério do Exterior e as atividades militares. Qualquer divergência que não possa ser resolvida convenientemente em território alemão, é submetida ao Ministério do Exterior e aos Chefes de EM em Londres, e a judiciosa decisão do governo proporciona a orientação necessária.

Verifica-se, assim, que o ponto de vista puramente militar é sempre examinado e influenciado pela política do governo, com a qual se mantém em constante contacto; e — o que é mais importante para nós — temos confiança de que os fatores militares podem ser, e são na realidade, considerados *pari passu* com a política exterior.

ALIADOS

A época dos exércitos puramente nacionais, sob as ordens de comandos exclusivamente nacionais, parece ter passado. Em todos os teatros de operações, as forças serão

provavelmente oriundas de diferentes países e os comandantes serão servidos por estados-maiores interaliados. Aqui na Europa Ocidental, por exemplo, o Comandante das Forças Terrestres é francês, servido por um EM que, embora predominantemente francês, conta com oficiais americanos, belgas, britânicos e holandeses. Sob seu comando existem tropas americanas, belgas, britânicas, holandesas, francesas e, talvez mais tarde, alemãs.

No Grupo de Exércitos Setentrional, para fins operativos, encontram-se unidades belgas, britânicas e holandesas; seu estado-maior é inter-aliado. A 2ª Força Aerotática Aliada é integrada também por forças aerotáticas de três países.

Para que esses contingentes possam atuar eficazmente durante a guerra, é essencial que haja completa unidade entre eles. Essa unidade e esse espírito de equipe entre forças de tantas nacionalidades diferentes e de costumes tão diversos precisam ser desenvolvidos e estimulados. Os oficiais superiores de todos os comandos aliados têm o dever de contribuir para essa unidade. Os fatores do sucesso na unificação de uma equipe interaliada são provavelmente: a compreensão dos problemas de nossos aliados, a tolerância e o conhecimento de línguas. Mas acima de tudo, devemos lembrar-nos que também somos aliados. Os britânicos talvez possam, algumas vezes, deixar de perceber inteiramente esse fato.

Para compreendermos os atuais problemas das forças armadas de um de nossos aliados, precisamos rever o passado e estudar como essas forças se desenvolveram. Por esse processo, podemos compreender a mentalidade dos oficiais, as características das forças armadas, a influência que elas exercem em seus respectivos países e a diferença surpreendente que algumas vezes se observa entre as nações. Também é possível saber como essas forças encaram os britânicos e os demais aliados. A natureza humana é falível, portanto é natural que vejamos mais claramente as

nossas dificuldades do que as de nossos problemas financeiros e políticos e o seu efeito sobre nossa preparação para a guerra. Em geral, não percebemos tão claramente os problemas semelhantes, e às vezes mais agudos, de nossos aliados. Essa ignorância nos conduz algumas vezes à impaciência, fazendo-nos supor que existe relutância ou falta de energia em nossos aliados.

A todo momento, temos de levar em conta não só as considerações de ordem militar, mas também o orgulho, a política e os costumes das diferentes nações. Nós britânicos às vezes somos acusados, por nossos aliados menores, de menosprezar suas susceptibilidades. Rebusquemos a história, para verificar como alguns chefes eminentes resolveram essa questão. Leiamos a *Vida de Marlborough* de Churchill; consideremos como o General Eisenhower tratou seus aliados. Todavia, para a conduta a manter com os aliados, existe uma regra fundamental: seja sempre soldado, nunca político.

SEGURANÇA INTERNA

O único objetivo da intervenção militar nas disputas civis, nos casos de perturbação geral ou mesmo revolta ou violência, é a restauração da lei e da ordem por meios militares, depois de terem fracassado os demais recursos ou parecer certo o seu insucesso.

Nas questões de segurança interna, é essencial que o comandante tenha perfeito conhecimento das causas da perturbação. Não deve perder de vista esse aspecto, pois as causas muitas vezes mudam. O grau de severidade das medidas a adotar pelo comandante serão decorrentes da sua missão precípua de salvaguardar suas próprias tropas, seus dependentes e os interesses britânicos ou de outro país, pelos quais é responsável diretamente ou por força das circunstâncias. Os métodos que adotar e os objetivos específicos que visar, variarão com o quadro político. Uma revolta antibritânica pode degenerar num conflito interno.

Não se pode ter uma perspectiva real da situação e das suas possíveis consequências, sem o conhecimento das causas da agitação. De fato, não será possível uma ação objetiva e as ordens transmitidas aos subordinados serão obscuras e confusas, se o comandante não estiver absolutamente certo do que está acontecendo. As causas podem ser econômicas ou políticas, raciais ou religiosas, ou decorrentes de uma onda de nacionalismo excessivo e mal orientado, provocada por uma maioria ou por uma ardorosa minoria dissidente. O movimento pode ser apoiado pela opinião pública ou desenvolver-se em sentido contrário às aspirações da massa. Pode envolver apenas a juventude ou limitar-se às classes trabalhistas, estudantis ou intelectuais. Pode ser apoiado secreta e fortemente por interesses estrangeiros, e suas consequências podem ter graves repercussões internacionais.

O comandante não pode avaliar devidamente o problema militar, sem conhecer os fatores acima enumerados.

Também é importante separar o joio do trigo. Os elementos leais e ordeiros devem receber a consideração que lhes é devida, particularmente quando estiverem vacilantes, pois uma demasiada pressão poderá lançá-los do lado dos extremistas. Os chefes moderados desejarão certo grau de apoio para que possam manter o domínio sobre seus seguidores. Não se deve permitir, entretanto, que isto ponha em perigo o objetivo visado com a intervenção militar. Ao mesmo tempo, se não for dada a devida consideração a este aspecto dos acontecimentos, o objetivo citado poderá sofrer sérias consequências.

A respeito de todo este assunto, existe hoje em dia um novo fator. É a influência da agitação inspirada pelos comunistas. Como resultado da pressão exterior, a resistência às forças da lei e da ordem torna-se mais vigorosa, mais prolongada e mais apta a surgir em novas regiões ou repetir-se em

outras, e manifesta-se menos vulnerável às contramedidas locais.

É essencial que se tenha um conhecimento perfeito do assunto. Precisamos conhecer os fatores políticos, dos quais um comandante não pode divorciar-se. É importante, todavia, que mantenhamos esse conhecimento num nível adequado.

Assim, um dos elementos essenciais para um chefe militar é o conhecimento adequado dos problemas políticos da região sob seu comando. Isto pode ser alcançado através de estudos, não só dos acontecimentos atuais mais também dos fatores que os causaram, e mediante o auxílio de assessores políticos.

OS GRANDES MINISTÉRIOS

Nós, militares, muitas vezes somos tentados a discordar das normas adotadas pelos nossos ministérios. Nossos trabalhos se relacionam mais particularmente com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério das Colônias. Temos uma influência mundial muito ampla, uma Comunidade Britânica e um Império; e os Ministérios do Exterior, dos Domínios e das Colônias não só ajudaram a construir esse Império, mas também o dirigem há muitos anos. O que desejo salientar é que a crítica dirigida contra esses órgãos é contraproducente.

Em qualquer parte do mundo, os embaixadores, altos funcionários, governadores e seus auxiliares estão sempre prontos a assessorar-nos nas questões políticas. Quando um chefe militar estiver em desacordo com esses funcionários, deverá precaver-se, pois a falta pode ser sua; mas seja de quem for a falta, o resultado será sempre a confusão e o perigo.

Quando oficiais superiores estiverem trabalhando nos departamentos políticos ou auxiliando os embaixadores em suas tarefas, não como adidos militares, é essencial que preservem o ponto de vista militar. Existe um grande perigo em confundir os problemas. As vezes,

tais oficiais acham que é seu dever transferir para o Exército certas discussões políticas. Essa prática é errônea. Sua obrigação é apresentar o ponto de vista militar à autoridade política. Se o chefe militar desejar conselhos políticos, o pior caminho a seguir é procurar esses oficiais de ligação. Deve ir diretamente ao chefe do departamento civil. O chefe militar deve fazer com que seu oficial de ligação defenda sempre o ponto de vista do Exército em todas as questões que surjam ou que possam afetar os militares.

CONCLUSÃO

A decisão final entre os fatores militares e políticos cabe ao Governo. O objetivo deve ser por ele fixado. O militar deve conhecer esse objetivo, pois é um direito que lhe assiste. Nunca permita que a decisão militar seja influenciada por injunções políticas.

É essencial que o oficial superior conheça as principais questões políticas do momento; particularmente dos teatros em que estiver servindo. Deve possuir muita leitura sobre o assunto, conhecer os antecedentes históricos e ser capaz de aplicar seus conhecimentos com bom senso.

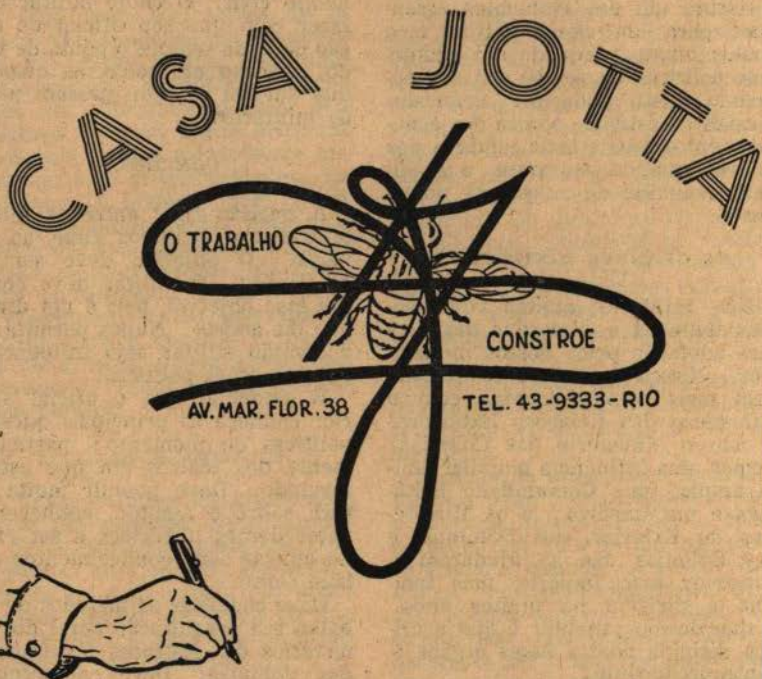
Deve conhecer os métodos de trabalho e a organização geral dos Ministérios das Relações Exteriores e das Colônias. Deve compreender a autoridade constitucional dos Ministros do Governo no país, e a dos embaixadores e respectivas chancelarias no exterior. Quando precisar de conselho políticos, deverá procurá-los nesses órgãos; nunca deverá deixar de consultá-los, e sempre que as condições de segurança permitirem, poderá informá-los sobre os seus planos.

As decisões militares devem levar em conta os fatores políticos, mas só naquilo que afete diretamente o plano.

Quando estiver servindo como oficial de ligação ou assessor militar junto a uma autoridade, não vista a capa de político. Ofereça conselhos militares e certifique-se

de que seu ponto de vista foi bem compreendido. Nunca se torne um intermediário político entre o Exército e o órgão civil com o qual estiver trabalhando.

Ao tratar com aliados jamais se esqueça de que também é um aliado. Evite a presunção e a crítica. Seja franco, solícito, militarmente correto e cortês.



..... "CASA JOTTA" ONDE SUA ASSINATURA VALE DINHEIRO.

CONCEDEMOS CRÉDITO A TODOS MILITARES COM APENAS APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE.

TUDO EM 10, 15 E 20 PRESTAÇÕES:

Máquinas de costura, Fotográficas, Lavar roupa, Liquidificadores, Móveis, Toca-discos, Bicicletas, Ventiladores, Televisões, Geladeiras, Enceradeiras, Chuveiros, Bombas, Ferros elétricos, Panelas de pressão, Baterias de alumínio, Fogueiros wolff, Fogões, Canetas, Aspirador de pó, Tecidos malhas, Maillots, Gravatas, Lingerie, Artigos de lã, Brinquedos, etc.

N.B. — Escreva ou telefone para a "CASA JOTTA", pedindo a presença de um vendedor.

Avenida Marechal Floriano, 38-B — Telefone 43-333

A GEOGRAFIA MILITAR

Coronel MOULINIER

(Traduzido da "Revue Militaire D'Information",
de 25 de março de 1955, pelo Major FER-
NANDO ALLAH MOREIRA BARBOSA)

Quem tem o pesado encargo de comandar exércitos, ou mesmo um simples corpo de tropa, não pode fazê-lo com êxito, a menos que conheça, perfeitamente, a região onde opera.

Qualquer que seja o escalão que comanda, as operações sob sua direção têm lugar em terra ou se ligam à terra. É na superfície desta que suas tropas se deslocam ou combatem; é nela que se localizam as bases onde as forças navais ou aéreas se suprem. O estudo da geografia é, portanto, indispensável ao chefe militar. Quer seja elevado ou modesto o seu posto, ele deve se debruçar sobre as cartas e sobre as descrições das regiões onde opera e realizar delas um estudo aprofundado.

Entretanto, não é no momento em que recebe uma missão que ele deve começar a se interessar pela região onde vai combater. Ele deve ter, sobre todos os teatros de operações possíveis, conhecimentos básicos, que lhe será suficiente aprofundar e pormenorizar, quando a região destinada à sua ação for determinada. São esses conhecimentos que chamaremos de "Geografia Militar". Eles dizem respeito, não somente à geografia propriamente dita, em seus diversos aspectos: relevo, clima, população e economia, mas também aos proveitos que se possa tirar do terreno para manobrar eficientemente, seja no campo estratégico, seja no campo tático.

Fala-se, freqüentemente, da "tiranidade do terreno". O termo é impressionante, mas é preciso saber

o que significa. É por isso que nos propomos examinar, inicialmente, se o terreno tem ou não o valor permanente e o valor intrínseco que se lhe atribui ou que se lhe nega e, em seguida, tentaremos dar um pouco de objetividade a essas questões, freqüentemente debatidas, mas nem sempre com suficiente profundidade. Depois, enumeraremos os elementos que o terreno pode fornecer ao chefe que deve tomar uma decisão. Finalmente, proporemos um método de estudo da geografia militar, que poderá contribuir para dar aos quadros do exército uma cultura isenta de dogmatismo e de rigidez.

* *

Os partidários do estudo da geografia militar julgam que a principal vantagem do terreno, em relação aos demais fatores da decisão, é seu caráter de permanência. Essa idéia "permanente" pode ser compreendida de duas maneiras:

A primeira é que o terreno continua o mesmo, em tempo de paz ou de guerra e que, dessa forma, o estudo da Europa, por exemplo, que foi feito agora, poderá ser utilizado nas campanhas empreendidas nesse teatro, daqui a alguns anos;

A segunda é que o terreno, no decorrer dos séculos, vem oferecendo aos exércitos, sempre, as mesmas facilidades e as mesmas dificuldades.

No que tange à primeira aceção da permanência do terreno, a

finalidade nos parece indiscutível. A passagem da paz à guerra pode provocar modificações na geografia; as pontes, os portos e, mais comumente, todas as vias de comunicações, podem ser danificados ou destruídos; zonas industriais inteiras podem ser arrasadas; grandes extensões podem ser inundadas. Mas, na realidade, as características gerais do terreno não serão modificadas e, se o forem, isso se dará em uma amplitude perfeitamente previsível.

A consequência disso é que se pode (e, portanto, que se deve) conhecer, previamente, as regiões onde se vai combater. Isso é grandemente facilitado pelos trabalhos dos especialistas civis, que produzem trabalhos de excelente qualidade.

O segundo conceito da permanência atende a uma finalidade muito mais discutível. Pode-se fazer, para ridicularizá-la, a seguinte pergunta caricatural:

"As hordas dos Francos, que invadiram a Gália, encontraram no terreno as mesmas facilidades ou as mesmas dificuldades que a Wehrmacht, em 1940"? Poder-se-ia, também, comparar as invasões normandas com o desembarque na Normandia, em junho de 1944, e com a campanha, que se seguiu.

Sem exagerar, nesse sentido, pode-se perguntar se as campanhas do Império forneceram ensinamentos úteis aos exércitos atuais. Alguns respondem "não", como o autor de um estudo sobre a Espanha, que afirma que esse país ofereceria mais dificuldades à circulação de um exército moderno, que à do exército de Napoleão. Também assim pensam os que recordam a travessia do Reno, a nado, pelos esquadrons de Luiz XIV e se viram, irônicamente, para os nossos blindados, dizendo-lhes: "É a vez de vocês". (1)

Essa maneira de raciocinar é errônea. Foi ela que, antes de 1939, se opôs à motorização do nosso

exército, sob a alegação de que a menor danificação nas comunicações deteria, definitivamente, o caminhão, que era preso à estrada, enquanto que os carroções de 1887 trafegariam por toda parte. Esquecia-se que o progresso não nos havia dotado, somente, de caminhões, mas também de meios potentes, capazes de restabelecerem, ou mesmo de criarem, rapidamente, as comunicações necessárias.

Os "bullzozers" permitiram que os veículos dos EE.UU. circulassem nas montanhas da Itália, do mesmo modo que nas da Coréia, que não pareciam acessíveis, senão aos muarens. Encontram-se agora, nos Alpes, a mais de 2.000 metros de altitude, pistas militares utilizáveis por "jeeps" e, por vezes, até por caminhões, em lugares onde, antes de 1939, não existiam senão veredas de contrabandistas ou de peregrinos. Os exércitos modernos não são detidos pelas montanhas, senão em uma medida muito semelhante à de seus antecessores. E o exemplo da montanha se repete para os demais acidentes do terreno.

Uma outra objeção é feita à permanência do valor do terreno e a reputamos muito mais séria. Diz respeito à aviação que, sobrevoando sem dificuldades os obstáculos, se sobreporia ao relevo e, portanto, desfrutaria de liberdade praticamente ilimitada. Na realidade, esta liberdade é, apenas, parcial; o avião moderno tem necessidade de pistas imensas, que não se pode construir em qualquer lugar. Não obstante as esperanças depositadas no "Baroudier" e no avião transformável, que decola verticalmente e voa horizontalmente, a situação ainda será a mesma, durante algum tempo. Mencionemos, também, o "radar", cujo emprego está intimamente ligado ao relevo. Por outro lado, no setor dos transportes, o avião ainda não desempenha um papel definido. As "pontes aéreas" de maior envergadura exigem superioridade aérea incon-

(1) Não ignoramos que o Reno, atualmente retificado, não tem mais os numerosos meandros do tempo de Luiz XIV e que sua correnteza é muito mais rápida.

este e condições atmosféricas favoráveis, que nem sempre existem. Não são utilizadas na falta dos meios clássicos, cujo preço de custo é menor e cujo rendimento é muito superior.

Ainda que seja verdade que a aviação contribuirá, de maneira cada vez mais nítida, para libertar os exércitos dos "embarraços" que encontram na superfície da terra, não é menos verdadeiro, também, que se trata, no momento, de uma evolução e não de uma revolução. Durante bastante tempo ainda haverá — como não! — Pirineus.

Pode-se, portanto, concluir que, e a geografia não é um coeficiente absolutamente constante, é um parâmetro de variação lenta, que introduzimos no complexo sistema de equações que orientará o chefe na tomada de uma decisão.

Ao contrário, teremos maior dificuldade para chegarmos a uma conclusão, se quisermos responder à pergunta: "O terreno tem um valor intrínseco?"

É preciso, inicialmente, definir os termos. Quando se fala em terreno, pode-se pensar em suas dimensões, mensuráveis em quilômetros ou em quilômetros quadrados, ou em seu relevo, que facilita ou dificulta a ação dos exércitos; ou em suas instalações econômicas, que permitem a vida das nações e o suprimento das tropas; ou em quaisquer outros aspectos particulares, capazes de influenciar a condução das guerras. É preciso estar atento a esses diversos sentidos, na discussão que se segue.

O terreno, visto como uma superfície, tem um valor próprio? Em outras palavras, o beligerante, cujo exército se apossa de vastas extensões territoriais inimigas, tira disso alguma vantagem?

Certamente, ele tem vantagem, e se apodera de colheitas e de estoques e se conquista fábricas, em condições de funcionar. Mas, deixemos isso de lado e não consideremos, senão, as áreas e as distâncias. Com isso, ele conseguirá afastar a aviação inimiga do seu território nacional; conseguirá, também, se o país inimigo é de pequenas dimensões, restringir a zona

onde o adversário pode estabelecer sua infraestrutura aérea, o que pode torná-la mais vulnerável.

Mas também terá desvantagens, pois se afastará de suas bases; seus suprimentos exigirão numerosos meios de transporte e a guarda das linhas de comunicações alongadas absorverá grandes efetivos. Além disso, a cada lance importante para a frente, (lance cuja amplitude é avaliada, atualmente, em 300 quilômetros, mais ou menos) terá que fazer uma parada para restabelecer as vias-féreas e puxar para a frente o pesado maquinismo de sua infraestrutura aérea.

Parecerá, portanto, bastante paradoxalmente, mais interessante perder terreno, que conquistá-lo. Isso, evidentemente, é, apenas, um paradoxo. É vantajoso perder terreno, quando o trocamos por coisa de maior valor, em particular quando o trocamos por tempo. Freqüentemente, define-se a ação retardadora como sendo a arte de trocar terreno por tempo. Mas, esse tempo, em si mesmo, não tem significação, senão quando permite inverter o equilíbrio das forças e, depois de batalhas vitoriosas, recuperar o território nacional, que não se pode menosprezar, mesmo quando não é muito.

É interessante comparar, desse ponto de vista, os resultados das manobras retardadoras empreendidas por Joffre, em 1914, e por Kesselring, na Itália, em 1944.

O primeiro sacrificou porções preciosas do solo francês; em troca, obteve o prazo necessário para a reorganização do dispositivo, que lhe permitiu a vitória do Marne, modificando, dessa maneira, o curso da guerra e, talvez, também da história. O segundo, não obstante manobras, sem dúvida notáveis, apenas conseguiu retardar a derrota de alguns meses.

É impossível não registrar a vantagem de países imensos, como a U.R.S.S. ou a China, que podem ceder extensões consideráveis, para facilitarem suas manobras; mesmo abandonadas com prodigalidade e inépcia, essas áreas e essas distâncias exgotaram Napoleão, Hitler e o Japão.

Não concluiremos, certamente, que a superfície tem um valor próprio, pois o ocupante tem meios para aí se intalar; Suchet o provou na Espanha. Somos, porém, obrigados a verificar que ela representa um trunfo de valor considerável, mesmo nas mãos de um jogador de pequenas qualidades.

Examinemos, agora, o relêvo e o valor intrínseco que se lhe pode conferir. A questão está em saber se os acidentes importantes do terreno, tais como uma cadeia de montanhas, um rio largo, costas marítimas, podem, por si sós, impedir o inimigo de atingir seus objetivos. Esta questão existe, tanto do ponto de vista estratégico, como do tático.

Uma primeira resposta nos é fornecida pela infelicidade do comando francês, que considerava, em 1940, as Ardenas como zona "estratégica" e que foi surpreendido por ver surgirem, aí, divisões blindadas. Essa resposta, porém, não nos satisfaz, pois houve, nesse caso, um erro de apreciação. O exame da carta rodoviária e o cálculo da capacidade de tráfego das penetrantes foram, claramente, negligenciados.

Uma resposta mais interessante, do ponto de vista estratégico, nos parece a que é fornecida pelo exame das campanhas empreendidas na bacia do Loire. Este rio, ninguém o discute, é um obstáculo sério. Divide a França ao meio e, em verdade de seu curso em ângulo reto, se presta à defesa da região central da França, contra invasões providas do norte e do leste. "Tôdas as grandes invasões vieram se chocar com essa barreira; inicialmente, Cesar; em seguida, os hunos de Átila; os árabes, que Carlos Martel encontrou a pequena distância; os ingleses, que detiveram Joana Dárc. Em 1814, a maré da invasão não ultrapassou o Loire. Em 1870, Cambetta quis fazer dêle o último baluarte da França e os exércitos improvisados pela delegação de Tours disputaram essa passagem aos ale-

mães, com a maior energia. (2) Parece, portanto, que o Loire tem uma importância estratégica considerável. Na verdade, em 1940, êle não desempenhou nenhum papel, pela ausência de exércitos, que utilizassem seu valor como obstáculo.

Do ponto de vista tático, não se pode negar a importância do Reno para a defesa da Alemanha. Ora, não se poderia comparar a dificuldade experimentada, em 1945, para atravessar êsse rio, pela unidade americana que encontrou intacta a ponte de Ramagem, com a que experimentaram as unidades que tiveram de o atravessar em botes. E, entre estas, a 3ª Divisão de Infantaria atravessou o rio, simplesmente vigiado, muito mais facilmente que a 2ª Divisão motorizada, que se chocou com uma resistência organizada na margem oriental.

Se examinarmos, agora, a transposição de montanhas, os Alpes, por exemplo, concluiremos, sem demora, que um obstáculo, sem ocupantes, e que não é combinado com o fogo, não tem nenhum valor. Realmente, é preciso, sem dúvida, uma conclusão menos rígida, pois parece, na verdade, que os maciços como o Himalaia, não obstante os meios modernos, são obstáculos absolutos e que, do ponto de vista tático, certos pântanos não podem ser transpostos, senão com material especial, ainda pouco difundido.

Da mesma maneira, certos climas podem ser considerados como obstáculos absolutos, se o exército que os enfrenta não está convenientemente equipado. O clima das regiões polares, por exemplo. Mas, sem ir tão longe, o inverno russo privou a Wehrmacht, em 1941-1942, da maioria de seu carros de combate e veículos mecanizados; causou verdadeira devastação entre as tropas alemãs e foi um dos principais salvadores da U.R.S.S.

É, também, aceitando muitas variantes, que devemos concluir a respeito do valor das zonas indus-

(2) Geografia Física, Histórica e Militar — Th. Lavalée.

triais e agrícolas, que caem nas mãos do adversário. Este pode tirar daí benefícios muito variáveis, segundo o grau de destruição e a mão-de-obra local, que encontra, para explorar a região. De seu lado, o contendor, que as perde, será mais ou menos afetado, de acordo com os recursos que lhe restem. A perda dos territórios a oeste do meridiano de Moscou incomodou, relativamente pouco, à U.R.S.S., em virtude do equipamento da Sibéria. Ao contrário, a perda das regiões industriais do norte e do leste, tornou a França tributária de seus aliados.

Esta discussão nos leva a pensar que a afirmação: "O terreno não tem valor por si mesmo" é muito menos profunda do que se pensa. Ou se trata de um sofisma, pois é claro que é preciso um exército, por fraco que seja, para deter outro, ou se trata do prelúdio da perigosa afirmação de que "o terreno não tem valor". Tal menosprezo pode levar a uma catástrofe. As guerras assumiram, no fim do século XVIII, um ritmo acelerado, pois as cartas permitiam conhecer, de antemão, o terreno onde se ia operar. Isso permitia manobrar aproveitando as vantagens do terreno. Também permitia manobrar, a despeito do terreno. Daremos como exemplo, apenas, a travessia do Vale do Inferno, verdadeiro covil de bandidos, por Moreau, durante sua memorável retirada de 1796.

* *

Que podemos, então, extrair desse terreno, de aspectos tão diversos e tão difíceis de esquematizar?

Podemos, cada vez que estudamos um problema tático ou estratégico, colher dados que nos ajudarão a definir os pontos principais de nossa decisão.

Do ponto de vista estratégico, a geografia orienta a escolha dos objetivos e, através do estudo das comunicações, das direções a seguir para atingi-los. Por outro lado, influência, grandemente, a dosagem dos efetivos e, frequentemente, impõe o ritmo das operações.

Longe de nós a idéia de que somente a geografia condicione as decisões do estrategista, mas, uma vez que a estratégia deve permitir que a tática trave a batalha nas melhores condições e tire os maiores resultados da vitória, deve se preocupar com o terreno e com as indicações preciosas que ele fornece.

O desembarque de junho de 1944 teve lugar na Normandia, em grande parte, por motivos geográficos. O de novembro de 1942 teve na África do Norte, por motivos completamente diferentes, já que as tropas do eixo não se encontravam aí. Mas, o desenvolvimento das operações ulteriores foi condicionado pela geografia:

- Ocupação da África do Norte francesa;
- Ocupação da Sicília;
- Ocupação da Itália.

Poder-se-ia multiplicar os exemplos de campanhas em que a geografia ditou aos comandantes as direções que seguiram, os objetivos sucessivos que fixaram e os limites das zonas onde empenharam seus exércitos.

Quando estudamos o terreno, do ponto de vista tático, examinamos, sobretudo, as possibilidades que oferece:

- aos fogos e aos abrigos;
- às vistas e às cobertas;
- às comunicações e aos obstáculos,

sem esquecer que as condições meteorológicas muito influenciam essas possibilidades, particularmente para a aviação.

Este estudo nos fornece elementos preciosos para a determinação das direções, dos objetivos, dos limites, do ritmo a adotar e dos prazos necessários à montagem da operação.

Parece-nos ocioso ressaltar a necessidade de confrontar esses elementos com os que resultarem do estudo do inimigo e dos meios.

* *

Resta, agora, mostrar como se deve estudar a geografia militar.

Segundo entendemos, esse estudo deve comportar três fases :

A primeira fase, abrange um estudo puramente geográfico, pode ser realizado com manuais didáticos e deve incidir, como dissemos acima, sobre todos os aspectos :

— físico ;

— econômico — setor cada vez mais importante com a guerra total ;

— político e humano — assinalando-se, particularmente, a importância desse setor, quando encarado do ponto de vista de um adversário eventual. Não lhe será indiferente encontrar complicitades, maiores ou menores, em tal ou qual região. Pode, por exemplo, abster-se de operações militares em certas regiões, que seus cúmplices sejam suficientes para neutralizarem ; pode, também, procurar progredir, rapidamente, em determinadas outras, graças ao auxílio de simpatizantes.

A crítica que se pode fazer aos manuais didáticos é que fragmentam, freqüentemente, suas exposições, de acordo com as fronteiras políticas dos países, tanto assim que não nos podemos contentar com seu estudo e que se torna indispensável fazer um trabalho pessoal para estudar a geografia, não por países, mas por grandes regiões, que constituam uma unidade homogênea : por exemplo, a grande planície do norte da Europa, ou a península Ibérica ou mesmo a planície da Alsácia. Essas regiões podem ter dimensões variáveis, uma vez que se tem em vista fazer manobrar, nelas, Grandes Unidades de importância muito diversificada.

É preciso evitar, porém, o estudo de uma região, sem levar em conta as regiões vizinhas. A planície de Alsácia, não pode ser estudada sem se pensar nos Vosges e no Reno. A península Ibérica, sem se pensar nas províncias transpirenáticas, no Oceano Atlântico, que a liga a diversos outros países, mesmo delimitando-a e no Mediterrâneo, do qual ela domina a entrada ocidental, bem como no Marrocos, região que lhe é simétrica.

Da mesma forma, todos os limites entre as grandes regiões devem ser objeto de exame particular : os grandes rios, as grandes cadeias de montanhas, as costas litorâneas.

Verifica-se que um estudo dessa natureza só pode ser pessoal e que não é possível encontrar, nos manuais, capítulos que obordem todos os ângulos desejados.

O que é importante conhecer, mais que o resultado de tais estudos, é o método que deve orientá-los. Em qualquer caso, o estudo deve terminar com uma visão sintética de conjunto da região estudada.

Se encanarmos, por exemplo, a parte do maciço alpino compreendida entre Leman e o Mediterrâneo, essa síntese abrangerá :

— a situação, em comparação com o conjunto do arco alpino e com as regiões circunvizinhas (curso do Ródano, planície do Pô...) ;

— as dimensões da região ;

— sua configuração geral ; uma linha de cumiadas, orientada, de modo geral, de norte para sul, da qual se destacam contrafortes curtos para leste e outras ramificações, mais desenvolvidas, para oeste ;

— as articulações desses contrafortes e ramificações. Estas últimas merecem ser estudadas em maiores pormenores. Notar-se-á que, no Monte Branco, vêm se ligar, de um lado, os Montes Chablais e, do outro, os Montes Beaufortin, que se prolongam, pelos Aravis e Bauges, até a Grande Cartuxa e o planalto de Chambarram. Mais ao sul, ligam-se à Cadeia Mestra o maciço de Vanois, simétrico do "Grande Paraíso" e, depois, o maciço de Pelvoux, que se prolonga, através do de Devoluy, até os maciços de Vercors e de Diois e os montes de Vanclosa. Finalmente, os Alpes Marítimos se prolongam, para oeste, através dos Alpes da Provença ;

— as comunicações que, a oeste, acompanham os vales do Arve, do Isère, do Durance, do Var e de seus afluentes e que convergem para algumas regiões principais : Bellegarde, Grenoble, Sisteron, Nice ; di-

videm-se pelas duas vertentes, atravessando colos bastante baixos, às vezes como rodovia, às vezes como trilha de cargueiros, a leste, elas vão convergir nas regiões de Aosta, Turim e Coni. No sentido norte-sul, são facilitadas pela existência do vale alpino que, de Megeve a Aix-en-Provence, permite a circulação paralela à direção geral da cadeia;

— o clima, que tem as características gerais do clima de montanha, com influências mediterrâneas;

— a indústria, favorecida pela existência da hulha branca, pela proximidade do sal do Mediterrâneo e da bauxita da Provença, produz aços finos, alumínio e explosivos. Os principais centros se encontram no vale do Isere e de seus afluentes, em torno de Grenoble.

Sem a menor dúvida, esta descrição geral foi esboçada demasiado rapidamente. Não obstante, fornece as primeiras bases para um raciocínio, se quisermos abranger toda a extensão da região. Servirá de ossatura para estudos mais aprofundados, se tivermos que encerrar apenas uma parte da região.

Após essa primeira fase, puramente geográfica, é conveniente passar à segunda fase, que é militar, pela consideração das possibilidades e obstáculos que se oferecem às manobras dos exércitos.

É preciso estudar então, muito particularmente, a infraestrutura amiga e inimiga, tanto operacional como logística. É preciso conhecer as zonas fortificadas, o alcance da artilharia inimiga, o valor de suas blindagens, os campos de aviação, o comprimento de suas pistas de aterrissagem, a localização dos radares. Também é muito útil saber onde ficam os depósitos e quais os seus níveis; onde estão os arsenais; onde existem portos militares. A infraestrutura do inimigo, quando corretamente interpretada, fornece indicações muito seguras sobre suas possibilidades.

A geografia militar de uma região é completada pelo estudo das campanhas que aí tiveram lugar. Quando esse estudo é bem feito, examinado-se a situação, sucessi-

vamente, do ponto de vista de cada um dos adversários, será muito proveitoso; preservar-nos-á, completamente, das idéias preconcebidas sobre o emprego dos exércitos em determinadas regiões. Dessa maneira, somos levados a denominar a "Champagne", de "charodrome", para significar que é o terreno ideal para a guerra de movimento; a história nos ensina, entretanto, que foi na "Champagne" que foi detida a cavalaria de Átila e que, de 1914 a 1918, a frente foi estabilizada aí, tanto quanto nos demais setores.

Outro exemplo, ocorrido na última guerra: Todo mundo esperava o desembarque aliado na Flandres; foi, talvez, o exemplo dos antigos normandos que levou à consideração de outra região.

Os manuais de geografia militar se referem, geralmente, às campanhas principais, que se desenvolveram nas regiões que descrevem. É interessante pormenorizá-las, acompanhando-as em cartas de escala conveniente.

Esse estudo militar da geografia não deve ser feito, unicamente, em sala. Deve sê-lo, principalmente, no terreno. Os oficiais nisso encontrarão, antes de mais nada, um exercício físico salutar. Aí compreenderão, mais facilmente, as circunstâncias em que se poderão encontrar, na guerra. Não seria mal estudar e meditar a vitória de Colmar, sob tempestades de neve semelhantes às de janeiro de 1945. É proveitoso examinar através de que passagens (apenas costumamos falar dos colos) os exércitos do passado transpuseram os Alpes; ver rios largos e rápidos, que foram transpostos com meios ridículos. A geografia torna-se, desse modo, uma escola de energia, escola indispensável, pois qualquer chefe fracassará na guerra, se sua inteligência e sua ciência não forem acompanhadas de uma vontade determinada, e seu exército não tiver o moral e a instrução convenientes. Entretanto, para estudar, "in loco", regiões extensas, parece que o melhor meio é o avião leve de observação ou, melhor ainda, o helicóptero, que, por poder aterrissar

sar em qualquer parte, permite ao viajante aéreo verificar, no solo, esta ou aquela minúcia, julgada necessária.

Devemos salientar os obstáculos, que se devem evitar, quando se emprega a história para examinar problemas geográficos. Não se podem tirar conclusões absolutas. Seria catastrófico, por exemplo, colocar em lugar de relêvo as belas posições.

Certos manuais de geografia militar consignam, de antemão, manobras defensivas padronizadas. Por exemplo, para a defesa dos Alpes Marítimos, contra um inimigo vindo de leste, é clássico recomendar uma primeira linha defensiva, que englobe o Monte Clapier, o maciço de Authion e o Monte Agel; uma segunda apoiada no maciço de Tournaiet, no Monte Ferion e m Beaulieu; e uma terceira balizada pelo maciço de Mounier, o Monte Vial e o Rochedo de St-Jeannet. Esperamos que se, por infelicidade, nossa fronteira fôr violada nessa região, saberemos defendê-la com maior dinamismo e imaginação, graças, em parte, a um melhor estudo de geografia.

Na mesma ordem de idéias, seria preciso eliminar da geografia militar as palavras consagradas, como "posições-chave", "baluarte", "brecha", que parecem conferir aos acidentes do terreno o valor intrínseco que lhe negamos, mais acima. Um "baluarte" sem guarnição não vale uma "brecha", mesmo fracamente ocupada.

Acima de tudo, não se deve acreditar que as mesmas manobras se repitam, sempre, nos mesmos lugares.

Quando relembremos, por exemplo, as diversas invasões da França, as grupamos em torno de determinado número de vias de penetração: a calha 'Sambre-Oise, o Passo de Saverne, a "Porta da Borgonha". Sentimos, intensamente, a perda das zonas industriais do norte e do nordeste e a de Paris. Dessa forma, para nós e a despeito de nós, o ataque ao território nacional gira, sempre, em torno de algumas direções e de alguns objetivos. Quando se fala de um ataque even-

tual da França pela U.R.S.S., o vemos, sempre, ser desencadeado através da Bélgica, de acordo com o plano de Schlieffen, mais ou menos aperfeiçoado. Não imaginamos que êle possa sobrevir através dos Alpes. Entretanto, os exércitos vermelhos aí poderão chegar, facilmente, pela planície do Pó, onde dispõem de numerosos simpatizantes. Os Alpes ter-se-iam tornado "aestratégicos", porque há muitos anos não são transpostos?

Sempre, em busca da surpresa, nossos adversários eventuais nos atacarão na direção que não esperarmos; os Alpes e a Suíça devem ser vigiados, particularmente, por êsse motivo.

Qual será o remédio para evitar êsses perigos?

Está na terceira fase do estudo, que é o caso concreto. O caso concreto deve completar a história; não deve se limitar a retornar a campanha de Waterloo, ou mesmo a de Austerlitz, para dar-lhes sabor de atualidade ou fazer-lhes corrigendas. Êle permite abandonar os caminhos já explorados e, com um pouco de imaginação, permite aos executantes um estudo geográfico sob ângulo inteiramente novo.

Conduz, freqüentemente, a um estudo extremamente minucioso, em virtude das discussões que acarreta. Uma discussão não pode se resumir a uma simples seta traçada sobre a carta, pois, então, não tem o menor valor; resulta, principalmente, de um estudo aprofundado da geografia. O General De La Chapelle mostrou, em uma conferência feita no C.H.E.M. (Centro de Altos Estudos Militares) que a direção estratégica escolhida por Hitler, para atingir o litoral, em 1940, fôra minuciosamente determinada, de modo a não encontrar nenhum obstáculo natural. A direção escolhida pelo Marechal Franchet d'Esperey, em outubro de 1918, nos Balcãs, ou pelo Marechal Juin, sobre o Carigliano, igualmente, levaram em grande conta o terreno.

O mesmo acontece com os demais elementos, que constituem a decisão a tomar: os objetivos, a

quantidade e qualidade dos meios a empregar, os limites de zona de ação, os objetivos suvessivos, o ritmo da manobra, o prazo para sua preparação; não podem ser fixados, senão pelo estudo, muito cuidadoso, da geografia da região onde vai ter lugar a ação.

Sendo outro de seus caracteres permanentes, é indispensável levar em conta o clima da região, que transforma, por vèzes, em alagadiços, zonas de trânsito habitualmente, fácil, ou que produz efeito inverso. (3)

Quando temos em vista, particularmente, a fixação dos limites de zonas de ação, não podemos negar o papel preponderante desempenhado pela geografia, quer se trate de delimitar os teatros de operações, quer desejemos fixar a zona de ação de uma Grande Unida-de. O caso concreto suavizará muito as idéias a êsse respeito e evitará, em particular, as idéias preconcebidas. Um exército que atacasse os Alpes da Provença, vindo do norte, não teria a mesma articulação, caso os atacasse, vindo das costas do Mediterrâneo. Nesses dois casos, o terreno deveria ser utilizado a fundo, mas de maneiras diferentes.

* *

Os períodos de após-guerra dão lugar, sempre a problemas apaixonantes, relativos à evolução da doutrina de guerra. Apaixonantes, mas difíceis, pois, na verdade, não se pode ter "uma" doutrina de guerra. Após o fim das hostilidades, em 1945, podia-se pensar que a solução dos conflitos ulteriores resultaria do emprêgo das bombas atômicas.

Ora, vimos, desde então, dois conflitos importantes, nos quais elas não foram utilizadas e êstes últimos, ainda que apresentando o conflito das mesmas ideologias, ainda que se travando relativamente perto um do outro, do mes-

mo lado do Pacífico, e ambos em penínsulas, não tiveram, afinal, o mesmo aspecto e os ensinamentos que proporcionaram foram inteiramente diversos.

Na verdade, todos êsses ensinamentos são valiosos na ignorância em que nos encontramos: são formas múltiplas, simultâneas ou sucessivas, que não deixarão de aparecer no próximo conflito. Se tivermos a idéia de provocá-lo, nós próprios, poderemos, até certo ponto, escolher suas formas e lhes adaptar nossa doutrina e nossa organização. Mas, como decidimos nos defendermos, tão sòmente, devemos estar preparados para lutar, inicialmente, contra agressões dos tipos mais diversos, antes de podermos impor o gênero de guerra que houvermos escolhido.

Napoleão escreveu: "A tática, a ordem unida e a técnica do engenheiro e do artilheiro podem ser aprendidas nos compêndios, mais ou menos como a geometria. Mas, o conhecimento da parte nobre da guerra, só se adquire pelo estudo da história das guerras e dos grandes capitães e pela experiência. Não há um conjunto de regras precisas, definidas; tudo depende do caráter que a natureza deu ao general, de suas qualidades, de seus defeitos, da natureza da tropa, da estação do ano e de mil outras circunstâncias, que fazem com que as coisas nunca se pareçam."

O que nos aconselha o imperador é uma formação intelectual isenta de dogmatismo e de rigidez, que nos permita aprender, imediatamente, tôdas as situações, adaptando-lhes uma manobra baseada em sólidos conhecimentos e na experiência.

Proscrevemos o dogmatismo e a rigidez, porque provêm de um cartesianismo levado até o absurdo. Infelizmente, essa distorsão espiritual tem estado em moda, em diversas ocasiões, no exército francês. Ela tem provocado conclusões absolutas, de idéias corretas. Sua

(3) Em 20 de janeiro de 1945, para a batalha de Colmar, a quase totalidade da Artilharia da 2ª Divisão Motorizada entrou em posição em campinas úmidas, normalmente interditas a qualquer trânsito de viaturas. Foi o frio intenso que determinou o sucesso dêsse desdobramento audacioso.

aplicação, sem flexibilidade, nos conduziu, por vêzes, a catástrofes. Era lógico, em 1870, querer aproveitar a superioridade do fuzil "Chassepot". Mas, cometemos o êrro de nos colocarmos em atitude simplesmente defensiva. Era lógico, em 1914, preconisar a ofensiva. Mas, o dogmatismo havia sistematizado nossos regulamentos, até o ponto de suprimir tôda preparação, ignorando, dessa forma, a potência do fogo. Também simplista e rígida era nossa doutrina de 1939. Sobretudo nessas ocasiões, procu-

ramos a "receita permanente e definitiva da vitória" em lugar de fazer a cada situação "a honra do exame que ela merece".

Para não tornar a incorrer nos mesmos erros, para preparar "pelo estudo pessoal", para formar "pela ação, chefes militares de corações generosos e cérebros fecundos", como os que eram reclamados pelo General Mangin, para fornecer-lhes elementos valiosos à direção das campanhas que êles terão que conduzir, a geografia militar é um fator de valor inconteste.

Pesquisando os antecedentes e as causas determinantes dos fatos históricos, analisando o desenvolvimento dêstes fatos e interpretando as suas conseqüências, realiza o historiador, um laborioso trabalho, que em geral exige qualidades invulgares de paciência, perseverança e senso, a par de outras não menos importantes tais como o culto da verdade, e também um exato sentimento da Geografia.

O estudo da geografia nos permite compreender a história e inversamente.

Uma coisa no entanto é por demais evidente : é impossível entender a história quando se carece de tôda noção da geografia ou pelo menos, do conhecimento dos fatores geográficos que de conformidade com os problemas apresentados ao homem, desempenham papel ativo na história.

É igualmente certo que, sòmente levando em consideração o papel da história, é possível se fazer um estudo da geografia, pelo menos no que se refere às suas relações com a vida humana.

A geografia se ocupa de estudar os fatos, as ocorrências, os fenômenos e as relações entre o Espaço e os seus elementos componentes ; a História se destina a estudar êsses diversos quadros em tempos sucessivos.

Nem a Geografia se subordina à História, nem esta aquela. São duas ciências correlatas, que auxiliam-se e completam-se.

O DESENVOLVER DE UMA BATALHA ATÔMICA

(REVUE DE DEFENSE NATIONALE — MARÇO 1955 — LIEUT.
COL. MIKSCHÉ)

Traduzido pelo Capitão EGON DE OLIVEIRA
BASTOS

Em fevereiro de 1954 o exército soviético realizou grandes manobras na Ucrânia ocidental, região situada ao norte dos Carpatos. Se fôr possível confiar nas informações, o alto comando soviético supôs que um agressor tinha conseguido transpor as passagens das altas montanhas e atingir a região de Czernewitz capital da Bucovina, onde a defesa deteve a ofensiva. Os dois adversários foram considerados como dispondo de armas atômicas e de uma aviação sensivelmente igual em forças. Cada partido concentrou seu esforço principal contra as linhas de comunicação do seu adversário. As operações se estabeleceram por decisão da arbitragem. E o reaprovisionamento das tropas por via aérea só pôde ser efetuado em parte, devido a forte oposição da aviação de caça contrária.

Esta decisão dos árbitros soviéticos dá muito que pensar. A análise que apresentamos propõe mostrar o papel decisivo que as armas atômicas podem representar na mudança da tática futura.

A tática sofreu três períodos de evolução desde o princípio deste século :

1º. Durante a 1ª Guerra Mundial, o fogo dominou de uma forma decisiva o movimento. Para que este fôsse readquirido houve necessidade de um apoio de fogo excessivo, e mesmo neste caso, permaneceu bastante limitado. Devido a capacidade reduzida dos meios de transporte de que se dispunha, e a enorme quantidade de material indispensável, a montagem de uma ofensiva constituía uma tarefa de longo fôlego. A surpresa tornava-se muito difícil de se realizar.

A potência necessária para o desencadeamento de um ataque precisava ser concentrada tão a frente quanto possível, o que, logicamente, embaraçava uma dispersão em largura. Este fator aliado a outras circunstâncias conduzia a operar em largas frentes com objetivos limitados ; assim foram as batalhas de usura, de 1914-1918 ;

2º. No decorrer da "Guerra Relâmpago" (1939-1942) a motorização facilitou a concentração rápida de forças poderosas em setores estreitos. As principais características deste período se traduziram pelas rupturas brutais seguidas de penetrações profundas, com os flancos protegidos por uma atividade aérea contínua ;

3º. Durante a segunda metade do último conflito (1942-1945), os processos táticos sofreram uma nova transformação. Novos meios e novos métodos : descentralização, vigorosas armas anticarros, ataques aéreos contra as linhas de comunicação do atacante, restringiram gradualmente os movimentos da Divisão Blindada. Nenhuma estabilização de frente foi organizada ; pode-se entretanto admitir que se os dois partidos tivessem aproximada-

mente a igualdade de recursos, o fogo teria com muita probabilidade suplantado de novo o movimento (1).

Que forma tomarão as batalhas futuras? A guerra de trincheiras, com abrigos profundos, representará a realidade de amanhã? Ou a "Guerra Relâmpago" (1939-1942) com suas penetrações blindadas rápidas e profundas? Ou ainda a segunda metade da última guerra (1942-1945) que mostrou uma tendência clara em favor da defensiva? Não é fácil de deliberar no assunto. Entretanto, tendo por base a evolução tática que surgiu a partir de 1942, e fazendo entrar em cena as armas atômicas, o raciocínio lógico conduz a concluir que, *em uma situação normal*, a guerra tomará um caráter estático. Por situação normal compreende-se, adversários sensivelmente iguais em terra e nos ares, e agindo num teatro de operações como os que se encontram na Europa ocidental.

* *

Qual teria sido o quadro da campanha de 1940 se as duas partes tivessem possuído desde esse momento exércitos equipados como os de hoje, e se os Aliados, bem como os Alemães tivessem empregado as armas atômicas? Uma tal questão pode parecer absurda; se nós a apresentamos aqui é para expor certas idéias sob uma forma mais concreta. Ainda não tendo sido posta em aplicação nenhuma arma nuclear tática, vamos imaginar um campo de batalha atômico a fim de realizar certas "experiências" proveitosas.

Poder-se-ia naturalmente analisar, sem alteração, o assunto no quadro da invasão de 1944 época em que a organização das forças terrestres e aéreas já era similar a organização atual. Mas, desejamos estudar o problema sob um ângulo de um teatro de operações estritamente continental, e para este propósito, a campanha de 1940 nos parece

mais propícia. Com efeito, pode-se descrever em duas palavras o que teria acontecido se os alemães tivessem empregado armas nucleares durante o desembarque na Normândia. Seis bombas — duas em cada região — seriam suficientes para obrigar o general Eisenhower a recuar as suas forças descontroladas para a Inglaterra.

Tudo o que vai seguir é puramente hipotético, e deve ser tomado como tal. Volvemos nossos pensamentos para os acontecimentos que, ainda há poucos anos, nos causavam uma emoção profunda. Antes de falar dêles, é todavia conveniente lembrar que o autor não tem a intenção, ao relatar esta história, de fazer reviver a inimizade que, à época, separava povos pertencentes à mesma civilização cristã, inimizade que, é preciso esperar sinceramente, tenha desaparecido para sempre. Por conseguinte, o que segue é um extrato do diário de um correspondente de guerra tomando parte da "batalha" como observador.

* *

La Ferté (G.Q.G. Aliado. 3ª Feira, 10 de maio de 1940).

Depois dos preliminares de guerra que durou desde o outono, esta jornada foi repleta de acontecimentos que é difícil de descrever de um modo coerente. A situação é extraordinariamente confusa para que se possa discriminar as coisas sob um ponto de vista correto. A 3,30 h pára-quedistas foram lançados em vários lugares da Holanda e próximo de Maestricht. A Wehrmacht irrompeu-se por toda a frente compreendida entre o Norte da Holanda e Sedan. Houve combates locais na linha Maginot. O general Gamelin, comandante em Chefe das Forças Aliadas, prevê que o inimigo exercerá seu esforço principal ao Norte de Namur.

Os serviços de informação Aliados avaliam a importância das forças alemães em aproximadamente

(1) Se os alemães possuísssem em 1944, na Normândia, uma força aérea de 1 por 3, somente as operações teriam tomado um aspecto diferente. Mas, a relação era de 1 por 30. Daí as dificuldades para a defesa e a progressão rápida do ataque.

150 divisões, das quais 20 blindadas, apoiadas por 5.000 aviões. Os exércitos aliados: francês, britânico, belga e holandeses fazem face ao ataque com forças equivalentes a 105 divisões de infantaria comum, 40 divisões de infantaria motorizada e 30 divisões blindadas, sejam 175 divisões ao todo. Suas forças táticas aéreas são articuladas em seis comandos aéreos englobando cerca de 9.000 aviões.

De conformidade com o acôrdo secreto realizado com o alto comando belga em 1939, o primeiro Grupo de Exércitos, colocado sob o comando do general Billotte, compreendendo 36 divisões francesas e 8 divisões britânicas, tôdas motorizadas e muitas dentre elas blindadas, transpôs a fronteira belga esta manhã.

A população acolheu com aplausos as longas e imponentes colunas progredindo contra o invasor na direção geral de Nordeste. Nenhuma estrada foi deixada disponível. Os caminhões se sucedem, os carros desfilam um após outro. As unidades modernas de artilharia atômica são objeto de uma curiosidade particular. O reconhecimento aéreo assinala grandes movimentos de tropas alemães na direção de Colônia — Düren — Aix-la-Chapelle. Verificou também concentrações no vale do Mosela, entre Coblença e Trêves.

* *

La Ferté (G.Q.G. Aliado, 4ª Feira, 11 de maio de 1940).

Nas Ardenas fracas forças de cobertura (aproximadamente duas divisões belgas e algumas unidades de cavalaria francesa) efetuaram ações de retardamento, retraindo-se lentamente para Oeste sobre o Mosa. Na extremidade Norte do front de 600 km, os alemães conseguiram penetrar em território holandês e efetuar sua junção com as tropas pára-quedistas em um ou dois pontos. Massas enormes de refugiados atulham as estradas holandesas, perturbando as operações. As forças belgas mantêm a linha: Berg-Op-Zoom — Turnhout — Bourg Leopold — Maestricht, esperando que

os britânicos e franceses cheguem imediatamente para os reforçar.

No fim da tarde a situação torna-se mais clara. Os relatórios do reconhecimento aéreo indicam que cerca de 16 das 20 divisões blindadas com cerca de 50 divisões de infantaria parecem achar-se concentradas no vale do Mosela.

A batalha na procura da superioridade aérea apresenta-se com êxitos instáveis. Tôdas as bases conhecidas da Luftwaffe são constantemente atacadas. A despeito de nossa superioridade relativa nos ares, não é sempre possível impedir as incursões inimigas no nosso espaço aéreo. Seus caçadores bombardeiros voando a baixa altura infringem perdas pesadas nas nossas colunas de transporte, e molestam consideravelmente a progressão de nossas tropas na Bélgica. Sômente esta tarde, com um retardo de 24 horas, que as avançadas aliadas transpuseram a linha Gand — Bruxelas — Namur. Grandes formações da R.A.F. bombardearam durante tôda jornada as pontes sobre o Rêno entre Mayence e Nijmegen.

* *

Vizinhancas de Lille (Q.G. avançado das Forças Aliadas. 6ª Feira, 13 de maio de 1940).

O dia de hoje, 6ª feira 13, conservará uma importância histórica memorável como da batalha de Greycy em 1346, em que as armas de fogo foram empregadas pela primeira vez. Entraram em ação as armas táticas atômicas. Durante os três últimos dias, os nossos reconhecimentos aéreos têm verificado que a impulsão principal dos alemães deve ser prevista para o sul de Namur. Em consequência, duas bombas atômicas de 20 KT foram lançadas nas primeiras horas da manhã sobre Aix-la-Chapelle e duas outras nos importantes nós de comunicação no vale do Mosela (Mondorf e Traben). Segundo as informações os efeitos foram extraordinariamente violentos. As colunas foram transformadas em caos, e o engarrafamento de veículos que se seguiu foi atacado durante tôda jornada por caças-bombardeadores.

Os combates tornam-se mais encarniçados na metade norte da frente. A cidade de Turnhout mudou várias vezes de mão. A 3ª Divisão de Infantaria belga destacou-se particularmente pela sua bravura no decorrer desta batalha. Ao sul de Namur, na região das Ardenas, as nossas forças continuam a se retrair sobre o Mosa em virtude de uma forte pressão do inimigo. Em consequência da partinaz perseguição executada pela Luftwaffe, a progressão das Forças Aliadas pela Bélgica prosseguiu com dificuldade. As testas das colunas não puderam alcançar antes de meio dia a linha do canal Alberto, atrás do qual deve ser organizada a defesa. Combates locais ao longo da linha Maginot. A R.A.F. atacou novamente as pontes sobre o Rêno.

* *

Vizinhanças de Lille (Q.G. avançado. Sábado, 14 de maio de 1940).

Os bombardeios atômicos executados ontem no vale do Mosela retardaram consideravelmente os movimentos do inimigo. Nosso reconhecimento aéreo avaliou em vários milhares o número de veículos destruídos. Notaram-se apenas pequenos grupos de caminhões nas estradas, que foram constantemente perseguidos pelos caças-bombardeiros franceses.

Apesar de todos nossos esforços, não pudemos garantir a segurança do nosso espaço aéreo de maneira absoluta. Os movimentos tornam-se cada vez mais difíceis ao longo de nossas linhas de comunicação. Em muitos pontos, os habitantes tomados de pânico fugiram de seus lares, complicando o já difícil problema de circulação rodoviária.

Ao norte, entre Saint-Leonard-Turnhout e Beverloo, os belgas combatem sempre com a mesma violência. O 7º Exército Francês, como as Forças Expedicionárias Britânicas e o 1º Exército Francês estão em vias de organizar as suas posições atrás do canal Alberto. Eles estabelecem fortes defesas anticarros e campos de minas profundos para impedir toda progressão nova do inimigo.

Devido razões estratégicas, as tropas aliadas evacuaram Anvers. Na tarde, as divisões belgas que mantinham a linha Saint-Leonard-Turnhout e Beverloo receberam ordem de se retrair progressivamente atrás do canal Alberto. Na Holanda a situação é crítica. As tropas alemães ocupam Arnheim e Utrecht e avançam sobre Rotterdam.

Um ataque desencadeado por duas divisões de infantaria e duas divisões blindadas francesas, sob os ordens do general Carambert, para tentar uma brecha para Maaseyck, fracassou em consequência de violentos ataques aéreos e do vigor das defesas anticarros. Centenas de aviões foram lançados na luta pelos dois partidos a fim de obter a superioridade aérea no campo de batalha. Os alemães sofreram a perda de 200 aviões, "ao passo que apenas 35 dos nossos não retornaram às suas bases". As forças do general Carambert, entrincheiraram os seus carros nas proximidades de Hasselt. Dispostos em quincôncio, só deixam perceber as torres. Suas armas dominam todo o terreno circunjacente e a infantaria estabeleceu também uma rede de trincheiras e de campos de mina em torno das casamatas de aço assim constituídas.

* *

Vizinhanças de Arth (Q.G. avançado das Forças Aliadas, Bélgica, Domingo, 15 de maio de 1940).

A resposta do inimigo ao nosso emprêgo das armas nucleares não demorou muito tempo. No correr das primeiras horas da manhã, a Luftwaffe lançou bombas atômicas sobre Charleroi, Hal, Alost e Gand. Seus efeitos foram devastadores. As quatro cidades que eram os centros de comunicação mais importantes da parte central da Bélgica, foram reduzidas a ruínas de um só golpe. As ruas estão repletas de escombros e toda circulação ficou interrompida. O número das vítimas da população civil não pôde ser avaliado, mas deve ultrapassar cem mil. Conforme os cálculos, serão necessárias duas semanas para desentulhar as ruas.

Estes bombardeios atômicos reduziram de cerca de 60 % o rendimento de nossas linhas de comunicação. Os homens do Corpo de Engenheiros Reais e os sapadores franceses têm organizado por toda parte desvios nas estradas. Devido as possibilidades limitadas de circulação, o Alto Comando Aliado deu ordem de só utilizar os meios motorizados para o transporte do reabastecimento e do material pesado. A infantaria procura alcançar a linha do canal Alberto efetuando marchas forçadas em todos os terrenos. Tomada de pânico mais que nunca a população abandona os seus lares agora em todos os lugares. As autoridades apesar de seus esforços não conseguiram até o presente dominar a situação e evitar a confusão. Isto resulta principalmente do fato de não terem sido tomadas, antes das hostilidades, as necessárias medidas preliminares de organização.

Continuam os preparativos de defesa da linha do canal Alberto, que o general Gamelin teve que reduzir em virtude da pobreza de meios. As tropas belgas que combatem ao norte desta linha se retraem progressivamente para trás do canal.

Na Holanda, as tropas alemães ocuparam Rotterdam e Haia.

A Rainha retirou-se do país com o Governo.

O general Winckelman, Comandante em Chefe das forças holandesas, tentou negociar um armistício.

* *

Subúrbios de Arth (Q.G. avançado das Forças Aliadas, 2ª feira, 16 de maio de 1940).

A fim de desorganizar a rede de comunicações do inimigo ao norte do canal Alberto, lançamos uma bomba atômica sobre cada uma das localidades Saint-Léonard, Turnhout e Weert. Os alemães atingiram o canal Alberto esta noite, tomando contacto com a defesa aliada numa grande extensão da frente. As tentativas locais para transpô-lo foram repelidas pelo fogo das tropas. O dispositivo aliado está reforçado por unidades de artilharia atômica.

Em virtude das emanções residuais, os trabalhos de desentulhamento de Charleroi, Hal, Alost e Gand só podem prosseguir lentamente. A circulação nas estradas está reduzida ao mínimo. Da mesma forma que na jornada de ontem, o 7º Exército Francês e as Forças Expedicionárias Britânicas continuam a receber a maior parte de seus suprimentos por via aérea. Os aviões a jato da Luftwaffe abateram um grande número de nossos aviões de transporte. Uma nova batalha aérea, violenta, travou-se entre a Luftwaffe e a R.A.F. sobre Bruxelas. Durante toda a jornada, as forças aéreas francesas atacaram as concentrações de tropas entre Weert e Masseyck.

O interrogatório de prisioneiros, e o reconhecimento aéreo confirmaram que o esforço principal dos alemães deve ser realizado provavelmente ao sul de Namur. Até o presente foram identificadas 16 divisões blindadas e 34 divisões de infantaria motorizada. O general Guderian, famoso chefe de unidades blindadas, comanda as forças que se encontram ao sul de Luxemburgo. Toda a frente compreendida entre Namur e Sedan encontra-se sob o comando do general Gera von Rundsted. Ao norte de Namur ao longo do canal Alberto até a foz do Escaut, as nossas tropas fazem face ao 6º Exército, comandado pelo General Reichenau, e o 18º Exército, as ordens do general von Küchler. Estes dois exércitos parece que se encontram sob o comando supremo do general Iwan von Bock. Após demoradas discussões, tão "cordiais" como a própria aliança, o governo francês deu o seu consentimento na nomeação do general Lord Gort para comandante em chefe de todas as forças defendendo a linha do canal Alberto entre o estuário do Escaut e Maestricht. O general Firebrand foi designado chefe das Forças Expedicionárias Britânicas.

Formações inimigas importantes foram observadas ao norte de Sedan e próximo de Houdrimont. Os alemães em consequência das perdas que os nossos bombardeios aéreos os vêm infligindo tem efetuado seus movimentos sobretudo à noite,

em lances sucessivos, de uma zona de dissimulação a outra. Ação retardadora a Leste do Mosa, e atividade de patrulhas ao longo da linha Maginot.

* *

Grande batalha do Mosa (Vizinhanças de Liart, Q.-G. do 9º Exército Francês, de 25 a 30 de maio de 1940).

As últimas tropas francesas e belgas atravessaram o Mosa a 18 de maio. Os alemães na linha dêste rio tomaram rapidamente contacto com as nossas forças que o defendiam. O general Corap, comandante do 9º Exército, defendendo a linha do Mosa, baseou sua defesa principalmente nas armas atômicas. O setor estêve relativamente calmo de 18 a 24 de maio, havendo entretanto batalhas aéreas, esporádicos duelos de artilharia e atividades de patrulhas.

Às 2,30 h de 25 de maio numerosas formações de aviões de transporte sobrevoaram as nossas linhas no canal Alberto. Os serviços de radar deram o alerta a tempo e as esquadrilhas de caça noturna da R.A.F. abateram um grande número de aviões inimigos. Contudo, os alemães conseguiram deixar descer pára-quedistas na retaguarda da frente do Mosa em: Charleroi e Maubeuge, dois pontos importantes de passagem sobre o Sambre.

A Luftwaffe lançou bombas atômicas sobre as bases aéreas de Lille, Roubaix, Valenciennes, Maubeuge. Segundo as informações oficiais, "elas não causaram graves danos".

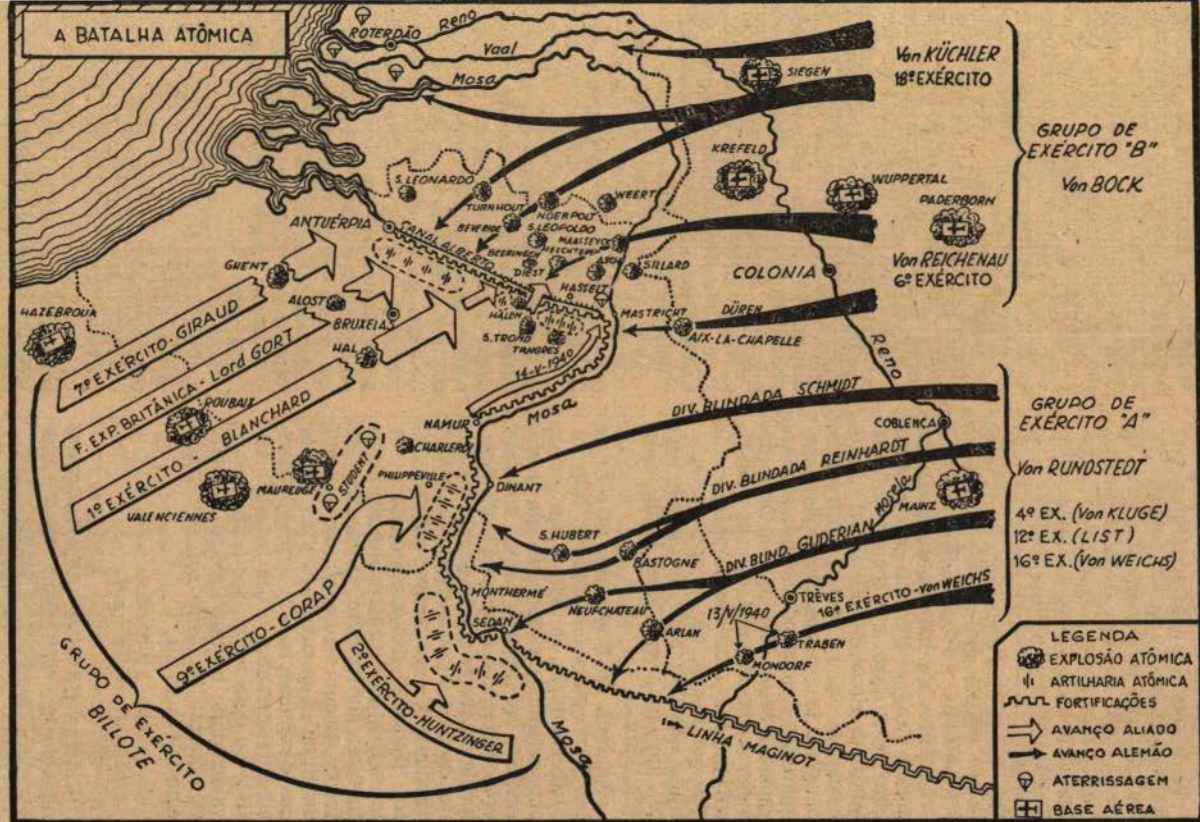
Às 3,30 h entre Dinant e Monthermé numa frente de 45 km as nossas posições sobre o Mosa e suas retaguardas imediatas foram fortemente bombardeadas pela artilharia normal e caças-bombardeiros. Nenhuma arma atômica foi utilizada pelo inimigo. Como uma numerosa parte da R.A.F. estivesse engajada contra os pára-quedistas que desceram na região de Charleroi e Maubeuge no início da batalha, a nossa atuação permaneceu fraca. No decurso da batalha, forças aéreas provenientes de todos setores deram uma proporção nunca vista até o presente, à batalha aérea. A R.A.F.

e pilotos franceses engajados nesta luta de gigantes rivalizaram-se em valor. Um grande número de aparelhos da Luftwaffe foi abatido, mas as nossas perdas são igualmente muito elevadas. Durante os ataques em baixa altura, a R.A.F. tentou, com algum sucesso, destruir posições de artilharia e outros objetivos na base de partida do inimigo.

Apesar de uma resistência extremamente violenta, nosso reconhecimento aéreo conseguiu determinar duas das direções principais da ofensiva lançada por Von Rundstedt, uma próxima de Sedan, outra entre Dinant e Givet. Para cortar as linhas de suprimento inimigo, as forças aéreas atômicas aliadas destruíram as cidades de Bastogne, Saint-Hubert, Neufchateau e Arlon.

Maugrado nossa oposição encarniçada, a Luftwaffe e artilharia alemã conseguiram neutralizar diversos pontos do nosso sistema defensivo. As perdas têm permanecido surpreendentemente fracas entre as unidades de primeira linha profundamente enterradas. Enquanto que o limite dos bombardeios aéreos fôsem dirigidos para mais longe nas nossas retaguardas as forças terrestres de von Rundstedt, sempre apoiadas pela sua artilharia, tentaram transpor o Mosa. Embora certos dos nossos canhões atômicos tenham sido destruídos, o tiro daqueles que ficaram intactos foi suficiente para desintegrar completamente o ataque. As pequenas unidades que tinham conseguido transpor o curso d'água foram empurradas de retôrno para a primeira margem.

Uma única penetração profunda foi assinalada no setor de Dinant, onde a 7ª divisão blindada conseguiu romper as nossas posições até Phelippeville, cerca de 8 km a Oeste do Mosa. Esta cunha foi rapidamente cortada em sua base pelos contra-ataques dirigidos sobre seus flancos. O General Erwin Rommel, que comandava a Divisão citada, foi feito prisioneiro com seu estado-maior e 8.000 homens pelos franceses, que capturaram cerca de 120 carros, 24 canhões e boa quantidade de materiais diversos. Mais ao sul, em Sedan, o ataque dirigido pelo General Guderian para trans-



por o Mosa foi igualmente destruído pelo fogo da nossa artilharia atômica.

No correr dos dias seguintes, von Rundstedt tentou novamente por diversas vezes atravessar o rio a viva força, com as suas divisões desfalcadas, mas todas as tentativas fracassaram. As armas atômicas, desta vez, não entraram em ação. Depois do dia 28 de maio, as atividades na frente foram limitadas às batalhas aéreas, duelos de artilharia e escaramuças de patrulhas.

No furor da batalha do Mosa, as nossas tropas tiveram igualmente que fazer face aos pára-quedistas lançados sobre Maubeuge e Charleroi em 25 de maio. Em Maubeuge, a 3ª brigada alemã de pára-quedistas teve a má sorte de ser largada sobre o setor onde a 101ª divisão norte-africana se encontrava estacionada. Como consequência foi que em menos de 36 horas a ação tinha sido dominada, e a maior parte dos pára-quedistas tinha sido aprisionada.

Na zona de Charleroi, os combates foram mais demorados. Não foi fácil conduzir as tropas no setor, em virtude da oposição da Luftwaffe. No primeiro dia, a nossa ação defensiva limitou-se ao bombardeio aéreo da zona de aterragem. Os caças tentaram isolar os pára-quedistas de seu reaprovisionamento. Todavia, não conseguiram; o inimigo aproveitou a noite para efetuar seu suprimento. Duas divisões francesas sob o comando do general de Pigalles encurralaram as unidades desembarcadas e as destruíram sistematicamente. Um batalhão resistente de uma forma particularmente valorosa no bosque de São Miguel. O general Student foi capturado com 800 homens.

* *

Batalha do canal Alberto (Vizirhanças de Tirlemont, Q.-G. das Forças Expedicionárias Britânicas, 5 a 12 de junho de 1940).

Com o objetivo ousado de invadir o Ruhr, o general Gamelin decide atacar na madrugada de 5 de junho, entre Hasselt e Diest, em uma fren-

te de 45 km aproximadamente. Esta missão foi confiada ao general Gort.

Depois de 16 de maio, os dois adversários se defrontam nas posições fortificadas. Os alemães adotaram um dispositivo linear. O nosso reconhecimento aéreo verificou que a sua primeira linha não tinha uma profundidade superior a 1.500 metros. Organizaram uma outra linha defensiva da mesma natureza cerca de 6 km à retaguarda a fim de que as duas linhas não pudessem ser atingidas por uma única bomba atômica. As informações podem fazer supor que à retaguarda desta segunda linha, existe ainda uma terceira de igual natureza. O terreno intermediário está fortemente minado. Ao contrário dos alemães, o dispositivo aliado está articulado numa grande profundidade de uma maneira mais uniforme. Assim como em El Alamein, o mesmo consiste de centros de resistência armados com armas anticarros e circundados por faixas minadas.

Os preparativos de ataque duraram mais três semanas. Em virtude da atividade ininterrupta da Luftwaffe e a fim de os subtrair ao reconhecimento aéreo inimigo, os transportes tiveram que ser executados exclusivamente de noite. Dessa forma empregaram os transportes aéreos para reunir os suprimentos sem todavia os generalizar. De uma parte, os lugares e o número de fardos teriam revelado prematuramente o local onde a ofensiva devia ser desencadeada. De outra parte, a capacidade de transporte dos meios aéreos revelou-se bastante limitada em relação a enorme quantidade de material necessário.

A fim de proteger estes suprimentos contra os bombardeios atômicos inimigos e também evitar deslocamentos prolongados durante o desenrolar da batalha, as bases de partida foram levadas tão à frente quanto possível. Esta maneira de proceder teve como resultado estender o dispositivo em uma larga frente.

A ofensiva foi desencadeada às 4 horas de 5 de junho, após uma preparação de duas horas. Como razões de segurança impediam o

emprego das armas atômicas contra a primeira linha inimiga, foi necessário utilizar a artilharia normal e forças aéreas. Entretanto, a artilharia atômica foi empregada com feitos satisfatórios nas retaguardas inimigas até uma profundidade de 10 km. Os aviões conduzindo bombas atômicas atacaram as cidades de Noerpolt, Bourg-Leopold, Ma-seyck, Sittart, Asch, Werret, Beerin-gen, Helchteren e Saint-Leonard. Saint-Leonard e Weert sofreram seu segundo ataque nuclear. As bases aéreas da Luftwaffe em Krefeld, Luppenthal, Mayence, Paderborn eiegen foram igualmente bombardeadas com bombas atômicas, que causaram grandes danos. Pelo menos 500 aviões foram destruídos no solo.

Apesar desta preparação, a resistência alemã foi maior do que a prevista. Somente a Oeste de Haselt que os Guardas Irlandeses, a 1ª divisão dos escoceses e a 3ª brigada blindada conseguiram transpor o canal numa largura de 8 km e penetraram no dispositivo inimigo a uma profundidade de 6 km; ficando detidos em frente da 2ª linha defensiva. Neste momento, a artilharia atômica inimiga interviu. Quatro dos seus obuses destruíram as pontas e tudo o que se encontrava em suas vizinhanças, isolando assim o escalão de assalto de suas bases de partida. A 2ª divisão de infantaria, que seguia em 2º escalão sofreu 60 % de perdas e a maior parte de seu material foi destruído. O intenso calor inflamou o combustível dos caminhões e dos carros. As munições explodiram e a maior parte dos aparelhos de rádio foi inutilizada. Estes acontecimentos desenrolaram nas proximidades de meio dia. No correr da tarde, os alemães lançaram engenhos nucleares, teledirigidos contra Halen, Saint Trond e Tongres, importantes nós de comunicação nas nossas retaguardas imediatas.

Durante toda a noite de 5 para 6 de junho, o inimigo manteve as passagens do canal sob um intenso fogo de artilharia normal e deslocou ainda as nossas zonas de reunião e as nossas posições de artilharia, pelo emprego de 3 obuses

atômicos. Os aliados responderam pelo emprego de 7 bombas atômicas. O suprimento de nossas tropas na cabeça de ponte só pode ser realizado a custa de grandes esforços. Se bem que o inimigo tenha experimentado dificuldade semelhantes, ele conseguiu reforçar as suas posições durante a noite utilizando algumas unidades isoladas da 3ª divisão blindada. Estas forças recalcaram os Guardas Irlandeses, durante as primeiras horas da manhã, em cerca de 2 km.

Fortes formações da Luftwaffe atacaram as nossas retaguardas imediatas no correr desta segunda jornada. A R.A.F. executou 5.000 saídas. Duelo de artilharia normal durante toda a jornada. Os dois partidos reorganizaram as suas forças para o assalto iminente. Os Britânicos conseguiram reforçar a cabeça de ponte levando para a mesma tropas e suprimentos.

No terceiro dia da batalha (7 de junho), após haver disparado uma salva preparatória de três obuses atômicos, acompanhada por fogos densos de artilharia normal, os Guardas Irlandeses partiram novamente para o ataque. Ao meio dia, após duros combates, eles reconquistaram aproximadamente 1.200 metros do terreno perdido na véspera. Violentos combates aéreos foram ainda desenrolados sobre as pontes sobre o canal com desenlace pró ou contra. A medida que as pontes eram destruídas pelos bombardeios aéreos, pela artilharia atômica ou pela artilharia normal, os valorosos Engenheiros Reais as iam reconstruindo.

As linhas de comunicação dos dois adversários foram atacadas em suas retaguardas pela Luftwaffe e R.A.F. respectivamente. Parece que os aliados e os alemães também julgam que a decisão da batalha depende unicamente da realização duma ruptura entre o escalão de combate e seus suprimentos. Na cabeça de ponte, as tropas britânicas — entre elas a brigada blindada — entrincheiraram-se. As tentativas de travessia do canal Alberto executadas pelas divisões francesas, a Oeste de Diest, foram detidas pelos fogos dos defensores alemães. As

armas nucleares foram mais uma vez empregadas no correr destes combates.

O IIIº Corpo de Exército blindado francês colocado em alerta próximo de Hal, pronto a realizar a perseguição no caso de sucesso na ruptura foi fortemente bombardeado. Mais de 50 % de seus serviços foram aniquilados.

Em 8 de junho, a violência dos combates diminuiu. A situação conservou-se estável na nossa cabeça de ponte sobre o canal Alberto. Os Aliados não conseguiram recuperar mais terreno. Os dois adversários parecem extremamente esgotados para poderem continuar a lutar com a mesma intensidade dos três primeiros dias.

No dia 18 de junho, o comunicado aliado informa que "a cabeça de ponte estava sendo evacuada por motivos estratégicos". Era evidentemente muito penoso realizar o suprimento das tropas através pontes constantemente atingidas pelo fogo inimigo; em seguida o boletim de informação da B.B.C. repete lacônicamente: "Nada a assinalar na frente de Oeste". A luta se orienta cada vez mais para o interior. A Luftwaffe atacou Londres, Paris, Limoges, Saint-Étienne com bombas atômicas. Berlin, Dusseldorf, Cologne e outras cidades sofreram a mesma sorte da parte dos Aliados. Que guerra? O que vai acontecer?

* *

Está terminada a narração. O quadro talvez não seja perfeito, mas seu objetivo é de ilustrar algumas idéias tornadas indispensáveis.

1º, no conjunto do desenrolar da campanha mostra que se os dois adversários são fortes no ar, sem se encontrar em perfeito equilíbrio, os movimentos mantêm-se constantemente muito difíceis nas retaguardas, os bombardeios atômicos multiplicavam essas dificuldades. Assim, uma guerra inicialmente de movimento pode gradualmente caminhar e chegar a um ponto de estagnação;

2º, no que concerne a batalha do Mosa, é necessário frisar que um atacante dotado exclusivamente de armas clássicas não pode esperar

subjugar uma posição defendida por armas atômicas. As forças blindadas, em particular, são impotentes quando se as isola de seus numerosos serviços de manutenção e de suprimento. Entretanto as armas atômicas não podem por si exclusivamente decidir a luta: sua ação deve ser combinada com a dos bombardeios de artilharia e forças aéreas normais. Devem ser protegidas por uma frente contínua, mantida principalmente por forças de infantaria;

3º, a despeito de uma vigorosa preparação por fogos atômicos, a ofensiva visando a transposição do canal Alberto fracassou. O atacante não conseguiu realizar a ruptura. Ainda que o defensor fosse mais fraco em armas atômicas, ele aproveitou a vantagem da proteção e da dispersão das quais o atacante não podia dispor. Pôsto que os britânicos estivessem obrigados a concentrar suas forças para o ataque e agir a partir de retaguardas mais profundas, para os alemães era suficiente uma profundidade de 1.500 metros para deter, em frente da segunda linha defensiva, as unidades britânicas que tinham conseguido se infiltrar através as baragens atômicas;

4º, os ataques blindados de grande envergadura não serão realizáveis numa guerra atômica, não tanto por causa dos numerosos adversários que os carros possam ter que enfrentar no campo de batalha, mas em virtude da ameaça que as armas atômicas fazem cair sobre os numerosos e vulneráveis serviços da retaguarda, dos quais depende o sucesso das divisões blindadas. O segredo de uma ofensiva não pode ser conservado a não ser em quanto não foi desencadeada. Uma vez que se encontre em desenvolvimento romper ou perturbar as poucas linhas de suprimento em um setor de 30 a 40 km não parece um problema insolúvel.

De vez em quando, nós procuramos demonstrar que sob o efeito do choque esmagador das armas modernas, o fogo pode novamente adquirir uma importância predominante em relação ao movimento e chegar mesmo a paralizá-lo. Con-

tudo, a guerra de trincheiras não pode senão dificilmente trazer a decisão. O centro da luta pode portanto afastar-se facilmente da "frente" para tomar a forma de uma guerra aérea estratégica sobre as regiões vitais do país inimigo com o fim de quebrar de um modo indireto, a vontade de combater das forças na frente. Em 1914-1918, as frentes se estabilizaram contra a vontade dos dois adversários. Em uma terceira guerra mundial, po-

deria ser interessante de realizar este gênero de guerra de trincheiras atômica realizável com os meios atualmente existentes, a fim de evitar uma invasão e de procurar ganhar tempo para a mobilização total. Mas, neste caso, é necessário prever que poderá ser muito difícil de recolocar as frentes em movimento quando elas tivessem se estabilizado. Da minha parte, eu não ensaiaria de levar minha previsão até esse ponto.

A guerra do futuro será aquela em que o homem poderá extinguir milhões de vidas com um só golpe, demolir as grandes cidades do mundo, arruinar toda a herança cultural do passado — e destruir a própria estrutura de uma civilização que tem sido forjada de maneira lenta e penosa através de centenas de gerações.

LIVROS — BRINQUEDO

A MAIS ORIGINAL COLEÇÃO INFANTIL ATÉ HOJE PUBLICADA
(COLEÇÃO MIOSÓTIS)

PEÚZINHO VERMELHO :	(Cada exemplar leva uma cestinha de palha)
OCCHIO NO PÁTIO DOS ILAGRES :	(Cada exemplar leva quatro miniaturas de livros com ilustrações e texto)
DERELA :	(Cada exemplar leva um pequeno abano de palha)
OCCHIO NO PAÍS DOS RINQUEDOS :	(Cada exemplar leva uma pequena trombeta)
MÃE COELHA :	(Cada exemplar leva uma vassoura em miniatura)
ATO DE BOTAS :	(Cada exemplar leva uma pequena espada de fôlha)
ARNEIRINHO E O GUIISO :	(Cada exemplar leva um bonito guiso)
ANCA DE NEVE :	(Cada exemplar leva um pequeno colar de contas coloridas)

mes caprichosamente recortados na forma de pessoas e bichos, impressos a cores

Preço de cada volume : Cr\$ 30,00

Em todas as Livrarias ou na **Casa Editôra Vecchi Ltda.**, à Rua do Rezende, n. 144 — Rio

O EMBLEMA DO SEGURO DO BRASIL



A MÁXIMA GARANTIA EM SEGUROS

Cr\$ 904.150.965,60

De indenizações até 1954

INCÊNDIO, TRANSPORTE, ACIDENTES DO TRABALHO, ACIDENTES PESSOAIS, HOSPITALAR OPERATÓRIO, AUTOMÓVEIS, FIDELIDADE, RESPONSABILIDADE CIVIL E LUCROS CESSANTES

A PSICOTÉCNICA NAS FORÇAS ARMADAS

Major AYRTON RODRIGUES XEREZ

A crescente ampliação dos domínios da Psicologia aplicada levou-a a imiscuir-se em todos os tipos da atividade humana. Isto se deve em parte, à convergência histórica de um conjunto de fatos :

a) a maior precisão dos resultados experimentais obtidos em laboratórios de psicologia ;

b) as novas exigências decorrentes de métodos mais aperfeiçoados utilizados na organização científica do trabalho ;

c) a crescente preocupação social de encontrar uma adequação racional entre o homem e o trabalho que executa.

As atividades profissionais e pedagógicas foram as que mais lucraram com os progressos assinalados, pois que os problemas de seleção profissional, de orientação educacional e profissional, a medida de rendimento da aprendizagem, a organização de equipes de trabalho, as questões relacionadas com mudança de ocupação ou promoção puderam ser melhor analisadas, interpretadas e, conseqüentemente, solucionadas dentro de maior adequação, com o emprego das novas técnicas. Em vários outros setores as novas técnicas vêm prestando valiosa colaboração, como por exemplo : organização de horários, estudos de tempo e de movimentos, análise do meio ambiente, incluindo pesquisas sobre opinião de grupos, atitudes sociais, moral do grupo, etc.

A realidade militar, complexa e múltipla, não poderia deixar de beneficiar-se com os progressos e técnicas alcançadas nesse domínio. Adaptando às necessidades as realizações civis, as forças armadas iniciaram o novo capítulo da Psicotéc-

nica militar. A grande maioria dos resultados obtidos após a utilização de medidas psicológicas e investigações específicas realizadas nesse campo ultrapassou as expectativas mais otimistas. Além da Psicologia, várias ciências foram solicitadas a colaborar no âmbito da Psicotécnica militar — a biologia, a sociologia e a estatística, principalmente — e de seu emprego simultâneo, dentro de criteriosa dosagem foi possível obter resultados tão promissores e vantajosos que, já hoje, nenhum cidadão ou nação pode encará-los com indiferença, uma vez que o objetivo principal é o aperfeiçoamento funcional do conjunto militar, com tôdas as satisfações individuais e coletivas implícitas no conhecido *slogan* : "the right man in the right place".

Um problema de excepcional importância domina a atividade do psicologista militar — a adaptação criteriosa do soldado às suas tarefas, levando em conta suas aptidões, interesses e conhecimentos gerais ou técnicos. O objetivo principal, como já ficou dito acima, é colocar cada um dentro do complexo conjunto hierárquico e funcional, a fim de que o rendimento máximo seja atingido dentro da maior economia de tempo, garantido também o ajustamento do indivíduo ao meio. Datam de uma época relativamente recente os esforços que diferentes nações vêm envidando no sentido de adotar instrumentos de medida psicológica, baseados em investigações científicas, na organização das forças armadas. A psicotécnica militar parece ser, sem dúvida, a herdeira direta da psicotécnica industrial e ainda hoje caminham paralelamente as duas.

Analisar as principais etapas desta trajetória em busca do melhor conhecimento do indivíduo e do grupo é compreender a dificuldade dos obstáculos vencidos; e identificar as contribuições dos vários processos explorados é avaliar a precisão e a validade das técnicas científicas que prevaleceram.

A) Processos tradicionais:

Inicialmente os próprios fundamentos da seleção e da orientação profissional no Exército foram contestados. Por que introduzir no Exército novas técnicas, aparentemente rígidas e dispendiosas, quando os processos tradicionais atendem às necessidades? Não estará implícito na verificação do rendimento obtido um critério sadio de adaptação profissional? E quando a questão se relacionar com a escolha de homens para determinada missão não será o caso de submeter os candidatos a uma prova fazendo-os realizar, sob forma de experiência, o próprio trabalho em questão? Os problemas relacionados com o engajamento e o recrutamento não poderão ser entregues a oficiais, cuja experiência e perspicácia já constituem em si garantias para o sucesso do trabalho?

E muitas vezes destas prevenções antigas continuam de pé ainda hoje, isto é, nos dias que correm... Convém por isso sublinhar a fragilidade das mesmas. Verificar "a posteriori" o rendimento alcançado não constitui previsão; pelo contrário, inclui freqüentemente a aceitação de perda, muitas vezes, consideráveis fomentadoras até de descontentamento generalizado. Adotar tão somente o método de experiências de trabalho, sem cercar-se de certas precauções experimentais indispensáveis, poderá levar à coleta de resultados fragmentários não representativos da validade dos fatos, e ainda a um levantamento pouco compreensivo das possibilidades individuais. Finalmente, confiar a classificação do pessoal, incluídos aqui os aspectos da seleção, orientação e readaptação do efetivo, a personalidade de

elite seria, pelo menos, incorrer no grave risco de tudo confiar ao subjetivismo de alguns poucos indivíduos.

As técnicas hoje utilizadas não surgiram de repente; são também o resultado de um progresso lento e continuado. Podemos traçar suas origens até a época em que processos pseudo-científicos (grafologia, fisionomia, sinais astrais), pretendiam identificar ou descobrir sinais reveladores da personalidade humana, surge depois o estágio intermediário do estudo clínico dos indivíduos até chegarmos à época atual, em que a utilização coletiva de testes ou provas objetivas se revela cada vez mais dominadora e eficiente.

B) Técnicas psicométricas:

Um teste é um instrumento de medida psicológica, dotado de certas características e que permite medir um atributo pessoal, além de indicar a localização do indivíduo dentro do grupo (normas relacionadas com a idade, a escolaridade, o grupo cultural, etc.).

A aplicabilidade dos testes alcança praticamente todos os domínios da personalidade humana, pois que é possível, por meio deles, medir processos perceptivos dentre os mais elementares até as funções mais elaboradas da vida mental. Isto implica em dizer que existe uma grande variedade de testes, cuja forma varia de acordo com o objetivo dos mesmos. Podemos, de uma maneira simplista, classificá-los sob o ponto de vista da forma, em três grandes grupos:

- testes de aparelhos — em geral ligados a medidas fisiológicas (coordenação visual, acuidade auditiva, etc);
- testes de manipulação — em geral ligados a medidas de destreza ou habilidades (quebra-cabeças, montagem e desmontagem de peças, emprêgo correto de ferramentas, etc);
- testes de lápis e papel — os mais numerosos de todos, ser-

vindo à medida de quase todos os aspectos da personalidade humana e com a grande vantagem de poderem ser aplicados coletivamente.

As questões ou itens que constituem um teste podem variar: certo ou errado, múltipla escolha, pares, respostas certas, lacunas, etc.; qualquer que seja porém a forma das questões, ou a apresentação material da prova, todo e qualquer teste deverá ser aplicado de acordo com condições cuidadosas e definitivamente preestabelecidas, sob o risco de vermos invalidados, total ou parcialmente, os resultados obtidos.

Os testes devem satisfazer ainda a outras condições importantes:

- objetividade de julgamento, ou seja cada questão deve admitir tão somente uma resposta;
- validade, isto é, o teste deve medir aquilo que realmente pretende medir;
- precisão, isto é, o teste deve indicar constância de resultados quando repetido com os mesmos indivíduos;
- facilidade de aplicação, marcação, interpretação dos resultados. Na prática, em geral, não se utiliza apenas um teste para a medida de determinado atributo. Emprega-se, de preferência, uma série de testes que recebe o nome de bateria. É esse, por exemplo, o processo utilizado quando procuramos medir os aspectos individuais que mais interessam dentro de determinado quadro profissional. Essa prática, hoje muito difundida, levou à conclusão de que os resultados obtidos por um indivíduo em um certo número de provas permitem, em grande escala, prever os resultados que esse mesmo indivíduo obterá em outros testes, isto significa dizer que as diferenças individuais são, em parte, concomitantes. Este fato levou os estudiosos à pre-

sença da seguinte pergunta: "Quanto e que testes serão capazes de fornecer valiosas indicações sobre o conjunto das aptidões e outras características da personalidade humana e qual sua importância relativa?"

A resposta a esta pergunta faz supor a coexistência, no mesmo indivíduo, de vários atributos independentes, passíveis de definição objetiva após um tratamento estatístico específico. São esses os trabalhos ora em curso que, graças ao método da análise fatorial (Spearman, Burt, Stephenson, e outros na Inglaterra e Thurstone, Hotelling, Holtzinger e outros nos Estados Unidos), tem orientado com mais segurança a organização de baterias de testes, fornecendo aos pesquisadores pontos de referência mais concretos e precisos.

Enquanto isso os grandes exércitos, durante a última guerra mundial (os Estados Unidos e a Grã-Bretanha principalmente), vêm utilizando os resultados obtidos na psicologia aplicada a outros ramos da atividade humana, não somente na construção de suas baterias seletivas, mas também para esclarecer outros problemas como: análise dos métodos de instrução e ensino, análise do emprego das novas armas de guerra e de novas missões (radar por exemplo), etc.

O método dos testes tem se revelado de grande utilidade e capacidade na medida e na investigação de capacidade psico-fisiológicas e aptidões mentais (geral e específicos), mas não pode ser considerado como panacéia. A medida dos traços de personalidade, por exemplo, continua ainda em um estágio primário.

A título de conclusão podemos citar como principais contribuições da Psicotécnica junto às Forças Armadas os seguintes:

- 1 — A seleção preliminar do efetivo, visando essencialmente excluir os inaptos.
- 2 — A orientação básica, ou seja, a indicação dos indivíduos preliminarmente sele-

- cionados para grandes grupos de trabalho.
- 3 — Uma entrevista-síntese, que permite um melhor conhecimento individual do soldado, uma vez que os testes nos fornecem, em geral, indicações sobre determinados aspectos da personalidade, correndo-se o risco de perder a visão de conjunto da personalidade do examinando.
- 4 — Segue-se o capítulo de uma seleção mais aprimorada que merecerá o nome de seleção de especialistas, uma vez que o combate moderno insiste sobre a divisão de trabalhos e a especialização de técnicos. ("A guerra moderna, não se faz sem especialistas").
- 5 — O problema da organização de equipes de trabalho, ou em outras palavras, da liderança e da chefia nos vários postos hierárquicos também merece especial atenção da Psicotécnica Militar.
- 6 — Finalmente, como o Exército é uma grande escola voltada continuamente para a formação militar e técnica de seus recrutas e treinamento de seu pessoal nas várias categorias e postos militares, ressaltam os problemas pedagógicos, principalmente os ligados à aprendizagem e à educação integral, de sua importância e valor para a melhor organização das Forças Armadas.
-

O poder militar não repousa somente no número de homens e armas e na bravura dos soldados nos campos de batalha, mas depende também da capacidade dos operários que trabalham nas fábricas de material bélico, assim como do padrão dos técnicos e cientistas, que nas oficinas e nos laboratórios contribuem silenciosamente para aumentar a potência dos engenhos de guerra.

CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE AGRONOMIA DO EXÉRCITO

(SUGESTÕES)

COPÊRNICO DE ARRUDA CORDEIRO,
Cap. R-1 de Inf. e Engenheiro Agrônomo.

I — INTRODUÇÃO

Sempre me preocupei muito com os problemas nacionais. Dois deles, entretanto, são os que mais me têm chamado a atenção. Um, e que tem sido muito debatido pela imprensa, é o da nossa baixa produção agrícola. Outro, não menos importante, e que também tem sido bastante comentado é o do conceito e prestígio de que goza o Exército Nacional no seio do nosso povo.

Explicam-se bem tais preferências. É que sou militar da reserva, tendo ingressado muito moço no Exército e nêle permanecido por muitos anos. Hoje, após ter passado para a reserva, sou formado em agronomia. Aí está o binômio de atividades a que tenho dedicado minha vida — Exército e Agricultura — a influir na preferência acima citada.

Constante e seguidamente são feitas, pela imprensa de todo o país, críticas muito severas sobre aqueles dois pontos acima mencionados. Por isso, tenho pensado bastante na obtenção de um meio capaz de resolvê-los, para o bem de toda a coletividade brasileira.

Para solução desses problemas idealizei um plano que passo a expor logo adiante. Plano muito vasto, que dependerá, é óbvio, de meios suficientes, mas, sobretudo, de grande soma de boa vontade e de elevada dose de patriotismo. Tudo isso o Exército possui e por isso mesmo é que me atrevo a apresentá-lo, através deste trabalho, na esperança de que será estudado

por quem de direito, pois somente por intermédio do próprio Exército é que será possível desfazer conceitos errôneos a seu respeito.

II — PRIMEIRA PARTE

(Exército e Agricultura)

2.1 — *Serviço Militar e Prática da Agricultura*

Quando um assunto qualquer transcende as esferas de sua própria limitação e passa a ser debatido através da imprensa falada e escrita, é sinal de que esse assunto ganhou prestígio e importância, interessando fundamentalmente à opinião pública, ou seja, ao povo.

Está neste caso o da prestação do Serviço Militar consorciado com a prática da agricultura.

Constante e seguidamente estamos lendo nos periódicos de nosso país, artigos assinados por pessoas do mais alto valor social, intelectual e até mesmo político, sugerindo esta ou aquela providência no sentido de se empregar o Exército na Agricultura. Recentemente uma estação de televisão de São Paulo realizou um programa no qual foi debatida essa momentosa questão.

2.2 — *Repercussão na Imprensa e no Parlamento*

(Opiniões)

As opiniões são várias e as mais desencontradas possíveis, todas, porém, visam ao mesmo fim — o em-

prêgo do Exército no aumento da produção, principalmente a agrícola. O Sr. Cel. R-1 de Art. Francisco Pessoa Cavalcanti, em seu opúsculo "Nos Bastidores da República" (publicação particular, 1954, São Paulo), menciona várias delas para rebustecer sua sugestão, aliás muito boa, da criação de colônias militares.

Cita o Sr. Cel. Pessoa Cavalcanti: "Como reforço do nosso alvitre, pelo qual nos batemos com convicção, pertinácia e senso da realidade brasileira, lembramos ainda a sugestão lançada pelo "Diário de São Paulo", da autoria do Senador Assis Chateaubriand em que lembrava ao ex-Ministro da Guerra, a conveniência da localização de 20.000 homens do Exército no interior, entregues a atividades construtivas". Aliás o Sr. Cel. Pessoa Cavalcanti concorda plenamente com o Senador Assis Chateaubriand quando afirma: "Discordamos, entretanto, de S. Excia., quanto ao efetivo que convinha ser no mínimo de 200.000 soldados, dado o fato da extensão da base física, o fator demográfico e o escopo econômico à atingir". E mais adiante, ainda em reforço de suas proposições: "E julgo militar em abono da tese que defendemos com abundantes razões lógicas e motivos práticos, o parecer erudito e patriótico do Deputado Dr. Menotti Del Picchia, que segue: "Parece, pois, erro crasso reter-se nos quartéis grandes massas humanas. Produzir nos campos e nas fábricas, abundantemente na paz, já é automática preparação para a guerra.

Esses braços represados nas cisternas fazem mais mal do que bem para a defesa do país, pois largam o campo e as fábricas onde a produção decresece e podem estar se adestrando com armas obsoletas, sendo necessário na hora do seu aproveitamento, um novo trabalho de preparação e adestramento com o armamento novo.

Bons comandos, cultos Estados-Maiores, atentos sempre na revisão dos seus planos e ágeis e adestradas equipes de monitores, representarão a melhor preparação do

país, uma vez que possam encontrar, nos juvenis viveiros dos Tiros de Guerra, a máscara e fétida mocidade pronta a empunhar o fuzil para defender a pátria".

Não param aí, porém, os comentários. O jornalista Gondin da Fonseca publicou uma crônica na "Fôlha da Manhã" de São Paulo, de 2-VI-54, sobre o assunto, na qual se referia ao trabalho do Sr. Ruy de Menezes, Diretor do "Correio de Barretos", publicado naquele prestigioso órgão do interior paulista, em sua edição de 19-V-54.

O título do artigo do Sr. Ruy de Menezes é, por si só, muito sugestivo: "Soldado de enxada na mão..." O jornalista, depois de argumentar que os nossos males poderiam ser resolvidos por meio de Trabalho e de Aumento de Produção, aponta sentencioso: "Assim é que precisamos de arregaçar as mangas para produzir, como único jeito para indireitar as coisas: Eu tomo a liberdade, então, de sugerir um procedimento: a utilização do Exército e das Forças Públicas, por exemplo, ou qualquer outra corporação militar, no plantio de lavouras e na manufatura de produtos.

O Soldado daria à Pátria seis meses de serviço militar propriamente dito, quando se inteiraria dos segredos da arte da guerra. Depois, deveria ficar mais seis meses, dando seus serviços no trabalho em proveito da batalha da produção, no campo, trepado num trator arando terra do governo, e depois, colhendo os frutos, ou nas fábricas a movimentar as grandes máquinas para que as mercadorias se multiplicassem. Terras devolutas existem por esse imenso Brasil afora, aos milhares de alqueires. Dinheiro? O Governo, ao invés de sustentar o numeroso funcionalismo da COFAP "et caterva", compraria arados, enxadas, tratores, colhedoras e caminhões, faria estradas, tudo isso com essas verbas inúteis que mantêm organismos caros e ineficientes.

Depois disso, aguardar as mãos das altistas, dos intermediários e especuladores. Está faltando

arroz no mercado pela retenção, por exemplo, e, conseqüência, o preço está altíssimo? Por que baixar uma tabela a que ninguém obedece e que força, ainda mais, o câmbio negro? O Governô, que colheu bastante e armazenou tudo isso pelo braço forte de nossos soldados, bastaria lançar, apenas, milhões de sacas de arroz no mercado a preços em condições de cobertura dos gastos e o resultado seria a baixa imediata de todo o arroz existente...

Isto é um exemplo, apenas. E nem nos digam que seria humilhante que o glorioso Exército de Caxias se rebaixasse a tanto, usando de uma enxada ao invés de um fuzil. Partindo da premissa de que o trabalho é sempre honra e dignidade e de que a função precípua das classes armadas é defender o país no exterior e sustentar as instituições no interior, pergunto: que atividade mais eficiente pode existir, hoje em dia, para a defesa das instituições — dever primeiro do militar — que a baixa imediata e real do custo de vida, que ameaça tudo de subverso e demolição?

Teria, então, o glorioso Exército de Caxias, que, por diversas vezes, salvou a Pátria de seus inimigos exteriores e que tem sido o guardião atento e zeloso de nossas instituições, a sua melhor oportunidade de agir com elevado patriotismo, credenciando-se assim, ainda mais, à estima de todo o povo brasileiro, uma vez, também, que, não pertencendo a castas, esse mesmo Exército nada mais representa que o próprio povo, uniformizado, em aprendizado útil para bem servir ao Brasil".

Mais recentemente, porém, segundo a "Fôlha da Manhã" de São Paulo, de 24-XII-954, esta idéia — que já tinha sido debatida nas nossas casas do Congresso em outras ocasiões — voltou a ser tratada na Câmara dos Deputados pelo Senhor Ruy Ramos.

Disse o Deputado Ruy Ramos, ao defender a tese do Exército bivalente: "Eu me congratulô porque posso falar neste assunto sem sofrer a repulsa que Ruy Barbosa, falando em assuntos correlatos, viu

cercá-lo por parte de elementos das Fôrças Armadas".

Salientou ainda que no último orçamento da República, enquanto o Ministério da Guerra consome 12%, à agricultura, com tôdas as suas dotações, não se reservam mais de que 6%.

Argumentou também que está finda na América a fase de Exército heróico, pensando permanentemente na guerra, e salientou que somos um país lamentavelmente subdesenvolvido, que precisa de produção devendo as Fôrças Armadas contribuir nessa nova batalha pacífica.

O Deputado Ruy Ramos sustentou que, nas condições atuais, bastaria que tivéssemos um Ministério da Defesa Nacional, com uma Diretoria da Marinha, da Guerra e da Aeronáutica. Precisamos — disse êle — de um pequeno Exército armado, bem preparado, com suficiente mobilidade para, quando necessário, mover a nação inteira em armas.

A bivalência do Exército, engajado na batalha da produção, teria dois objetivos: cessariam as objeções que se levantam contra sua improdutividade e, ao mesmo tempo poderia bastar-se a si mesmo.

O Deputado General Lima de Figueiredo, por sua vez, colaborando com o seu colega Ruy Ramos, afirmou: "que as nossas Fôrças Armadas estão em pé de paz, vivendo uma "miséria dourada", dadas as suas condições de equipamento". Afirmou ainda, que a Iugoslavia e a China empregaram os seus exércitos em tarefas produtivas e hoje ambos são capazes de atender às próprias necessidades. O mesmo caminho segue o Chile e o Brasil poderia fazê-lo também, economizando, assim, grandes dotações orçamentárias.

Exposta a situação, vejamos, agora, outro aspecto do problema.

O Serviço Militar é obrigatório, mas as Fôrças Armadas não podem receber todos os jovens de uma classe em idade militar.

Isto acontece, ao que sabemos, não somente porque os seus efetivos não comportam tão grande número de convocados, como também

porque se tal se desse transtornaria completamente a nossa economia. A retirada das atividades agrícolas e industriais de tão elevado número de braços, diminuiria sensivelmente a já escassa mão-de-obra do país. Daí surgirem as medidas de excesso, como a dispensa em massa de milhares de convocados, o que, de certo modo, pode, com o correr dos tempos, provocar descontentamento ou então gerar o desinteresse pela prestação do Serviço Militar.

Já, em 1948, quando o Governo da República encaminhou à Câmara dos Deputados o anteprojeto de lei do "Serviço Nacional", dizia em sua mensagem: "O Serviço nas classes armadas longe está de absorver a totalidade dos homens que anualmente atingem a idade legal e ainda não há uma lei que fixe os outros encargos necessários à defesa da Pátria. Nada menos de 350.000 jovens ficam anualmente, após atingir a idade necessária para servir à Pátria, sem poder receber instrução militar, excluindo-se 200.000 outros que recebem deficiente instrução militar nos tiros de guerra". ("Fôlha da Manhã" de São Paulo, de 20-VIII-948).

III — SEGUNDA PARTE

(Deficiências do operário rural)

3.1 — Operários rotineiros — Falta de mão-de-obra especializada

Outra questão muito citada em nosso país é a falta de operários especializados, principalmente na agricultura. "Nosso trabalhador do campo é rotineiro" e "não temos tratoristas em número suficiente para as nossas necessidades", por exemplo, são afirmativas comuns e muito repetidas. Mas, infelizmente, elas encerram duas verdades incontestáveis. Para provar a primeira delas vejamos o que dizem os ilustres pesquisadores Eng. Agr. Ruy Muller Paiva e Mario D. Homem de Mello, na introdução do Interessante trabalho de pesquisa econômico-social-rural, "Estudo sobre a Agricultura dos Sitiantes", realizada pelos mesmos, em Campinas, Estado

de São Paulo: "... quando considerarmos isoladamente os pequenos proprietários, ou os "sitiantes" como são melhor conhecidos, vemos que eles pouco tem aproveitado de todo esse auxílio que o Governo vem prestando à lavoura. Todos eles ainda se encontram praticando uma agricultura desoladamente rudimentar. Terras mal preparadas, culturas mal feitas e falhas; produtos colhidos de qualidade inferior e cheios de doenças, pomares com mudas de pé franco e vargens férteis inaproveitadas; criação de qualidade inferior solta em volta da casa; ambiente enfim, cheio de miséria e vazio de esperança. A eles, parece-me ainda não ter chegado qualquer auxílio do Governo".

Os convocados oriundos da zona rural são, em grande maioria, dessa laboriosa e honrada classe social. Também é sabido que os "pequenos proprietários" ou os "sitiantes" e os "operários rurais" se equivalem quanto aos conhecimentos das práticas agrícolas.

Opinião como essa, emitida por dois técnicos de renomada importância no seio de suas atividades e em todo o país, em um trabalho de pesquisa, retrata bem o estágio em que se encontra o nosso homem do campo. Ele é rotineiro e atrasado quanto às práticas agrícolas, não há dúvida.

Mas o que há de verdade quando se afirma que não há tratoristas em número suficiente para as nossas necessidades? Não temos à mão nenhum dado estatístico do número de tratoristas existentes em nosso país, mas, o simples fato de que somente há, relativamente, poucos anos, foi iniciado o ensino ou aprendizado de tal profissão em nosso meio, basta para se concluir que estamos longe de atingir o número de habilitados nessa profissão de que tanto carecemos.

3.2 — Formação de tratoristas pelo Exército

Em 18-VII-952, através das colunas do "Suplemento Agrícola do "Diário de Piracicaba", tive oportunidade de escrever um pequeno ar-

tigo de incentivo ao início das práticas agrícolas nas unidades do Exército.

O comentário nasceu com a notícia publicada no "Boletim Informativo" do Ministério da Agricultura de que três Unidades sediadas no Rio Grande do Sul, o 3º R.A. Cav. 75, o 12º R.C. e o 3º R.C., haviam solicitado àquele Ministério o fornecimento de sementes de trigo para o respectivo plantio.

Escrevi, então, no meu artigo: "Conforme diz a própria nota, deve-se consiedrar a repercussão que poderá ter essa iniciativa do Exército, pois naquelas Unidades se encontra prestando serviço militar avultado numero de jovens procedentes dos pontos mais diversos do grande Estado suíno e, possivelmente, de outros Estados, e que terao, assim, oportunidade de acompanhar o desenvolvimento da lavoura de trigo e conhecer suficientemente o seu processamento. Tal circunstância talvez venha a resultar em inumeros empreendimentos privados, porquanto, terminando o tempo de sreviço militar, aqueles jovens regressarão à vida civil, onde terão de tomar ruro profissional e muitos deles poderão adquirir o gôsto pela agricultura".

Mais adiante, no mesmo artigo, relacionei à iniciativa daquelas Unidades do Exército o aprendizado do tratorismo, como se segue: "A mecanização da lavoura em nosso país está caminhando a passos lentos em face de inúmeros problemas, e dentre êles a falta de tratoristas. Não seria magnífica colaboração à Pátria, se nas Unidades do Exército, a par do Serviço Militar, fôsse ministrado aos moços convocados um curso de tratorismo?".

Não resta dúvida de que isto seria mais um motivo para aumentar o seu prestígio perante os brasileiros e para êstes um ensejo a mais para dedicar-lhe a admiração que merece!

IV — TERCEIRA PARTE

(Sugestões)

4.1 — Serviço de Agronomia (Unidades Agrícolas)

Para remediar êsses males, em minha opinião, muito poderia concorrer o próprio Exército. Para tanto, bastaria que fôsse criado dentro dêle mais uma Diretoria — Das Propriedades Rurais da União — e, nela, o Serviço de Agronomia; ficando afeta à Diretoria, a *administração de tôdas as Fazendas pertencentes ao Exército*, e, ao Serviço de Agronomia, a responsabilidade da *produção e ensino* das práticas agrícolas e pecuárias para os convocados das Unidades Agrícolas.

Para o funcionamento do Serviço de Agronomia poderia o Exército formar um quadro de engenheiros agrônomos, como é feito para os médicos e para os veterinários, por exemplo.

A êsses técnicos caberia o bom funcionamento do novo serviço, que teria como atribuições aquelas já propostas pelo Major de Artilharia Luiz Felipe da Silva Wiedemann, da Comissão de Estudos para Aproveitamento das Propriedades Rurais da União a Cargo do Exército, ao Exmo. Sr. General Nilo Augusto Guerreiro Lima, ("Correio da Manhã" do Rio de Janeiro, 16-I-955), que podemos sintetizar no seguinte:

1º) Reunir tôdas as Propriedades Rurais da União a cargo do Exército sob uma única direção.

Levando-se em consideração:

a) que o número de propriedades, extensão e distância entre as mesmas a isto aconselha;

b) impedir a apropriação indébita das mesmas por elementos adventícios, ocasionando grandes inconvenientes, inclusive jurídicos;

2º) Estudar seu pleno aproveitamento agro-pecuário, melhorando tècnicamente as suas condições e dando novas fontes de abastecimentos;

3º) Dar uma razoável estrutura administrativa às referidas proprie-

sua eficiência, ao colaborar na organização das *granjas militares*.

Por outro lado não inclui no "efetivo", proposto para a "experiência" nem médico, nem farmacêutico, nem dentista, pelas razões seguintes :

a) Trata-se apenas de um "efetivo" para realização de uma experiência ;

b) Todos os elementos (civis e militares), nesse efetivo experimental, são como que emprestados por outras unidades, repartições, etc. e, por isso, tivemos escrupulo em sugerir pessoal numeroso ;

c) A Fazenda Chapadão, local sugerido para sede da Unidade Agrícola experimental, está situada em Campinas, cidade onde se acham sediados o 2º B.C.C.L. e um Posto de Reprodutores do Exército. Do primeiro pode ser solicitada a colaboração do Serviço de Saúde (médico, farmacêutico e dentista) e do segundo a colaboração do veterinário, se se fizer necessário.

4.2.2 — Recrutamento do pessoal

Os militares deveriam ser recrutados pelo sistema de voluntariado — ou seja, pela espontânea vontade de cada um — para oficiais,

sargentos e cabos, que poderiam ser, indiferentemente, originários da zona urbana ou rural, enquanto que para os soldados deveria ser dada preferência aos oriundos da zona rural, e que exercessem a profissão de lavrador. Esses soldados só iriam para a Fazenda (Unidade Agrícola Experimental), após terem feito, na tropa, o 1º período de instrução (Escola do Soldado).

Os três agrônomos para essa experiência, sugiro que fossem solicitados, por comissionamento, ao Governo do Estado de São Paulo. Eles deveriam preencher as seguintes condições: um com prática de direção de Estação Experimental ou Fazenda de Produção, outro, especialista em Zootécnica e o terceiro com prática de planejamento, conservação do solo, irrigação e drenagem. Tenho a certeza de que o Governo do Estado de São Paulo, como o de qualquer outro Estado, se sentiria orgulhoso em poder colaborar nessa experiência do nosso Exército. Por outro lado, posso afirmar que a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, natu- em poder colaborar, através de seus elementos, nessa notável e útil iniciativa.

4.2.3 — Organização

Esse efetivo experimental teria a seguinte organização :

Pessoal militar	1 Capitão Comandante	}	Secretaria
	1 1º ou 2º Ten. Subcomandante		
	1 1º ou 2º Ten. I.E. Tesoureiro		
	1 1º ou 2º Sgt. Sargenteante		
	2 2º ou 3º Sgts.	}	Almoxarifado — Tesouraria
	2 Cabos		
	1 Soldado		
	1 2º ou 3º Sgt.	}	Aprovisionamento e Rancho
	1 Cabo		
	1 Soldado		
	1 2º ou 3º Sgt.	}	Aprovisionamento e Rancho
	2 Cabos		
	3 Soldados		
	3 2º ou 3º Sgts. — Fiscais de campo		
	10 Cabos — Chefes de turmas		
	10 Turmas de 10 Soldados		

Pessoal civil { 1 Engenheiro-Agrônomo — Chefe.
 { 2 Engenheiros-Agrônomos — Auxiliares.

Essa organização experimental, caso fôsse necessário no correr da própria experiência, poderia ser modificada pelo Comandante, de comum acôrdo com os técnicos, de modo a satisfazer da melhor maneira o fim a que destina. O resultado final poderia, então, servir de "esquema" para as futuras unidades agrícolas que por ventura viessem a ser criadas, isto é, com os resultados obtidos nessa experiência poder-se-ia prever com maior segurança um tipo de efetivo para Unidades Agrícolas.

4.2.4 — Funções

Capitão — Funções próprias de um comandante de subunidade (isolada). Chefiaria o pessoal e seria responsável não somente pela disciplina como também pela instrução militar. Entretanto, a parte de produção e ensino agrícola seria afeta ao Eng. Agr. Chefe, pois, estas são funções técnicas.

Tenente Subcomandante — Funções próprias de um subcomandante de subunidade e seria o instrutor da parte de instrução militar.

Tenente I.E. — Funções de Tesoureiro-Almoxarife.

Os demais como está indicado no esquema de organização.

Pessoal civil :

Eng. Agr. Chefe — Responsável pela parte agro-pecuária. Agiria sempre de acôrdo com o Comando, mas teria autonomia na chefia dos serviços agro-pecuários propriamente distos. Competir-lhe-ia, pois, traçar o plano de trabalhos agrícolas (quais as culturas a serem feitas, época de plantio, tratamentos culturais, colheitas, secagem, beneficiamento, etc.) e bem assim a parte atinente à pecuária. Igualmente lhe ficaria afeta a parte educacional agro-pecuária, cujo mecanismo de execução poderia ser organizado como vai descrito mais adiante em linhas gerais.

Eng. Agr. Auxiliares — Um seria encarregado da parte zootécnica e, portanto, responsável pelo funcionamento desse serviço e das aulas sobre esse assunto. Outro, seria o encarregado da parte de mecânica agrícola, compreendendo não somente o planejamento e execução da parte de conservação do solo, irrigação e drenagem, como também seria o instrutor da parte de tratorismo e práticas com as diferentes máquinas agrícolas (arado, grade, sulcador, cultivador, etc.).

Alguns sargentos, como está especificado no quadro de efetivo, exerceriam as funções próprias de sargentos e bem assim alguns cabos (Secretaria, Tesouraria, Almoxarifado, etc.), os outros, ainda de acôrdo com sua classificação no quadro de efetivo, seriam auxiliares dos agrônomos nos serviços de campo. Receberiam, para isso, instruções e aulas especiais sobre os respectivos serviços.

Esses sargentos e cabos, auxiliares de agrônomos, deveriam ser, de preferência, elementos oriundos da profissão de lavrador e, portanto, já com alguma prática dos serviços agro-pecuários.

Além dessa condição poder-se-ia mandar fazê-los executar um estágio em lugares convenientes como: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", de Piracicaba, Instituto Agrônomo de Campinas, e em Fazendas de Criação do Governo Federal e do Estado de São Paulo, por exemplo. Embora sem falar em nome dessas entidades, é claro, estou absolutamente certo de que todas elas prestariam o seu concurso ao Exército com o máximo de boa vontade e de eficiência.

Todos os componentes da Unidade Agrícola exerceriam as funções determinadas pelo quadro do efetivo e, também, como operários rurais, trabalhando e aprendendo, produzindo e se aprimorando nas lides pastoris e agrícolas, conduzidos pelos respectivos técnicos.

Convém notar também que a localização da Fazenda Chapadão, em Campinas, é ideal para a criação ali, no futuro, de um Núcleo ou Centro de Treinamento Agro-pecuário, sob o comando de oficial superior, para a preparação de oficiais e sargentos destinados aos efetivos das futuras unidades agrícolas.

Em Campinas está localizado o Instituto Agrônômico e bem assim outras importantes repartições da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, além de ficar a apenas uma hora de automóvel e duas horas de trem, de Piracicaba sede da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" e, igualmente, a uma hora de automóvel e duas de trem, de São Paulo, onde no Parque Água Branca, está situado a Divisão da Produção Animal do Estado de São Paulo.

Essas entidades, estou certo, muito poderiam contribuir nesse treinamento de oficiais e sargentos destinados as unidades agrícolas, caso fossem solicitadas pelo Exército, pois é claro que não se negariam a colaborar nesse empreendimento.

4.2.5 — Meios

Desconheço a situação das Fazendas do Exército, inclusive no tocante a esse capítulo, mas mesmo assim desejo fazer algumas sugestões, como se segue:

a) *Vencimentos do pessoal militar* — Como para a experiência proposta o pessoal (Oficiais, Sargentos, Cabos e Soldados) será fornecido pelas Unidades da Região Militar, às quais continuará pertencendo para efeito da percepção de vencimentos, ficando considerado em destino na Fazenda sede da experiência, não haverá, conseqüentemente, aumento de despesa.

b) *Vencimentos do pessoal civil* — Deixo de dar qualquer alvitre a esse respeito por desconhecer os caminhos da burocracia, nesse caso. De qualquer modo, porém, mesmo que o Exército deva pagar vencimentos aos mesmos, em virtude do seu pequeno número —

apenas três — a despesa, naturalmente, será pequena. Além disso, ela será perfeitamente coberta com os produtos da própria fazenda.

c) *Máquinas* — É um fator imprescindível para a realização do empreendimento, entretanto, convém lembrar que o Ministério da Agricultura mantém "Patrulhas Mecanizadas" em vários pontos do país, destinadas à realização dos serviços de mecanização da lavoura a baixo preço (preço de custo). Acredito que, para esse "teste" o Ministério autorize o emprêgo das máquinas nas Fazendas do Exército, gratuitamente.

No Estado de São Paulo há, ainda, as "Patrulhas Mecanizadas" pertencentes à Secretaria da Agricultura e que fazem os mesmos serviços. Estou certo, também, que poderão colaborar do mesmo modo nessa empresa.

Caso o empreendimento seja coroado de êxito, como acredito que o será, o Ministério da Guerra incluirá em seus orçamentos futuros, verbas destinadas a suprir suas fazendas com essas imprescindíveis máquinas.

d) *Utensílios* — Para esse item podemos argumentar da mesma maneira, isto é, utilizar-se-ão no "teste" os utensílios por ventura existentes na Fazenda. Se houver uma verba, por pequena que seja, poderá ser empregada na compra daquilo que for imprescindível.

No caso de não haver nem uma nem outra cousa, tomar-se-á emprestado ao Governo Federal (Ministério da Agricultura) ou ao Governo Estadual (Secretaria da Agricultura) e a experiência será realizada da mesma maneira.

e) *Sementes e Adubos* — As sementes poderão ser obtidas por doação ou por empréstimo, igualmente, nos Serviços de Fomento do Ministério da Agricultura (federal) ou da Secretaria da Agricultura (estadual).

Já os adubos poderão ser adquiridos nas firmas distribuidoras desses produtos para pagamento com o numerário a ser conseguido com a venda de uma parte daquilo que for produzido na Fazenda.

4.3 — Programa de Ensino para as práticas agro-pecuárias

Desde que a alta administração do Exército determine a realização da experiência, como uma fonte de pesquisa a ser feita para verificar a conveniência da adoção ou não do Serviço de Agronomia no Exército, com a criação de Unidades Agrícolas, os engenheiros agrônomos que forem escolhidos para tal missão poderão facilmente elaborar um programa que se coadune com o local e meios de que dispuserem.

Esta é a razão porque deixamos de acrescentar a este trabalho um programa para essa atividade. Esse programa, objetivo como deve ser, só poderá ser elaborado após o prévio conhecimento do "material" de que se irá dispor, como pessoal, área, máquinas, espécies de lavouras, etc.

V — CONCLUSÃO

Eis aí a largos traços, é verdade, um plano para a criação do Serviço de Agronomia no Exército com as respectivas Unidades Agrícolas.

Deixo de apresentar qualquer sugestão para a Direção Geral do Serviço porque minha intenção é, em primeiro lugar, provar o valor e a utilidade da adoção do Serviço de Agronomia no Exército Brasileiro, por meio das Unidades Agrícolas. Desde que o Serviço fôsse criado no Exército, essa parte de sua direção geral, é claro, seria cuidada pela alta direção do Exército no seu devido tempo.

Seja ou não aproveitada essa idéia, estou certo de que a criação desse serviço em nosso Exército, como no Exército de todas as Nações de fraca economia, como o nosso, será uma contingência do próprio tempo. Isto é, mais hoje

ou mais amanhã, ele terá que surgir. Os Exércitos na América, como bem disse o Deputado Ruy Ramos na Câmara Federal "já findara a sua fase de "Exército Heróico", pensando permanentemente na guerra".

É chegada a hora do nosso glorioso Exército contribuir nessa batalha pacífica — o aumento da produção!

VI — BIBLIOGRAFIA

(Citações e consultas)

1. CAVALCANTI, Francisco Pessoa, (1946) — Questões de Governo — (Economia Rural).

2. CAVALCANTI, Francisco Pessoa, (1954) — Nos Bastidores da República — (Fatos que eu vi e vivi) — S. Paulo.

3. MULLER PAIVA, Ruy e Mario D. Homem de Mello, (1942) — Estudo Sobre a Agricultura dos Sitiantes — Revista do Arquivo Municipal — Ano VIII — Volume LXXXVI — São Paulo.

4. FONSECA, Gondim da (1954) — Recado Carioca — "Fôlha da Manhã" de 3-VI-954, — São Paulo.

5. MENEZES, Ruy (1954) — Soldados de Enxada na Mão... — "Correio de Barretos" de 19-V-954 — Barretos — Est. São Paulo.

6. RAMOS, Ruy (1954) — Discurso na Câmara dos Deputados — "Fôlha da Manhã" de 24-XII-954 — São Paulo.

7. CORDEIRO, Copérnico de Aruda (1952) — O Exército na Campanha do Trigo — Suplemento Agrícola do "Diário de Piracicaba" de 18-VII-952 — Piracicaba — Estado de São Paulo.

8. Wiedemann, Luiz Felipe da Silva (1955) — O Exército e a Agricultura — "Correio da Manhã" de 16-I-955 — Distrito Federal.

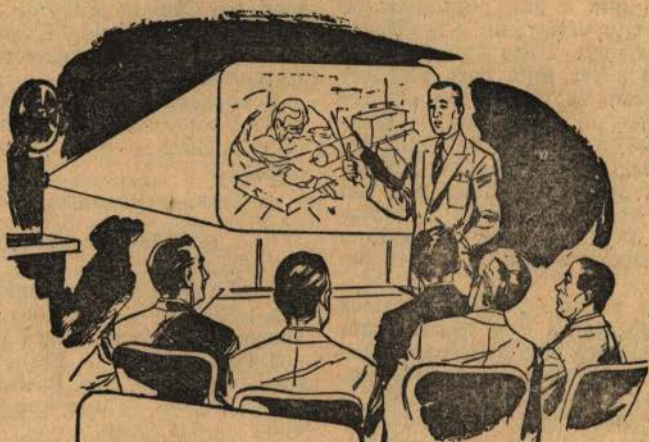
JOALHERIA HERMAN

Anéis Militares com todas as Armas — Jóias, Relógios e Bijuterias

CONSERTAM-SE JÓIAS E RELÓGIOS

Sz. H. Klajmic

RUA DR. GARNIER, 390 "RIEX" — TEL.: 48-8502 — LOJA CENTRAL



EMPRESTAMOS

filmes educativos em
16 mm comentados
em português.

Temos em nossa filmoteca excelentes documentários sobre mecânica, engenharia, aviação, química, agricultura, indústria do petróleo e outros temas de grande utilidade. Esses filmes são cedidos por empréstimo aos estabelecimentos de ensino, instituições, quartéis, fábricas e associações culturais e recreativas. Caso os interessados não possuam projetor sonoro, as exhibições serão feitas pelos operadores da Shell com os aparelhos que levarão ao local para esse fim.

Para obter catálogos e maiores detalhes sobre o nosso SERVIÇO GRATUITO DE FILMES, dirija-se à



SHELL BRAZIL LIMITED

Rua Teófilo Otoni 15 — 4.º andar — Caixa Postal 3842 — RJP

MENSAGEM AOS ARTILHEIROS

Em fins de 1953, os instrutores de Artilharia da EAO foram informados de que residia nos arredores de Paris o Coronel reformado Joseph Weller, antigo instrutor de Artilharia da MMF no Brasil durante nove anos. Enviaram-lhe então uma saudação de Natal, assinada por todos os oficiais que constituíam, à época, o corpo de instrutores do Curso que ele ajudara a consolidar trinta anos atrás.

O Cmt. Weller — ele será sempre, na memória dos que o conheceram, o símbolo do capitão de artilharia entusiasta — agradeceu os votos numa carta, em que fazia referências especiais a seus colaboradores imediatos na EAO; e a todos os oficiais brasileiros que o felicitaram, ele remeteu, pelo correio, cópia da missiva carinhosa.

É com real satisfação que transcrevemos, no idioma original, este documento valioso, cheio do entusiasmo pela Artilharia que anima ainda hoje, em sua velhice apurada, o mestre inesquecível. O aprêço que conserva pelo Brasil, e a memória dos amigos que aqui deixou, o levam sistematicamente ao gabinete do Adido Militar Brasileiro sempre que vai a Paris. A ele muito devem, no terreno profissional, não apenas os que o conheceram, mas também, sem o suspeitarem, todos quantos, na Escola Militar e na EAO absorveram, transmitida pelos seus discípulos, e pelos discípulos de seus discípulos até o negro ano de 1942, em que a EAO foi fechada, a lição de objetividade e eficiência que foi o traço característico de sua atuação de instrutor no Brasil.

A "A Defesa Nacional" está certa de proporcionar, assim, um grato prazer aos artilheiros veteranos que devem a sua orientação segura, no passado, o desembaraço e a presteza com que assimilaram, na última guerra, os processos modernos de tiro.

Mes chers amis,

La plus belle récompense que puisse recevoir un instructeur c'est de savoir qu'il n'est pas oublié. Aussi plus tard vous comprendrez l'émotion que j'aie éprouvée lorsque j'ai reçu la carte des instructeurs d'artillerie de l'E.A.O., que m'a transmise votre Attaché Militaire à Paris, le Col Costa Braga. Vous avez eu une pensée délicate, et je vous remercie. A plusieurs reprises déjà il m'est arrivé de reprendre cette carte, d'en relire les signatures et de rêver à cette chère E.A.O.

On me trouvait très exigeant. Mais aussi quelles belles Ecoles à Feu ont pu exécuter les Turmas, de 1923 à 1932, avec l'aide de votre ancien, toujours jeune, le Capitaine Djalma Dias Ribeiro, et de ceux qui lui ont succédé, tous généraux ou colonels aujourd'hui : Paulo Lopes, Lima Camara, Ribas, Veris-

simo, Bina Machado, Pessoa Leal, Falcão, Amangá, Carvalho Dias, C. Farias... Je voudrais les nommer tous. Je n'ai garde d'oublier le concours des Groupes d'Artillerie de Ville Militar, et parmi eux celui que commandait alors le Maréchal Mascarenhas — car en ce temps-là, je n'avais pas réussi à obtenir un Group ou même une Bie Ecole.

Et les Services en Campagne ! (Où sommes-nous ?) Et les retours "à fond de culotte" avec le cheval 25, qui connaissait si bien la région, qu'il me suffisait de lui dire, au départ, en lui flattant l'encolure : "Aujourd'hui, position de Batterie : Guaraciaba, ou M^o da Boa Vista, ou Faz. Engenho Novo, ou M^o do Carrapto (quelles bestioles embêtantes !)" et il nous conduisait sans erreur.

Et les verres de jus de cannes qu'ont pressait devant moi, à cette

barrière, derrière la Gare, le long de la voie ferrée (98.060-99.080), comme je les appréciais quand il faisait chaud, après le Tir. Et surtout, nous faisons du bon travail.

Je suis bien sur que vous, les Instructeurs d'aujourd'hui, avec des officiers-élèves pleins d'ardeur, comme ceux d'il y a 25 et 30 ans, et que vous leur enseignez ce qui, seul, compte : le Tir, le Tir précis sans gaspillage de Munitions, le Tir rapidement déclenché, observé et efficace, seule raison d'être de l'Artillerie.

Je me souviens... Thème : le Brésil est en guerre avec — di-

sons le Thibet. Un Group, ou une Batterie rassemblée au pied du Monte Alegre reçoit l'ordre : Reconnaissance. En route. — Souvenirs ! Souvenirs !

Aujourd'hui, les choses ont changé, je le sais bien. Et c'est pourquoi suis si attaché à ces souvenirs d'une époque disparue, qui me fait revivre un métier que j'adorais et où j'ai rencontré tant d'excellents camarades.

Merci encore, mes chers Amis. Mes vœux vous accompagnent. Les Saudades ne sont pas un vain mot.

(a) J. Weller.

CASA ULLOA

ARTIGOS DE COURO EM GERAL

Artigos de Montaria, para Corrida — Salto — Polo — Campo, etc.

Pastas — Cintos — Carteiras e Artigos para Cães

FABRICAÇÃO PRÓPRIA — EXECUTA-SE CONSERTOS

O. ULLOA & CIA. LTDA.

LOJA E OFICINA

Avenida Rodrigo Otávio, 269-loja B — Gávea

RIO DE JANEIRO



PRODUTIVIDADE

EUGENIO GUDIN

O mais grave dos problemas econômicos nacionais é o da baixa produtividade. Para somente citar dois índices, entre muitos : a) 9.454.520 pessoas ocupadas em atividades agrícolas ou pecuárias no Brasil (censo de 1940) produziram menos de um milhão de dólares ; 10.400.000 pessoas nos Estados Unidos produziram cerca de 8 bilhões ; b) as estradas de ferro norte-americanas giram um milhão de toneladas-quilômetro anuais para cada 1,15 ferroviário, as argentinas um para cada 6, e as brasileiras um para cada 10.

E a única forma pela qual o padrão de vida do operário da indústria ou dos campos pode ser melhorado é a de habilitá-lo a produzir mais. Se o padrão médio de vida de hoje é muito mais elevado do que o de 200 anos atrás, isto é devido ao enorme desenvolvimento que a Revolução Industrial proporcionou ao homem, sob a forma de ajuda mecânica à produção.

* *

A produtividade industrial no Brasil é, salvo raras e honrosas ex-

ceções, muito baixa. Um magnífico estudo publicado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) (reproduzido na revista "Estudos Econômicos" de março e julho de 1951) sobre a indústria têxtil em cinco países da América Latina, mostra que, se essa indústria fosse modernizada e racionalizada no Distrito Federal do Brasil, produziria, com o mesmo pessoal, mais 280 % na fiação e mais 694 % na tecelagem. Mesmo sem reformar a maquinaria antiquada (que está a exigir substituição na proporção de 90 %), diz o Relatório, poder-se-ia melhorar a produtividade do operário de fiação na razão de 80 %.

Os índices da produtividade agrícola estão também longe de ser favoráveis. A enxada tem sido e continua a ser o maior inimigo do padrão de vida do camponês brasileiro. Estatísticas recentes da produção agrícola indicam uma bem melhor produtividade nas culturas do arroz, do trigo e da cana de açúcar, em progressiva mecanização, em comparação com as lavouras do feijão, do milho, da mandioca e da batata, ainda no regime da enxada.

Pelo simples enunciado do problema da produtividade, vê-se que ele é muito mais um problema técnico que econômico. A Revolução Industrial foi feita pela Engenharia, pela Física, pela Química, e não pela Economia.

O instrumento de ligação da Indústria e da Agricultura com as Universidades são os Institutos de Tecnologia, órgãos técnicos. A pesquisa científica é muito dispendiosa. E é por isso que ela passa por vezes a constituir um monopólio das grandes empresas. Os Institutos de Tecnologia, em que os resultados das pesquisas são acessíveis a todos, constituem um instrumento de democratização econômica e de entrave aos monopólios. Acresce ainda a circunstância de que há mais liberdade de pesquisa nas Universidades que nos laboratórios das empresas, de sorte que as invenções não são somente as de caráter induzido (chamam-se induzidas (Hicks) as invenções que se destinam a baixar os custos de produção por substituição de fatores) mas também as autônomas.

Mas se se trata de um problema técnico, como explicar que sobre ele esteja aqui dissertando, um economista?

É que, no problema da produtividade, há vários e importantes aspectos de caráter econômico, os quais vamos agora examinar sucessivamente.

§ 1º. A MEDIDA DA PRODUTIVIDADE

Seja qual fôr o método estatístico adotado para a medida da produção e, conseqüentemente, da produtividade, quer dividindo-se o volume físico do produto (no caso de produto homogêneo) pelo número de operários, ou valor ponderado dos vários produtos pelo número de homens-hora, ou recorrendo ao método de amostragem, surgem umas tantas dificuldades, que não são fáceis de superar.

A primeira é a de definir ou limitar uma indústria. A indústria do cimento, por exemplo, pode incluir ou excluir a estamperia, etc. Há, em seguida, a dificuldade ori-

unda das diferenças de qualidade dos produtos, que tornam precária a agregação num algarismo único. No caso das indústrias que dão mais de um produto, como gás e coque, surge ainda a dificuldade de reduzi-los a um denominador comum. É verdade que nas comparações intertemporais muitos desses precalços perdem importância, já que os índices se referem a condições idênticas nas duas épocas.

Vencidas, bem ou mal, essas dificuldades estatísticas, é preciso não esquecer que os algarismos da produção devem sempre ser interpretados à luz dos fatos econômicos, como do histórico econômico no período considerado e dos métodos adotados para a ponderação. Na interpretação da produtividade da indústria carbonífera nos Estados Unidos comparada com a da Inglaterra, por exemplo, há que considerar as condições de muito mais fácil exploração das camadas carboníferas americanas. Na comparação da produtividade da indústria do aço, importa considerar a diferença da qualidade do minério e, portanto, da quantidade do combustível necessário para reduzi-lo.

Na comparação intertemporal do índice de produtividade de uma mesma indústria é indispensável atentar também para a sua vulnerabilidade aos ciclos de prosperidade e depressão. Nas estradas de ferro, por exemplo, como nas estações de energia hidrelétrica, não sendo a variação da despesa proporcional ao número de unidades produzidas, e representando os custos fixos uma forte percentagem do custo total, a indústria é muito vulnerável às variações da atividade econômica.

Nos estudos da produtividade de uma economia em expansão, como a nossa, é interessante procurar distinguir entre o aumento da produtividade propriamente dita e o aumento da produtividade que resulta da transferência dos fatores de produção de setores, onde a produtividade é baixa, para outros, onde ela é mais alta. Estudos dessa ordem foram objeto de trabalhos de Salomon Fabricant (Employment in Manufacturing) e de A. Maddison

(Economic Journal — Setembro de 1952). De difícil realização estatística entre nós, é, entretanto, considerável o seu interesse.

Para a pesquisa das medidas a adotar para melhoria da produtividade numa determinada indústria ou numa determinada fábrica, o mais útil é a comparação direta dos processos de produção em cada setor de cada indústria. Foi o método adotado no célebre relatório Platt, comparativo da produtividade da indústria textil da Inglaterra com a dos Estados Unidos, o qual revelou, com irrecusável evidência e não menor surpresa, o grau de atraso da indústria textil inglesa, relativamente à americana. Mas, aí, já o problema se torna inteiramente técnico e não mais econômico.

* *

Os algarismos da quantidade de produto obtido por unidade de mão-de-obra não exprimem tudo, pois além das unidades de trabalho empregadas para obter determinada quantidade de um produto final, é preciso computar as unidades de trabalho despendidas na produção das máquinas.

Em princípio, há quatro elementos que determinam a quantidade de trabalho indireto necessário para manter o capital: 1º) a quantidade de capital (maquinaria, etc.), por operário; 2º) a quantidade de trabalho necessário para a ótima conservação da maquinaria; 3º) a taxa de renovação do equipamento; 4º) o produto por unidade de trabalho da indústria de construção de máquinas.

Não é somente a produtividade da indústria, portanto, que fabrica o produto final que importa considerar, mas também a produtividade das indústrias que fabricam as máquinas. Porque, afinal de contas, o que interessa é a quantidade total de fatores de produção utilizados, direta ou indiretamente, na unidade do produto final para consumo. Se a proporção e o valor das unidades de trabalho necessários à construção, conservação e substituição da maquinaria forem muito elevados, pode-se às vezes, chegar à conclusão

de que o conjunto do processo de produção não é econômico, apesar de ser a fase de fabricação do produto final altamente produtiva.

Na medida em que o trabalho direto é substituído pelo capital, isto é, em que o homem é substituído pela máquina, importa examinar a relação do valor do capital para o valor do produto, isto é, o "capital-output ratio", para reduzir as possibilidades e vantagens de substituição de um fator de produção pelo outro. Aí está o economista na plenitude de suas atribuições, que é a aplicação do princípio marginalista.

* *

Em princípio, o estudo da produtividade abrange todos e cada um dos fatores de produção: matérias-primas, energia, capital, etc. E o interesse da produtividade de cada um desses fatores será tanto maior quanto mais escasso ele for. No nosso caso, do Brasil, a produtividade comparada do capital, em suas diversas aplicações (Agricultura, Indústria, Serviços de Utilidade Pública, etc.), é de especial interesse, porque o capital é um dos mais escassos de nossos fatores de produção.

Não obstante a necessidade de tomar em consideração os índices de produtividade dos outros fatores, é a quantidade de produto por unidade de trabalho que constitui o índice fundamental da produtividade. Porque o melhoramento generalizado desse índice, englobando indústrias de consumo final, de produtos semi-acabados e de bens de produção, traduz a melhor utilização do trabalho humano e, por conseguinte, a melhoria do padrão de vida da população.

* *

Intervém, aí, a questão fundamental do salário. Para que o salário se eleve é preciso que haja escassez relativa de mão-de-obra. Em regime de sub-emprego, isto é, de excedente de mão-de-obra, a alta produtividade por operário empregado não dá lugar, por si só, ao salário elevado.

Vejam-se, por exemplo, os casos do Japão e da Argentina. Ambos conseguiram formar o capital necessário para importar: o Japão a maquinaria industrial, a Argentina os tratores e a maquinaria agrícola. Atingiram assim uma elevada produtividade *por operário ou trabalhador empregado*, mas os salários continuaram baixos, por força da abundância de mão-de-obra. (1)

Foi essa conjugação de uma alta produtividade por operário, empregado com baixos salários, que permitiu ao Japão exercer uma forte concorrência no mercado internacional de produtos industriais e aos estancieiros argentinos realizar grandes fortunas, como bem descreve o Professor Raul Prebisch.

Os altos salários que vigoram nos Estados Unidos não decorrem, *originariamente*, da alta produtividade do operário americano. O que, *originariamente*, faz com que o salário se eleve é a escassez relativa da mão-de-obra. Mas uma vez que há escassez, o único meio de poder pagar o alto salário é aumentar a produtividade do operário, lançando mão de métodos de produção indiretos (round-about) e altamente produtivos, que consistem no emprego de uma forte quantidade de capital por unidade de trabalho, de sorte que as produtividades marginais dos dois fatores venham a se igualar. Se fossem abertas as portas dos Estados Unidos à livre imigração (o que é hoje, praticamente, inconcebível), a abundância de mão-de-obra faria baixar os salários. E a produtividade por unidade de trabalho passaria a decair, pela gradativa substituição que se verificaria do fator de produção capital pelo fator de produção trabalho.

A alta produtividade do operário

americano, no começo deste século, explica-se pelo imperativo com que se defrontava a Indústria: oferecer ao trabalhador agrícola, para atraí-lo a seu serviço, um salário maior que o da Agricultura. Isso não teria acontecido se o trabalhador agrícola, em vez de escasso, fosse superabundante. E para pagar salário maior, era a Indústria forçada a adotar métodos capitalísticos, de alta produtividade por unidade de produção de trabalho.

Não é, entretanto, certo dizer — como às vezes se lê — que, quando há grandes disponibilidades de terra, os salários da Indústria devem ser elevados para que possam concorrer com a proveitosa alternativa do trabalho agrícola. Para que isso fosse verdadeiro seria preciso não somente que a mão-de-obra fosse relativamente escassa, mas que as condições do trabalho agrícola, clima, fertilidade das terras, equipamento, “know-how”, etc. (2) fossem favoráveis. Seria inconcebível, por exemplo, que a mão-de-obra no Brasil fosse cara por motivo da grande disponibilidade de terras na Amazônia.

A substituição do fator trabalho pelo fator capital e vice-versa, depende da produtividade e dos preços relativos dos dois fatores. Com a intensa procura de gêneros alimentícios e com a escassez de mão-de-obra que se verificaram nos Estados Unidos durante a segunda guerra, os salários subiram 300 % a partir de 1939, enquanto o custo da maquinaria subiu apenas 100 %. Daí a intensa mecanização que se processou nos Estados Unidos, nesse período.

* *

Poder-se-ia perguntar a razão por que não se mede a produtividade

(1) Parece contraditório falar em adoção de maquinaria, quando a mão-de-obra é superabundante. E que há uma série de misteres que não podem ser realizados sem o auxílio da máquina, ainda que simples ferramenta. Há casos em que a maquinaria pode ser rudimentar e de baixo preço (como o arado para tração animal em vez do trator mecânico), mas há outros em que a maquinaria somente existe em tipo moderno e eficiente (fornos de aço, locomotivas Diesel, etc. Mau grado a superabundância de mão-de-obra, a Índia adota essa maquinaria).

(2) E é essa a razão da inconsistência da reforma agrária que se propõe realizar no Brasil e em outros países, procurando resolver o problema da melhoria do padrão de vida do trabalhador pela simples redistribuição de um só dos fatores de produção, o fator terra. Desamparado de capital, de “know-how”, de crédito, o novo proprietário trataria, desde logo, de vender suas terras a quem dispusesse desses outros fatores de produção.

pela simples comparação de preços e custo, em vez de recorrer a métodos estatísticos por vezes complicados para apurar a produtividade por operário ou por hora de trabalho.

É que os mesmos preços e custos podem resultar de produtividades muito diferentes. Os Estados Unidos e a Rússia podem concorrer com preços iguais no mercado internacional. Mas enquanto a capacidade de concorrência dos Estados Unidos resulta de uma alta produtividade "per capita", a da Rússia (como também a do Brasil ou a da Índia) funda-se na mão-de-obra barata, geralmente conjugada com equipamento escasso ou ineficiente.

O estudo da produtividade não é, portanto, um estudo de comparação de preços e sim de comparação de produtividade física do trabalho humano; em outras palavras: da taxa da produtividade da mão-de-obra. O padrão de vida elevado não decorre de baixos custos monetários de produção e sim de alta produtividade física da mão-de-obra.

§ 2º. OUTROS ASPECTOS ECONÔMICOS

Não é somente da quantidade e qualidade do equipamento que depende a produtividade.

Há vários outros fatores que intervêm. Há, por exemplo, indústrias para as quais um volume mínimo de produção é indispensável para que se possa adotar um método econômico de produzir. Na indústria de automóveis, por exemplo, considera-se necessário um mínimo de 30 ou 40 mil automóveis para amortizar o custo das matrizes de um modelo.

Na indústria de tecidos, por exemplo, pode haver uma grande divisibilidade do equipamento; pode uma pequena tecelagem utilizar teares e equipamentos de alta eficiência. Mas em outras indústrias a divisibilidade do equipamento é muito menor. Não é possível instalar economicamente uma "linha de montagem" para automóveis ou um equipamento de trabalho em série para um matadouro, sem um

volume mínimo bastante elevado de produção.

Outro elemento que intervém na produtividade é o da padronização.

O U.S. Bureau of Standards publica periodicamente uma lista indicando as reduções nas variedades, tamanho e forma dos diferentes produtos. Um exemplo ao acaso: uma lista relativa à padronização, isto é, redução do número de tipos de produtos no ano de 1937:

Cobertores, de.....	78 para	11
Tecidos de algodão, de	460 para	94
Outros tecidos de algodão, de.....	454 para	26
Chapa de aço, de.....	1630 para	209
Latas para frutas, de..	200 para	21
Garrafas para leite, de	49 para	4
Tijolos, de.....	75 para	2

Importa também considerar o problema da *organização racional*. Não é somente operário e maquinaria. Há elementos independentes da mecanização ou da técnica de produção, que afetam apreciavelmente a produtividade do operário.

O bom planejamento da fábrica, a colocação das máquinas, a programação da produção, a seriação e interdependência das operações, são elementos que influem seriamente na produtividade da indústria.

Não é menor a importância do que se tem recentemente denominado de *relações humanas*, isto é, da arte de bem lidar com o operário, de criar na fábrica uma atmosfera favorável ao trabalho, de adotar um sistema de pagamento atrativo para o pessoal, etc. São elementos que influem na estabilidade (turn-over) do pessoal e portanto no apuro de sua capacidade e habilidade.

No interessante livro "Secret of Industry" por Lewis Ord, lêem-se as seguintes observações referentes às novas instalações de Ford para produção em massa. "O ponto essencial da nova instalação, comparado com o anterior, é o *movimento contínuo*. A redução das despesas gerais foi enorme. Todo o pessoal que transportava material dentro da fábrica desapareceu. Toda a papelada dos controles desapareceu... Não havia mais

cupons... Não havia mais trabalho por peça... Não havia mais cálculo do custo detalhado de cada operação... Não havia sub-almoarifado para depósito de peças... Quantidade de caminhões desapareceu, etc".

§ 3º. PRODUTIVIDADE MARGINAL E SUBSTITUIÇÃO

O economista encara o problema da produtividade sob o ângulo da produtividade marginal de cada fator e das possibilidades de substituição de trabalho por capital e vice-versa.

Intervém aí, entretanto, a questão da elasticidade de substituição.

Se partirmos da hipótese de uma absoluta elasticidade de substituição, então o problema se resolve pela forma clássica de procurar as combinações mais vantajosas para os vários volumes de produção.

É o problema usualmente tratado nos livros-texto, como por exemplo no de K. Boulding "Economic Analysis" (1ª edição, pág. 507). Traçam-se as isoquantas do volume da produção, as linhas de isocusto e ligam-se os pontos de tangência para ter a linha das combinações mais vantajosas ou linha de escala.

Mas a forte elasticidade de substituição é uma hipótese que não se verifica correntemente. Já escrevia Pareto (3): "Se os coeficientes de fabricação não são todos constantes, também não são todos variáveis. Cada quantidade de minério de ferro sómente pode dar, etc.". Intervém aí os fatores *limitativos*, com o minério de ferro, citado por Pareto, os quais não podem ser objeto de substituição, porquanto eles têm uma relação rígida com o produto. Para obter o produto é necessário empregar uma quantidade determinada do fator. O fator limitativo tem também uma importância capital no problema agrícola da adubação química dos solos; é inútil aumentar a quantidade de outros elementos fertilizantes se não se aumenta paralelamente a quantidade

do fator limitativo. É a chamada lei dos mínimos. Seja qual for a função de produção, os fatores limitativos estão ligados ao produto por equações independentes.

Além dos fatores limitativos há a considerar os fatores *indivisíveis* constituídos, em regra, por unidades de grandes dimensões, indivisíveis (sob pena de uma forte perda de eficiência), como por exemplo uma turbina a vapor, um laminador de aço, uma linha de montagem de automóveis, etc. A utilização desses fatores não pode ser decidida sob critérios marginais.

Estas restrições não importam em dizer que desaparecem nesses casos as possibilidades de melhoria da produtividade. Essas possibilidades persistem através os métodos e a técnica empregada no processo da produção, mesmo sem alterar as proporções dos fatores limitativos e sem que alguns dos fatores sejam divisíveis.

§ 4º. ASPECTOS MONETÁRIOS

O problema da produtividade está intimamente ligado ao do pleno emprego dos fatores de produção. G. Halm escreve que logo que a situação se aproxima do pleno emprego, baixam a disciplina e a produtividade. (4).

É um fato conhecido que nas fases de depressão, quando as indústrias despedem empregados, o produto "per capita" sói aumentar, não sómente por terem sido dispensados os menos eficientes como pela insegurança que resulta para os restantes. Casos há em que a produtividade aumenta, apesar da pior utilização do equipamento da fábrica.

Inúmeros são os exemplos em nosso país da queda de produtividade com o advento da lei social da estabilidade no emprego e da intensificação do regime do pleno emprego.

Daí resulta que a produtividade é ótima, que o máximo de produção e de renda nacional correspondem a uma situação inferior à de pleno

(3) Curso, § 714.

(4) Muito interessante a esse respeito é o recente artigo de J. Vine. "Full Employment at Whatever Cost?" na "American Economic Review".

emprego. Se bem que seja sumamente difícil aplicar essa política, haveria vantagem econômica em manter uma situação de menos do que pleno emprego da mão-de-obra, mau grado a necessidade de sustentar os desempregados.

Outra face do aspecto monetário, no tocante à produtividade, é a da formação do capital, de vez que a produtividade está diretamente ligada a essa formação.

Uma política monetária inflacionária pode dar lugar a uma considerável *distorção* dos investimentos, com hipertrofia dos investimentos chamados "de propriedade" (edifícios de apartamentos, residências de luxo, etc.) e detrimento dos investimentos chamados "de uso" (fábricas, estradas de ferro, etc.).

Aquêles que têm suas economias a aplicar, fogem, com pavor, das aplicações de renda fixa; afastam-se, com desconfiança, da aplicação em ações das sociedades anônimas, porque a experiência tem demonstrado que a elevação dos dividendos está longe de compensar o ritmo da depreciação monetária.

Assim, inflação e hiper-emprego — como se verificam intensamente entre nós, no momento atual — constituem o pior clima possível para a produtividade.

§ 5º. A APROPRIAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA PRODUTIVIDADE

A melhoria da produtividade pode ter duas aplicações: a da baixa dos preços conseqüente à redução dos custos — e a da alta dos salários e demais rendimentos dos fatores, mantendo-se os preços constantes (5).

Para a economia do país como um todo, é indiferente a solução adotada. Se os preços baixam e os salários permanecem constantes, isto corresponde a um aumento da renda real, da mesma forma que se os preços se mantêm constantes e os salários sobem. Num e noutro caso o que importa é a diferença entre salários e preços, correspondente ao aumento da renda real.

Em princípio, especialmente sob o aspecto de justiça econômica universal, a melhoria da produtividade deveria traduzir-se numa baixa de preços que aproveitasse não somente ao país onde ela se verifica e aos seus supridores mais diretos, mas ao mundo inteiro.

Contra essa orientação insurgem-se não somente os sindicatos operários, como os próprios empreendedores e homens de negócios; os operários, porque, como bem observa Keynes, dão especial apreço ao salário nominal e os empreendedores porque são alérgicos à baixa de preços, em que encontram uma conotação inseparável com a tendência à depressão. O clima para os homens de negócio, como bem observa Robertson, é o de um sopro de alta de preços, ainda que muito ligeiro.

O Estado também tem vantagem em evitar a baixa progressiva de preços, que viria agravar o ônus da dívida pública.

A discussão é, entretanto, acadêmica, porquanto o que se verifica nos últimos 100 anos antes da segunda guerra mundial nos Estados Unidos é que, enquanto os preços têm se mantido praticamente estáveis (tanto quanto se podem comparar preços em 100 anos), os salários aumentaram na razão de 1 para 8.

Devido em boa parte à pressão monopolística dos Sindicatos Trabalhistas, a produtividade tem sido absorvida pela remuneração dos fatores. E essa política parece ter se firmado definitivamente com o contrato realizado, há poucos anos, entre a General Motors e a Union of Automobile Workers (UAW). Por esse contrato, a empresa obriga-se a conceder anualmente um aumento de salários correspondente à *melhoria antecipada da produtividade*, estimada à razão de cerca de 2 % anualmente.

Tem-se assim procurado estabilizar o quociente.

W (wages)

E (productivity),

isto é, a manter constante a parcela de custo do trabalho no valor do produto.

O aumento de produtividade é canalizado para os salários, mas o aumento dos salários não deve exceder a melhoria da produtividade, sem o que haveria inflação. (6).

A execução de uma tal política não se faz entretanto sem dificuldades: 1º) porque os salários tendem a se uniformizar, enquanto a produtividade varia muito de indústria a indústria; 2º) porque ele não leva em conta os possíveis impactos das fases cíclicas de prosperidade e depressão; 3º) porque não leva em conta as economias em materiais.

§ 6º. PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA E PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL

Teorias recentes, nascidas como subprodutos de estudos sobre a eco-

nomia dos países subdesenvolvidos, tendem a associar Agricultura com Pobreza e Industrialização com Prosperidade.

Tal proposição esbarra, desde logo, na realidade dos fatos. A Austrália, a Nova Zelândia, a Argentina, o Canadá (este até pouco tempo), a Dinamarca, etc. são países agrícolas, cujos nomes se inscrevem bem alto na escala da renda nacional "per capita".

Colin Clark, fazendo um estudo comparativo da renda nacional "per capita", e adotando o denominador comum de uma "unidade internacional", igual a um dólar do poder de compra do dólar americano no período de 1925-34, dá os seguintes algarismos:

de 1.300 a 1.400 — U.I. — Estados Unidos e Canadá

de 1.200 a 1.300 — U.I. — Nova Zelândia

de 1.000 a 1.100 — U.I. — Grã-Bretanha, Suécia, Argentina (pré-Peron)

de 900 a 1.000 — U.I. — Austrália

Por onde se vê que dos 7 países de renda nacional mais alta do mundo, três (Nova Zelândia, Argentina e Austrália) são de economia preponderantemente agrícola. Nos Estados Unidos a renda nacional "per capita" mais elevada encontra-se em um condado do Estado de Iowa essencialmente agrícola.

Isto não quer dizer que eu seja contrário à industrialização e favorável a um Brasil predominantemente agrícola. Eu o seria, talvez, se fosse argentino, ou ucraniano ou danubiano, isto é, de um país talhado por Deus para a agricultura e mal dotado para a indústria. Mas o Brasil, que é pobre de férteis planícies agrícolas e dotado de alguns elementos para a Indústria, não pode ser um país de vocação uni-

camente agrícola. Acresce ainda que, de um modo geral, a estrutura das economias de produção primária sofre do "handicap" de ser por demais vulnerável às oscilações cíclicas (7).

Eu sou contrário é a essa indústria preguiçosa, que continua a amassar fortunas para uma minoria de privilegiados à custa do consumidor, num regime de preços altos e produtividade muito baixa. Meio século após termos entrado (com a Light e Jorge Street) no caminho da industrialização não exportamos sequer um só produto industrial. Somente se exporta o que se produz bem.

A Indústria foi criada no Brasil com os recursos hauridos da Agricultura do café e ao fim de meio

(6) Nos debates sobre a necessidade ou não de uma desvalorização monetária, em vez da simples comparação dos níveis gerais de preços, como ao tempo da teoria da paridade do poder de compra, recorre-se hoje, usualmente, à comparação

da relação $\frac{W}{E}$ no país em questão e nos demais países.

(7) Vide Capítulo X, 2º Volume de meus "Princípios de Economia Monetária".

século o seu melhoramento e a sua expansão continuam pendurados nas cambiais do café.

A maneira por que os paladinos da industrialização "à outrance" justificam sua tese é realmente pitoresca. Vamos dizer que há procura para fechaduras de porta e que o artigo era até então importado do estrangeiro. Funda-se a indústria nacional de fechaduras, as quais passam a custar 2 vezes mais, para igual qualidade. Isto permite, é claro, ao industrial pagar salários consideravelmente mais altos do que paga o agricultor, que tem de concorrer no mercado internacional para certos produtos ou submeter-se a preços tabelados para outros. Então a renda "per capita" do operário da fábrica de fechaduras passa a ser dupla da que ele auferia quando era trabalhador dos campos. Está realizado o milagre!

Tantos quantos sejam transferidos da Agricultura para a Indústria terão seus salários duplicados; a renda nacional duplicará e o país ficará muito mais rico. Donde se conclui que industrialização é sinônimo de renda nacional alta, isto é, de riqueza e Agricultura de renda nacional baixa, isto é, de pobreza.

Somente há uma pequena falha neste argumento, mas, infelizmente tão importante que faz desmoronar toda a construção. É que aquele raciocínio industrialista é feito em termos puramente monetários e ilusórios. Os salários mais altos e os excelentes lucros dos industriais fabricantes de fechaduras não provêm de uma melhor produtividade (a qual se caracterizaria por salários mais altos com preços inalterados ou por salários inalterados com preços mais baixos — e não por salários altos e preços também altos) e sim da simples elevação dos preços; eles são supridos por aqueles consumidores de fechaduras do país inteiro, que passaram a pagá-las duas vezes mais caro! Alterou-se a distribuição da renda. Uns foram favorecidos, outros espoliados. Mas

a renda real, o padrão de vida médio do país não melhorou.

Vemos portanto que o argumento é infantil. Até há anos atrás a faculdade que tinha um industrial de elevar os preços era limitada pela tarifa aduaneira. Já agora, porém, com as licenças de importação e sua recusa para artigos que têm "similar nacional", aquela tarifa passou a ser igual ao infinito e portanto o preço ilimitado.

Esta teoria ridícula foi pela primeira vez apresentada como científica por um Senhor Manoilescu, economista rumânico, cujo livro foi traduzido e distribuído pelo Centro das Indústrias de S. Paulo, segundo o qual "*cabe a Manoilescu a glória de haver dado caráter científico ao protecionismo*" (8).

No caso atual do Brasil ainda havia, até há pouco, uma agravante. É que, quando o industrial importava sua maquinaria e suas matérias-primas, ele as pagava em cruzeiros dos que valiam 18,50 por um dólar, mas vendia a mercadoria em cruzeiros dos que valem 40 ou 50 por dólar. O que surpreende pois não é que os lucros tenham sido extraordinários e sim que não tenham sido astronômicos, em termos de cruzeiros desvalorizados.

As comparações feitas na base de renda monetária são enganadoras porque há na economia agrícola uma série de itens da renda real recebidos "in natura". Somente o fato do colono ou trabalhador agrícola não pagar aluguer de casa representa 20 % de sua renda. Mas não é somente o aluguer; é a lenha, é a água e muitas vezes a luz; são os alimentos produzidos na horta ou no milharal tratado nas horas vagas pelas mulheres ou crianças; é a ausência da despesa de bonde senão de ônibus, dos gastos de botequins quase inevitáveis nas cidades; é o vestuário do trabalhador agrícola, muito menos dispendioso do que o do urbano; é o custo da educação técnica, são as contribuições para os sindicatos, que oneram

(8) Para maiores detalhes ver os comentários do autor em "Rumos de Política Econômica", pág. 93.

a economia do trabalhador urbano. Num estudo feito em 1941 o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos concluiu que a renda monetária dos agricultores americanos de baixo padrão haveria de ser *aumentada de 2/3* para poder ser comparada a dos trabalhadores urbanos.

Mas a sedução do salário nominal mais alto, acrescida das seducções das cidades e das leis trabalhistas (muito mais favoráveis ao trabalhador urbano que ao rural) e conjugada ao grande surto de construções urbanas, promoveu o êxodo dos campos para as cidades num ritmo mais acelerado do que o progresso real o permitiria.

O Professor Mortara (9) calcula que no decênio que precedeu o censo de 1950, as migrações (líquidas) dos campos para as cidades montaram a 2.683.000 pessoas, o que quer dizer que do aumento presumível da população rural no decênio, 7,6 milhões, cerca de um terço emigrou para os centros urbanos e suburbanos.

* *

Os índices, constantes do Quadro I, reproduzido do último Relatório do Conselho Nacional de Economia, com base nos trabalhos do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, mostram que a produtividade industrial melhorou de 10 % apenas nos 10 anos, de 1939-1949.

Tendo sido de Guerra e de considerável inflação todo o período em aprêço, não é de admirar que tenha sido tão pequena a melhoria da produtividade industrial. Porque produtividade e inflação "hurlement de se trouver ensemble". O industrial que afeire (ou que pensa estar afeirendo) bons lucros, pouco se incomoda com a remodelação de seus equipamentos. Se com as instalações existentes, a procura é tal que o seu caderno de encomendas está saturado com um ano de antecipação, na base de preços e lucros aparentemente excelentes, que incentivo tem ele para modificar esta situação?

O Quadro II da produtividade agrícola apresenta-se um pouco mais promissor. Por produção agrícola "doméstica" entendem-se os produtos não exportados, como milho, feijão, mandioca, arroz, trigo, açúcar, e por produção agrícola "exportada" café, cacau, algodão, etc. Nota-se uma melhoria de produtividade na produção "doméstica" de 28 % a 34 % entre 1939 e 1952, tendo a produção aumentado de mais de 50 % para um aumento de população total de cerca de 32 %, o que é um sinal positivo de melhoria de nutrição.

As estatísticas registram entretanto para os produtos domésticos um aumento de área cultivada de mais de 40 % entre 1940 e 1950, o que só em pequena parte se explica pelo grande impulso que tomou o cultivo do trigo nesse período (em substituição ao produto anteriormente importado). Isso parece indicar que o aumento da produção desses produtos é atribuível não somente à melhoria da produtividade "per capita" como à extensão da área plantada. Nas lavouras domésticas mecanizáveis, como as do açúcar, do arroz e do trigo, o aumento da produção resulta incontestavelmente de uma melhor produtividade. Estimava-se em cerca de 6.000 o número de tratores existentes em 1948; de então para cá foram importados mais de 30.000. Esse considerável incremento de mecanização explica-se, em boa parte, pelo fato de que enquanto a inflação fez quintuplicar os salários, o preço dos tratores, graças à taxa invariada do câmbio, não chegou a duplicar.

Essa considerável decalagem entre o valor externo (ao câmbio oficial) e o valor interno do cruzeiro tem uma grande importância na evolução da estrutura econômica do país nos últimos 15 anos. Ela tornou especialmente atrativa a industrialização, já que, como dissemos, o industrial importava seu equipamento em cruzeiros de 18,50 por dólar enquanto vendia sua produção em cruzeiros correntes, desses

(9) Estudo Demográfico n. 84 - I.B.G.E.

que valem 35 ou 40 por dólar.

Pelo mesmo motivo se verificou uma intensa mecanização na construção das estradas de ferro e de rodagem.

Se a praga da inflação fôr dominada, isto é, se o industrial não mais puder vender tudo a qualquer preço, é possível que com as consideráveis importações de equipamento industrial feitas nos últimos três anos (impulsionadas pelas grandes disponibilidades no exterior (adiante referidas) e sub-vencionadas pela taxa de câmbio oficial) venha a verificar-se no próximo futuro uma melhoria da produtividade industrial. Por enquanto, porém, isto é simples possibilidade e expectativa. E a produtividade industrial é, sob certos aspectos, mais fácil de atingir que a produtividade agrícola. Porque ao passo que a técnica de uma indústria pode ser quase integralmente transplantada de um para outro país, podendo portanto a indústria brasileira se beneficiar de todos os melhoramentos técnicos da indústria estrangeira, não há na Agricultura uma tecnologia desenvolvida de culturas tropicais que possa ser transplantada maciçamente. Os problemas de produtividade agrícola, não raro de uma grande complexidade técnica, têm que ser resolvidos por meio de pesquisas científicas e experimentais realizadas por nós próprios.

Isto reforça a tese do Prof. Viner sobre desenvolvimento econômico, que atribui especial importância ao fato do clima e ao das culturas do país subdesenvolvido não serem semelhantes aos dos países onde a técnica agrícola já atingiu um alto grau de progresso.

• •

Tratando-se de produtividade, tanto agrícola como industrial, importa não esquecer a questão da capacidade de trabalho do homem nas zonas tropicais. Já vi mais de uma vez citados trabalhos do saudoso

biologista Álvaro Osório de Almeida, segundo os quais o metabolismo basal, no sentido de intensidade de vida do organismo humano, é cerca de 25 % mais baixo nos países tropicais que nos de climas temperados. É um aspecto dos mais sérios no estudo da produtividade.

A composição da população é outro elemento adverso com que temos de contar. "É essencial observar que no Brasil 53,3 % são menores de 20 anos. Portanto, cada produtor (utilizando-se a idade de 20 anos para dividir os dependentes dos produtores) tem, no mínimo, um dependente. Nos Estados Unidos cada produtor tem apenas meio dependente. Deduz-se que a menor expectativa de vida e a alta taxa de dependência contribuem ambas para um baixo potencial de produção... A grande importância da dependência no Brasil não é o custo dos dependentes, que depois se tornará um produtor, mas o custo acrescido do dependente que morre antes do vigésimo ano de idade. Isto representa um desperdício de potencial humano do tipo mais dispendioso". (10).

O investimento feito em um indivíduo, no Brasil, para criá-lo, nutri-lo e educá-lo elementarmente, até aos 20 anos, somente se aproveita durante pouco mais de 20 anos, já que a vida média é de 39 anos para as áreas rurais, de 42 para o Rio de Janeiro e de 48 para São Paulo, contra 65 anos para os Estados Unidos. Mais de 40 % dos óbitos no Brasil são causados por agentes infecciosos, contra 18 % nos Estados Unidos.

Nem vale a pena concentrar grande esforço nas campanhas de puericultura (para baixar a mortalidade no primeiro ano de vida) se ele não fôr acompanhado de um trabalho paralelo para o desenvolvimento do indivíduo até aos 15 anos, sem o que o esforço aplicado nos primeiros anos será perdido.

O Brasil vê-se ainda a braços com outro sério problema demográfico. É o da parte considerável de sua

(10) "A Saúde como um Fator no Desenvolvimento Econômico do Brasil" por Eugene C. Campbell e Mildred Morehead — Revista do S.E. Saúde Pública — Tomo V, n. 2 — 1952.

população, que poderíamos chamar de indígena, assim designando a população rural e mesmo urbana de muitos baixos padrões de saúde, nutrição e educação. A assimilação dessa gente à população produtiva exige do restante mais afortunado da população um esforço e um investimento consideráveis. Muito mais fácil seria o problema do desenvolvimento econômico do Brasil se fôssemos, como praticamente eram os Estados Unidos do século passado, um país vazio de população e pronto a receber a imigração européia. Os imigrantes chegaram ali *gratuitamente* da Europa, criados, nutridos, e às vezes educados. Não havia o percalço de uma população indígena a ser arrancada de uma situação de quase miséria para um nível de vida compatível com um país civilizado.

Por demorada e penosa que seja a solução, o problema não é entretanto insolúvel para o Brasil, como talvez o seja para a Índia e para a China.

* *

O fato de ter a produtividade agrícola melhorado substancialmente mais do que a produtividade industrial, como o demonstram os nossos quadros I e II, parece irreconciliável com o fato, que se vê do (Quadro III) de terem (a partir de 1946) os preços dos produtos agrícolas (mesmo com exclusão do café) subido mais do que os preços dos produtos industriais. O aumento da produtividade "per capita" de produtos agrícolas domésticos que passou de 100 em 1939 para 128 ou 134 em 1952 deveria ter feito baixar e não subir os preços desses produtos relativamente aos industriais, como se verifica no Quadro III, em que o índice dos preços agrícolas para 1952 é de 750, incluindo o café e 628 sem o café, enquanto os índices de preços industriais variam em torno de 350.

Isso se explica em parte pelo fato de que, a partir de 1946, a alta de preços dos produtos industriais foi amortecida pelo grande aumento das importações desses produtos.

Mas explica-se principalmente pelo aumento muito maior do volume

da produção industrial (índice 218 para 1950 — Quadro IV) do que pelo volume da produção agrícola doméstica (índice 152 para 1950 — Quadro II).

Produtividade, isto é, taxa de produção por unidade de mão-de-obra, é uma coisa e volume de produção é outra. O que as estatísticas mostram é que as fortes migrações dos campos para as cidades tiveram dois efeitos opostos: a) de um lado, tornar escassa a mão-de-obra agrícola, estimular a mecanização da Agricultura e assim aumentar sua produtividade; b) de outro lado, reduzir o volume da produção agrícola por deficiência de mão-de-obra e aumentar a produção industrial e os investimentos públicos e particulares, que se desenvolvem em ritmo acelerado.

O que se verificou foi que o ritmo de crescimento da produção agrícola, sob a ação desses dois efeitos contrários, foi menor do que o ritmo de incremento da produção industrial.

Os seguintes algarismos dão idéia do movimento migratório:

PERCENTAGEM DO EMPREGO NA
AGRICULTURA SOBRE O EMPREGO TOTAL

	1920	1940	1950
Estado do Rio de Janeiro	68 %	54 %	41 %
São Paulo	63 %	55 %	45 %
Paraná	75 %	71 %	68 %
Minas Gerais	79 %	73 %	67 %
Rio Grande do Sul	65 %	65 %	59 %

Mesmo em Estados como o Paraná, em que a lavoura do café se expandiu consideravelmente, como Minas Gerais, essencialmente pecuário e agrícola, e como o Rio Grande do Sul, onde a expansão da cultura do trigo foi enorme, as migrações dos campos para as cidades foram marcantes.

Já assinalamos as origens desse movimento migratório: a) melhores salários nominais oferecidos pela indústria em comparação com a Agricultura, graças à maior margem de lucros da Indústria, cujos produtos se mantinham escassos por negação de licenças de impor-

tação e cuja demanda se mantinha intensa pela inflação e pela elasticidade da procura; até 1946 os preços industriais subiram mais que os agrícolas (11); b) inflação com fuga dos títulos de rendas monetárias, fixas ou mesmo variáveis e hipertrofia das construções urbanas que constituíam, a um tempo, o refúgio das economias e o paraíso da especulação e que representando 16 % dos investimentos em 1939 passaram a 47 % em 1951, oferecendo salários especialmente elevados; c) leis trabalhistas muito mais favoráveis nas cidades que nos campos; sedução da vida nas cidades; d) amparo do Governo a tudo quanto era indústria nacional, especialmente concessão de câmbio oficial para o equipamento e para as matérias-primas, enquanto as "COFAPS" e outros órgãos controladores concentravam suas energias sobre os produtos alimentícios, de primeira necessidade; e) considerável número de novas empresas criadas nas cidades para toda sorte de serviços: motoristas e auxiliares, bancários, imobiliários, previdência social, casas de diversões, cabeleiros, músicos, etc.; f) "last but not least", hipertrofia dos investimentos públicos e privados.

Para a mão-de-obra que ficava nos campos, a agricultura dos produtos domésticos ainda sofria a concorrência desigual das novas plantações de café, com expectativa de preços-record.

Não deve pois causar surpresa o declínio relativo do incremento da produção agrícola doméstica.

§ 7º. A TESE DE QUE "O BRASIL NÃO PODE PARAR"

Sobre o tema de nosso desenvolvimento econômico apresentam-se duas interpretações: uma, calcada nas idéias brilhantemente desenvolvidas pelo meu eminente colega Roberto de Oliveira Campos, em que os desequilíbrios de nosso desenvolvimento são largamente imputados a "uma crise de crescimento" e outro, consubstanciado no último relatório do Conselho Nacional de Economia, presidido pelo não menos eminente colega Otávio Bulhões, que se insurge contra tal interpretação e aponta uma série de erros responsáveis por aqueles danosos desequilíbrios.

Parodiando Rostand, eu diria que das duas interpretações eu prefiro uma terceira, conquanto seja ela bastante próxima da do Conselho Nacional de Economia.

No ano de 1946 nota-se uma inflexão marcada nas curvas de várias e importantes séries econômicas.

Vê-se no Quadro III que até 1946 os preços dos produtos agrícolas subiram menos do que os dos produtos industriais. Mas a partir de 1946, inverte-se o movimento, passando os preços agrícolas para uma dianteira considerável. É que o ritmo de aumento de produção de alguns dos principais produtos agrícolas sofre forte declínio a partir de 1946, como se vê nos algarismos seguintes:

ÍNDICES DO VOLUME FÍSICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

(Incrementos Anuais)

Produtos	1946	1952	1939-46	1946-52
Arroz	186	204	12,3	3,0
Feijão	137	162	5,3	4,1
Mandioca	173	177	10,4	0,6
Açúcar	140	180	5,7	6,6
Milho	106	115	0,9	1,5

(11) Vide "Alguns Aspectos do Problema da Produtividade" por Nuno Fidelino de Figueiredo "Estudos de Economia Técnica e Aplicada" — S. Paulo 1952 — pág. 62.

Ao contrário, o volume físico da produção industrial, como se vê no nosso Quadro IV, que cresce de 100 em 1939 a 135 em 1945, à razão de cerca de 6 % ao ano, passa de 135

em 1945 a 218 em 1951, à razão de cerca de 16,6 % ao ano.

O número de veículos-automóveis também traduz, nos seguintes índices (1939 = 100) uma considerável inflexão em 1946:

1941 — 1944 — 1946	1948 — 1950 — 1951
101 75 110	183 278 300

Os preços do café Santos 4 foram os seguintes:

1940 —	7 1/2	U. S. Cents.
1943 —	13 3/8	" " "
1945 —	13 3/8	" " "
1946 —	17 3/8	" " "
1947 —	22 3/4	" " "
1949 —	27 3/8	" " "
1950 —	49 1/2	" " "
1952 —	53,2	" " "

Finalmente, dos estudos procedidos pelo Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE), a taxa de crescimento do produto nacional "per capita" tem sido:

1939 — 1945	0,6 %
1946 — 1951	4,5 %

De 1946 para cá temos tido uma taxa de crescimento do produto nacional, a qual, se persistisse, duplicaria o padrão médio de vida do povo brasileiro em 16 anos.

Infelizmente, porém, o nosso panorama econômico a partir de 1946, com o rápido crescimento do produto nacional, é um fenômeno excepcional, resultante principalmente dos recursos extraordinários de que dispusemos no período de após-Guerra, a saber: a) um grande

saldo em dólares acumulado durante a Guerra, por força da impossibilidade de importar; b) um empréstimo forçado, havido do estrangeiro por meio de importações recebidas e não pagas; c) preços-record de café.

Quanto a este último item, se tomarmos 45 cents por libra como um preço satisfatório (quando da valorização de 1929 o preço era de 23 cents por libra), veremos que o preço de cerca de 65 cents por libra nos dá um "excesso extraordinário de 20 cents por libra" correspondente a 26 dólares por saca e a cerca de 300 milhões de dólares anuais por 12 milhões de sacas.

Assim, os recursos extraordinários e excepcionais de que dispusemos neste período de 1946-1952 somam:

Saldo acumulado no fim da Guerra.....	600 milhões de dólares
Empréstimos forçados, por excesso de importações, não menos de.....	600 " " "
Excedente do preço do café nos dois últimos anos.....	-600 " " "
Total.....	1.800 " " "

Se é verdade que o primeiro item, o do saldo da Guerra, está um tanto superestimado pelo fato da parte em libras esterlinas não ter sido livremente disponível, por outro lado as duas últimas parcelas estão subestimadas.

De qualquer modo, tivemos uma disponibilidade excepcional de mais

de um bilhão e meio de dólares que dispendemos naquele período e que explica o extraordinário impulso de nosso desenvolvimento econômico. Importa ainda assinalar que o controle das importações, tendo reduzido o consumo no setor da importação, contribuiu para o aumento da capitalização nesse período.

Melhores teriam sido os resultados, se não tivéssemos, acumulado, tantos erros nesse mesmo período: inflação, responsável pela má aplicação dos ditos e outros recursos, dirigindo-os em grande parte para construções urbanas em vez de encaminhá-los para fins reprodutivos; hostilidade ao capital estrangeiro, amedrontando-o com política e manifestações jacobinas, se não xenófobas; abandono do parque ferroviário, cuja condição física deteriorou consideravelmente, forçando uma utilização intensiva e antieconômica do transporte por rodovias, com caminhões e gasolina importados; transporte marítimo e portuário eivado de exigências absurdas das leis sociais e de salários, que tornaram os fretes marítimos economicamente inabordáveis; inalterado o código de águas baseado no custo histórico; até ultimamente, uma absurda política cambial, fortes amortizações da dívida externa num país que tanto precisa de capital estrangeiro, etc.

Mau grado esses erros o Produto Nacional subiu do índice 100 em 1939 a 166 em 1951 e a renda nacional de 100 para 192, sendo a diferença entre o incremento do Produto e da Renda explicada, em sua maior parte, pela alta do preço do café. O Produto "per capita" subiu, no mesmo período, do índice 100 a 126 e a Renda de 100 a 145.

Segundo os cálculos do Instituto de Economia da Fundação Getúlio Vargas, a percentagem do Investimento Bruto total sobre o Produto Nacional Bruto, foi, num país pobre como o Brasil, de 16,5 % em 1950 e de 15,2 % em 1952 (12) a comparar com 10,4 % e 12,7 % para a Inglaterra e com 17 % e 14,6 % para os Estados Unidos (só investimento privado), enquanto nossa Renda Nacional "per capita" era (1949) de U.S. \$112, a de Inglaterra, de U.S. \$773 e a dos Estados Unidos de U.S. \$1.453.

Não obstante a desigualdade na repartição da renda, dezesseis por cento representam uma taxa de investimento permanentemente insus-

tentável para um país de 112 dólares de renda "per capita". Somente aqueles recursos extraordinários de cerca de 2 bilhões de dólares permitiram essa taxa de investimento.

Mas criou-se então a mentalidade de que o "Brasil não pode parar" no sentido de que esse ritmo de progresso não pode ser interrompido. Sem se dar conta de que ele resultou de condições e fatores inteiramente excepcionais e não recoráveis, deixando uma herança de pesadas dívidas em dólares e uma moeda nacional desmoralizada a ponto de querer o Governo pagar os juros de seus novos títulos da dívida interna em moeda estrangeira!

Somente há um, único remédio: o de uma redução substancial dos investimentos e de uma redução apreciável do consumo. E nesta época de demagogia quem terá coragem de dizer isso às massas? E quem executará esse programa de austeridade e de sacrifícios?!

§ 8º. PRODUTIVIDADE E TROCAS INTERNACIONAIS

Este é um dos aspectos mais interessantes do problema da produtividade. Ele tem sido focalizado ultimamente na discussão de dois dos maiores problemas econômicos internacionais da atualidade: o da escassez de dólares e o da relação de trocas entre os países subdesenvolvidos e os desenvolvidos.

Quanto à escassez de dólares, eu já tivera notícia de que o eminente Professor Sir Dennis Robertson julgava poder-se atribuí-la à *disparidade entre a taxa de crescimento da produtividade nos Estados Unidos e no resto do mundo*, quando ao assistir em Londres à "Stamp Lecture" de 1952, vi essa opinião endossada pelo ilustre Professor John Williams (Harvard).

Essa tese provocou comentários diversos. Alguns entendem que o fato em si — da maior taxa de crescimento da produtividade nos Estados Unidos — não é verdadeiro.

(12) O investimento bruto foi de 41,6 e 54,4 bilhões em 1950 e 1952 e o Produto Nacional Bruto de 253,9 e 359,2 bilhões, respectivamente.

Outros entendem que, mesmo que êle o seja, não afeta as balanças de pagamento porque nos U.S.A. cada vez que a produtividade aumenta, crescem proporcionalmente os salários.

O eminente Professor J. Hicks em sua aula inaugural de 8 de maio de 1953 (13) (ao assumir a cátedra de "All Souls College," Oxford) endossou a proposição de Robertson e de Williams. Hicks distingue três casos, conforme seus efeitos sobre o comércio com os outros países: a) o caso em que a melhoria da produtividade se aplica às indústrias de exportação que é o menos favorável para o próprio país e o mais favorável para os países importadores estrangeiros (que passam a comprar mais barato); b) o caso intermédio, em que a melhoria se distribui mais ou menos uniformemente por todas as indústrias, o qual seria mais ou menos neutro; c) o caso em que a melhoria se aplica às indústrias nacionais concorrentes das importações estrangeiras, com evidente prejuízo para os exportadores estrangeiros.

Hicks conclui que se a produtividade das indústrias de exportação dos Estados Unidos melhora mais rapidamente que a das indústrias de exportação da Grã-Bretanha, esta somente poderá continuar a concorrer nos mercados internacionais se houver uma baixa dos salários reais britânicos relativamente aos americanos. Hicks acrescenta, incidentemente, que a desvalorização britânica de 1949 falhou porque quando subiram os preços em esterlinos das mercadorias importadas, os salários nominais foram também elevados, eliminando-se assim o sacrifício indispensável para reajustar o balanço de pagamentos.

Data vênica, a análise de Hicks não está, a meu ver, inteiramente à altura dos altos méritos do autor.

E. Bernstein, em diversos trabalhos, (14) também faz girar a questão em torno do gênero das indústrias (de exportação, domésticas —

concorrentes das importações, outras indústrias domésticas), em que se verifica a melhoria da produtividade.

Bernstein refere-se à elasticidade da procura, por vezes forte, para certas "novas mercadorias" criadas nos Estados Unidos e conclui que a escassez de dólares não pode ser considerada como um problema geral afetando igualmente todos os países e todas as indústrias.

Eu já tive ocasião de me referir a esse problema em um trabalho "O Caso das Nações Subdesenvolvidas", (15) ao comentar a tese da CEPAL.

Esquemáticamente, o problema parece-me poder ser equacionado do seguinte modo:

A melhoria da produtividade no país A pode, como vimos no § 5º, traduzir-se em uma baixa de preços ou em um aumento de salários.

No primeiro caso, o benefício se estende, como indica Hicks, aos países importadores desses produtos (se se trata de produtos de exportação), tendendo a melhorar sua relação de trocas; o efeito sobre as balanças de pagamento desses países dependerá da elasticidade-preço de sua procura dos produtos em questão. O benefício será tanto maior quanto maior a importância para cada país da importação desses produtos.

Para os países que concorrem com o país A, porém, não somente nos mercados mundiais como no próprio mercado de A, se a melhoria da produtividade se traduz em baixa de preços, vai isso afetar diretamente suas exportações e portanto sua balança de pagamentos. O fenômeno se generalizando, haverá ao fim de algum tempo uma disparidade de preços entre o país A e os países seus concorrentes, forçando estes a uma desvalorização cambial em relação à moeda de A (sem que os efeitos dessa desvalorização possam ser anulados por um aumento de salários, como bem ob-

(13) "Oxford Economic Papers — New Series" — Vol. 5, n. 2 — Junho 1953.

(14) Especialmente em "American Productivity and the Dollar Payments Problem". Memorandum I.M.F. — Fevereiro 1954.

(15) Revista Brasileira de Economia — Setembro 1952.

serva Hicks no caso da Inglaterra em 1949).

No segundo caso, em que os preços se mantêm constantes e os salários aumentam (hipótese que parece corresponder à realidade nos Estados Unidos) não há, em princípio, melhoria da relação de trocas de produtos (commodity terms of trade) para qualquer país e sim uma melhoria da "relação fatorial de trocas" (valor relativo dos fatores de produção em dois países, isto é, valor relativo das rendas monetárias dos fatores nos dois países) para o próprio país A.

Neste caso, os países concorrentes de A não serão afetados nessa concorrência, já que os preços não se alteram. O padrão de vida no país A se eleva em relação aos demais porque seus fatores de produção são melhor remunerados em termos reais.

Assim, portanto, no caso da melhoria da produtividade no país A se traduzir em baixa de preços, isso beneficia aos países importadores dos produtos de A e prejudica os países concorrentes. No caso de se traduzir em aumento de salários, sem alteração de preços, os outros países, importadores ou

concorrentes, não são diretamente afetados.

Os países fornecedores da A (o Brasil, por exemplo em relação aos Estados Unidos) beneficiam-se, em qualquer dos dois casos, na medida da elasticidade-renda da procura de seus produtos, em consequência do aumento da renda real em A.

Os países que são fornecedores dos fornecedores (Argentina através o Brasil, por exemplo), só indiretamente se beneficiarão, na medida do produto aritmético em cada caso dos coeficientes da exportação sobre a Renda Nacional e das elasticidades-renda da procura.

Como os fatos e os números parecem confirmar que a melhoria de produtividade nos Estados Unidos tem-se traduzido quase invariavelmente em salários mais altos, com preços mais ou menos constantes (vide nosso § 5º) a tese de Robertson e de Hicks, que atribui a escassez de dólares aos efeitos da diferença de produtividade nos dois países, não parece se coadunar com a realidade. Do "International Financial Statistics" (janeiro 1954), publicado pelo Fundo Monetário Internacional, extraem-se os seguintes índices comparativos entre salários e produção :

	1948	1950	1952	Set. 1953
Salários (U.S.A.	100	109	124	132
(Grã-Bretanha	100	104	122	129
Produção (U.S.A.	100	104	114	121
(Grã-Bretanha	100	114	114	125

Ai se vê que a relação "índice de salários ÷ índice de produção", não variou apreciavelmente entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, sendo até mais favorável para esta do que para aqueles.

No tocante à relação de trocas de países subdesenvolvidos parece-me que seria mal colocar o problema antes de abordá-lo através das relações entre países subdesenvolvidos (mais ou menos industrializados) e países desenvolvidos (mais ou menos agrícolas). Não é o grau de desenvolvimento do país que prepondera na questão de trocas internacionais e sim a espécie de produtos (agrícolas, matérias-primas ou industriais) que êle exporta e im-

porta. O que se deve, pois, examinar, é o problema da relação de trocas entre países exportadores de produtos primários e países exportadores de produtos industriais.

Este problema tem, a meu ver, dois aspectos : o de longo e o de curto período. O de longo período está bem delineado no trabalho de W. Rostow (ver meu já citado artigo, na "Revista Brasileira de Economia, de setembro de 1952" — "O caso das Nações Subdesenvolvidas"). É a alta de preços dos produtos primários durante as guerras napoleônicas, seguida de um gradativo declínio favorecido pela paz e pelo aumento da produção até cerca de 1850 ; a partir desse ano o au-

mento da população passa a superar o da produção de gêneros alimentícios, isso até os princípios de 1870; nos primeiros anos de 1870, com o início do funcionamento das estradas de ferro americanas e consequente afluxo de cereais às bordas do Atlântico, conjugado com uma deficiência de ouro monetário por força de uma adesão generalizada ao padrão-ouro, baixaram os preços dos produtos primários na conhecida fase de "long-wave" que durou até quase o fim do século, quando a descoberta das minas de Rand inverteu a tendência monetária, aumentando a demanda e fazendo subir os preços. Até que por volta de 1910 a conclusão das estradas de ferro argentinas e o novo afluxo de cereais às bordas do Atlântico tornam a provocar baixa de preços.

Como os preços dos produtos primários são sabidamente mais vulneráveis e mais sensíveis às oscilações cíclicas do que os dos produtos industriais, as relações de trocas tendem a melhorar para os países exportadores de produtos primários nas fases de expansão e a piorar nas fases de depressão.

Fatos intercorrentes e específicos, como a descoberta de novas minas de cobre ou de platina ou o desenvolvimento das plantações de borracha no Oriente ou posteriormente, a descoberta da borracha sintética, etc. podem interferir nas tendências gerais dos preços agrícolas e matérias-primas modificando sua intensidade, senão seu curso. *Mutatis mutandis*, no caso das indústrias, a descoberta de uma bateria elétrica de grande capacidade e pequeno peso, capaz de substituir o motor de explosão, ou a utilização industrial da energia atômica são fatores capazes de alterar substancialmente custos, preços e relações de trocas.

Em curtos períodos, os problemas do balanço de pagamentos e da relação de trocas entre países de produção primária e países de produção industrial gira nos termos ordinários das elasticidades da procura e do suprimento, na exportação

como na importação, tais como são descritos no conhecido trabalho de Mrs. Robinson "Foreign Exchanges" (16) ou em sua reprodução modificada, em meus "Princípios de Economia Monetária" — 1º Volume, 3ª edição — Capítulo XIX.

A relação de trocas não melhora, como poderia melhorar para os países de produção primária, quando os países industrializados, especialmente os Estados Unidos, guardam para si, sob forma de maior remuneração de seus fatores, todo o produto da melhoria de sua produtividade industrial, com exceção do que decorre do incremento de suas importações por força do incremento da renda. Ao contrário do que se dá com outros países, a procura dos produtos que os Estados Unidos suprem ao resto do mundo é tão intensa que, mau grado os preços não baixarem, a demanda não declina.

Em matéria de participação internacional da melhoria da produtividade, a realidade é que os Estados Unidos têm uma forte melhora, a qual eles guardam, na sua maior parte, para si e que nós não temos melhora apreciável alguma. Um não dá, porque não quer nem precisa dar e o outro não dá porque não tem.

Se nós tivéssemos melhora de produtividade agrícola, passaríamos ou não seus proveitos aos Estados Unidos, conforme a intensidade da procura americana e a elasticidade do suprimento no Brasil. Não faríamos (e não fazemos hoje) filantropia.

A relação de trocas dos países primários é especialmente vulnerável pelas razões já tantas vezes repetidas: pouca diversidade de produtos exportáveis; baixa elasticidade-preço da procura dos produtos primários, lei de Engel, e sobretudo o fato de que os industriais têm muito maior e mais rápido controle sobre as quantidades produzidas do que os agricultores, de sorte que nas depressões, enquanto as indústrias sofrem de desemprego, a agricultura sofre de preços muito baixos.

(16) Nêsse trabalho, haverá a introduzir a influência, ali omitida, das elasticidades-renda, além das elasticidades-preço.

QUADRO I

Alguns índices de produtividade industrial

Índices 1949 (1940 = 100)

	Produção (1)	Pessoal (2)	Produtividade (3)
Indústria Extrativa Mineral.....	118	100	118
Indústria Extrativa Vegetal.....	113	113	100
Indústrias Metalúrgicas.....	365	196	186
Indústrias de Transf. de minérios não metalúrgicos.....	342	213	161
Indústria de Borracha.....	480	200	240
Indústrias Têxteis.....	167	146	114
Indústrias de Calçado.....	171	141	121
Indústrias de Produtos Alimen- tícios	136	145	94
Indústria Editorial e Gráfica.....	164	155	106
Construção Civil.....	142	135	105
Indústria de Bebidas (cerveja)...	259	182	142
MP = 110,5			

FONTES : — (1) Gustaaf Loeb — Rev. Brasileira de Economia — março de 1953 ; (2) Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — Censo Industrial — IBGE ; (3) Relação entre (1) e (2).

ÍNDICE GERAL : — Média ponderada segundo a importância relativa de cada ramo no Valor Total da Produção Industrial em 1949.

(Reproduzido do Relatório do Conselho Nacional de Economia para 1953.)

QUADRO II

Índice da Produtividade Agrícola

1939 = 100

Anos	Índice de Volume de Produção Agrícola			Índice do Crescimento de Produção			Índice da Produtividade dos Produtos Domésticos Relativa à População	
	total	domés- tica	expor- tação	total	rural	agrícola	rural	agrícola
1940	98	97	98	102	102	101	95	96
1945	103	118	83	115	109	107	108	110
1950	127	152	95	129	117	113	130	134
1951	125	150	91	132	119	114	126	132
1952	134	154	108	135	120	115	128	134

FONTES : índice da produção total do IBGE. Esse índice foi desdobrado em produção de exportação (algodão, cacau, café, fumo e mamona) e produção doméstica (14 produtos restantes). A ponderação é relativa ao valor médio em 1935-39 e os índices foram convertidos para a base em 1939.

QUADRO III

Índices de preços em grosso no Brasil — 1938-1952

(1939 = 100)

	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
1. Gêneros Alimentícios (*)	100	100	104	125	140	163	184	230	258	301	355	398	460	527	620
2. Combustíveis e lubrificantes	97	100	120	132	173	214	202	198	185	192	209	221	224	231	240
3. Metais e produtos metalúrgicos	96	100	117	138	175	197	199	183	201	221	230	260	272	324	320
4. Materiais de Construções	100	100	103	109	159	208	259	244	279	305	278	378	347	427	430
5. Peles, Couros e Calçado	95	100	108	121	132	166	204	225	287	293	305	315	327	393	420
6. Têxteis	96	100	105	114	139	176	219	249	308	272	278	287	329	447	390
7. Produtos Químicos	91	100	109	129	158	181	187	182	196	211	237	228	228	282	300
8. Diversos	98	100	120	131	157	183	181	209	260	277	259	258	281	377	390
Total	98	100	106	123	146	174	198	228	263	278	306	333	378	453	490

FONTE: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas.

(*) Com exclusão do café.

QUADRO IV

Índices do volume físico da produção industrial brasileira 1939-1950

(Resultado geral)

	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950
Subtotal de indústrias extrativas	100	107	114	110	103	111	124	119	115	126	124	130
Subtotal de indústrias de transformação	100	105	117	112	124	130	135	157	162	184	201	210
Construção Civil	100	106	116	109	134	112	132	168	177	160	150	150
Produção de energia elétrica	100	106	107	117	128	142	153	167	185	214	234	250
Total da indústria	100	105	116	112	123	128	136	155	161	179	192	200
Total exclusive indústria extrativa vegetal	100	105	116	112	125	130	137	158	164	183	197	210
Total exclusive indústrias extrativas	100	105	116	112	125	130	137	160	167	185	200	210

FONTE: Revista Brasileira de Economia — março de 1953, pág. 41 — Gustaaf Loeb, do IBRE.

VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

Desembargador VIEIRA FERREIRA

Não tentem substituir a mata amazônica por plantações de cereais de produção cada vez mais escassa, porque o Amazonas inundará margens com dilúvios anuais, vingando o atentado contra a floresta.

Não se deve ignorar que o regime de suas águas depende, não só do relevo terrestre do vale, como também da mata em que correm os seus afluentes. Os do Solimões principalmente.

As árvores regulam a quantidade líquida levada aos rios pelas chuvas copiosas de certa época do ano.

Fôlhas das frondes, ramos, troncos, cavernas da base, nas sapupemas, são obstáculos ao rápido escoamento das águas pluviais para o leito dos rios.

Sem livre passagem para êsses leitões a água vertida infiltra o solo ou evapora-se, diminuindo o volume da corrente caudalosa.

Os morros do Estado do Rio, onde morreram cafézais de vida curta, mostram como é passageiro o proveito das derrubadas. Duradouro é somente o atêrro sôbre o humus dos vales a jusante.

Frequentei os rios Truyuá e Purus desde a primeira organização do território do Acre, quando em 1904 instalei no seringal Invencível, onde estava acampado um batalhão de infantaria, a justiça de distrito do Alto Juruá, até 1917, quando foi extinto o Tribunal de Apelação de Cruzeiro do Sul, em cuja presidência me achava.

Não confio na fertilidade da terra nos afluentes do Solimões: as árvores da mata desenvolvem constantemente amplas sapupemas para aproveitarem o humus de um naiteiro superficial pouco profundo,

abaixo do qual não lhes fornece o terreno o alimento necessário.

Vi cavar em Sena Madureira um grande poço em 1907, quando exercia interinamente o cargo de prefeito do Alto Purus o meu saudoso amigo General Epaminondas Tebano Barreto, ainda Capitão nesse tempo. Sob uma superfície fértil muito delgada encontrou-se uma variada estratificação de camadas geológicas inteiramente estéreis.

Como, pois, se deve explorar a Amazônia sem destruir a mata?

Direi o que me parece depois de expor o que vi na indústria extractiva e na pequena agricultura praticadas naqueles rios.

Só na selva se explora a seringueira. Ninguém se lembrava ainda dêsse absurdo que é fazer plantações da hévea em terreno desmatado.

Constavam os seringais em geral de uma sede à margem dos rios e de um trecho da selva adjacente.

Era a sede uma grande casa de tábuas ou de ripas de paxiúba (uma palmeira) próxima ao baranco em que encostavam as embarcações. Era em geral coberta de palha ou de tabuinhas.

Dividia-se em duas partes: uma para a residência do proprietário e outra, o armazém, para o seu negócio.

Num descampado à margem do rio, entre essa construção e a mata, estendia-se retangularmente o pasto, depois de uma pequena horta e do cemitério, que a distância dos povoados obrigava a ter nos seringais, não sendo possível observar nesse ponto as disposições que regulam o registro civil. *Necessitas caret lege.*

A casa da sede era dita o *barracão* e as choças dos extratores *barracas*.

Estas centralizavam, como inicial e final, as *estradas de seringa*, ou veredas em que estavam as *seringueiras*. Eram ao mesmo tempo divergentes e convergentes, indo certa distância pela mata e voltando ao ponto de partida próximo à barraca. Formavam polígonos irregulares alongados, dispostas, quando eram muitos, como as folhas de um leque de que fôsse o eixo a palhoça do seringueiro.

Este ia com um balde pela estrada até enchê-lo de leite vertido nas tigelinhas pregadas nas *seringueiras*. Obtinha-se a pele de borracha, molhando com o leite e torcendo um pau, sobre a fumaça de um fogo para o qual se preferia um côco, o uricuri, queimado num rancho perto da palhoça.

As peles assim obtidas eram levadas para o armazém do barracão; de onde iam para Manaus e Belém, para serem vendidas por conta dos extratores, que pagavam com o saldo aos donos de seringais os fornecimentos a crédito.

A borracha classifica-se para a venda em fina, entrefina e sernambi.

O caucho, explorado principalmente por peruanos, que entravam por uma fronteira despovoada, não se extraía em tigelinhas, mas sacrificando a árvore derrubando-a.

Os seringueiros encauchavam sacos e fabricavam sapatos e botas de borracha sem salto, perigosos nas descidas encorregadias.

Nem todos sabem como se abre uma estrada de seringa. Um nativo vai em certa direção, procurando as *seringueiras* existentes dêsse lado, e outro fica no ponto de partida. Quando o primeiro encontra a árvore preciosa grita anunciando o achado e o segundo dirige-se para o local de onde ouviu a chamada, abrindo no mato miúdo um caminho com o terçado (facão) até encontrar o companheiro. Daí em diante repetem o mesmo processo até voltarem ao ponto de partida. Compõem-se por isso as estradas de segmentos retilíneos e, como acontece cruzarem-

se, formam às vezes verdadeiros labirintos, onde se perde o inexperienced.

No rio Purus começava-se o transporte das peles de borracha antes das chuvas, em grandes balsas movidas a varejão, até encontrarem as lanchas ou vapores na Cachoeira do Hilário ou noutros pontos a que chegassem, onde eram embarcadas.

No Juruá nunca vi êsse transporte em balsas, que talvez houvesse a montante de Cruzeiro do Sul e no alto Taranacá.

Para sustento dos seringueiros os seringais importavam principalmente a farinha d'água, carne seca (jabá), carne *frescal* enlatada, carne em conserva, salmão e sardinha em lata. O feijão preto do sul do país era transportado em garrafões (frasqueiras), para não sofrer os efeitos do calor e umidade.

Nos descampados da sede não faltava uma pequena agricultura: plantações de batata doce, de aipim (macacheira), de bananeiras, de milho, etc. Abundavam excelentes bananas: da terra, ouro (anajá), prata, maçã, nanica e outras. A banana ouro era maior do que a do sul e a maçã, como vi no Juruá, não empedrava uma polpa tenra, alvíssima e pouco densa.

Quando os rios baixavam de nível plantavam nas praias o milho, que não crescia nem granava bastante, o feijão da praia, de pequenas favas amarelas e redondas, e ótimas melancias.

Na fácil fruticultura dos seringais vi um grande goiabal na bôca do Acre. Não faltava a laranja, a lima, o limão, o caju, o abacaxi, excelente quando não crescia muito.

Quanto à criação, havia no terceiro galinhas e perus. Vi galinhas d'Angola (capote).

Vi nos pastos da área descampada porcos, ovelhas e cabritos, além de algum gado-vacum, para leite, e muar para transporte de peles de borracha das barracas do seringal para o barracão da sede.

Vê-se, pois, que pelo menos à margem dos rios por onde andei, a fartura de então contrastava com

a miséria atual descrita por F. Ferreira Netto no seu precioso livro *Realidade Amazônica* (1954).

Alguns pescados, principalmente nas piracemas da estiagem, quando os cordumes vão desovar nas cabeceiras dos rios; alguma caça, ainda menos, reforçavam como extraordinário a refeição do seringueiro. Também a tartaruga, os ovos desse quelonídeo um jacaré mole, o *tinga*.

Numa praia do Purus, subindo o rio em batelão, tive ocasião de ver um cercado com o *capitari* (o macho da tartaruga) para atrair a multidão feminina que cobre as praias de noite.

De alimento vegetal fornecido pela mata só vi comerem a pupunha, o côco de uma palmeira cujo estipe se ouriça de pungentes espinhos. Cozinhava-se como batata inglesa. O palmito, que é abundante, ninguém comia.

Era como viviam nos dois afluentes do Solimões, Purus e Juruá, em cujas margens (Cruzeiro do Sul), assim como na do Iaco (Sena Madureira), passei muitos anos.

Naquele tempo, há mais de três décadas, levadas de nordestinos, principalmente do Ceará, proviam os seringais do pessoal necessário para a extração da borracha. Esse elemento procura hoje colocação no sul do país para onde emigra quando a seca assola o Nordeste.

Como pois atrair gente para os seringais da Amazônia?

Com imigrantes estrangeiros, seria formar quistos étnicos resultantes das grandes distâncias em que ficariam do elemento nacional, menos assimiláveis ainda do que os germânicos de Santa Catarina.

Parece-me que o elemento nacional poderá voltar aos seringais da Amazônia, atraído pelas vanta-

gens de outro regime econômico, em que a União assegurasse aos extratores, contra a ganância dos intermediários, o valor real de seu direito no produto vendido.

Talvez o problema deva resolver-se por um cooperativismo fiscalizado pela administração pública; talvez pela nacionalização dos seringais, não para serem explorados por funcionários públicos, mas arrendados a concorrentes, pessoas físicas ou jurídicas, que os explorassem, fiscalizados.

Nas próprias estradas das seringueiras, nas proximidades dos rios, seriam plantadas ou transplantadas outras, protegidas com pequenos cercados os novos pés, muito apreciados pelos herbívoros da mata.

Nessas estradas outros vegetais úteis poderiam ser plantados, desses que medram perfeitamente à sombra da floresta. (*)

Industriais e homens de ciência, químicos, botânicos, procurariam na própria mata os essências aproveitáveis neles existentes que seriam plantadas perto dos portos, como as seringueiras, a almécega, por exemplo.

Vi, em Cruzeiro do Sul, um ramo verde de folhas polpudas completamente enleadas por um fio de seda, que um verme ia prolongando. A árvore de que tiraram esse ramo talvez seja melhor do que a amoreira.

Mas deixo a pesquisa aos naturalistas, como aos economistas a dos meios de renovar a exploração da Amazônia.

Meu empenho aqui é todo negativo. Temo os quistos raciais no vale do grande rio; temo o sacrifício da mata equatorial, que terá como consequência inundações calamitosas.

(*) Podem plantar-se cafezais na mata. Não é necessário derrubá-la, sacrificando tão rica flora e fauna de tão variada beleza, como a ornitológica, principalmente. E é tido como ótimo o café nascido à sombra. A maturação dos cachos opera-se por partes sucessivas, exigindo mais de uma colheita no ano.

"PÉ DE TRINCHEIRA"

No dia em que o brasileiro empregar ajuizadamente sua vivacidade e orientar sua privilegiada inteligência no sentido do bem, o nosso País será o primeiro do mundo.

Uma das provas do que asseveramos é a facilidade com que o "pracinha" resolve os seus problemas. Ele tem recursos para tudo!

Reputamos o fato que se segue como uma das mais interessantes aplicações da sagacidade do soldado brasileiro, sobretudo por suas consequências.

Inexperientemente, nossos soldados escolheram suas botinas justas aos seus pés, isto é, com o tamanho usual.

Ao chegar o frio, recebemos grossas meias de lã. Com os pés calçados nessas meias, diversos soldados nossos não podiam usar suas botinas, essas lhes apertavam exageradamente os pés. Que fazer? Não usar as meias de lã? Ficar com frio?

Os americanos que usam sempre seus sapatos folgados, 2 ou 3 números maior, podiam usar até duas meias de lã!

Mas, com a neve, éramos obrigados não só usar as meias de lã, como também as galochas, verdadeiras botas de borracha. Os pés, o nariz e as orelhas são os pontos que mais sentimos frio.

Que fizeram nossos soldados? Uns porque suas botinas se tornaram pequenas e outros, aqui para nós, por comodidade mesmo, resolveram calçar meias de lã, envolverem os pés assim calçados com uma tira de lã que cortaram de seus cobertores, encherem suas galochas com palha seca e calçaram-nas, desprezando a botina.

Resultado: Tinham os pés ôtimamente aquecidos, e, sem querer, os tiveram ventilados e se livraram do "pé de trincheira", perigoso mal que tanto afligiu os americanos e que consistia num congelamento dos pés com as consequências desastrosas da lepra.

(Crônicas de Guerra — Cel. Uzêda)

Eis mais uma história do Regimento Sampaio, também vivida pelo companheiro que hoje, na reserva, dirige a "Casa Neno".

Apresente sua identidade e leve no mesmo momento a mercadoria escolhida. Tudo em 10, 15 ou 20 pagamentos mensais.

Procure a "CASA NENO" num dos seguintes endereços, de acôrdo com a sua conveniência:

Rua Sete de Setembro, 145 — Tel. 43-2215 e 43-9134 (Matriz)

Rua Buenos Aires, 151 — Sobrado — Tel. 43-7778

Avenida Passos esquina Presidente Vargas — "Esquina da Casa Neno" — Tel. 43-6905

Rua República do Líbano, 7 — Tel. 22-4590

Em Madureira: Rua Maria Freitas, 110 (loja própria)

Em Niterói: Rua da Conceição, 47

Na Penha: Largo da Penha, 59-C.

Rádios, Geladeiras, Televisão, Planos, Liquidificadores, Ferros de engomar, Toca-discos, Enceradeiras, Ventiladores, Relógios, Bicicletas, Máquinas de lavar, Aspiradores e demais artigos elétricos, Máquinas de costura, Máquinas fotográficas,

Motocicletas, Máquinas de escrever

Um mundo de coisas ao seu dispor

PÁGINAS DE GLÓRIA DA NOSSA ENGENHARIA MILITAR

Conferência pronunciada pelo Cel. A. de Lyra Tavares, no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, por ocasião do Centenário do Batalhão Vilagran Cabrita.

A história desses últimos cem anos da nossa Engenharia Militar invade muitos campos das atividades nacionais e é muito rica de feitos e de glórias, para ser confinada nos limites próprios de um simples discurso comemorativo. Não é que a não possamos resumir, nas suas grandes linhas, para fixar, apenas, os feitos marcantes do primeiro século de vida, que acaba de completar a mais antiga e a mais gloriosa das Unidades da Arma. O que se torna difícil é abranger, nas justas proporções, sem descolorir nem mutilar, no processo da síntese, os vários e multiformes aspectos da atuação da nossa Engenharia, no passado. As suas glórias militares foram o tema principal das comemorações com que já o Exército celebrou o primeiro centenário do Batalhão Vilagran Cabrita. Com isso, não apenas se exaltam os feitos guerreiros da Arma, mas se avivam, no espírito dos que hoje a integramos, as figuras dos heróis que ela deve cultuar, como forma de manter o espírito militar imprescindível às missões que lhe cumpre desempenhar na guerra moderna. As grandes virtudes militares formam os traços mais sugestivos da personalidade de Vilagran Cabrita, que a Arma tem, por isso mesmo, como seu patrono, e sob cujo comando o centenário Batalhão de Engenheiros recebeu o seu batismo de fogo na Ilha da Redenção. É com ele que começa a encher-se de louros a Unidade legendária que recebe, hoje, a homenagem do nosso Instituto, e o destino lhe deu a glória, não apenas

de ter conduzido os seus homens nas primeiras operações de guerra, mas de ter sido, ao mesmo tempo, o herói e o mártir daquela jornada decisiva de dez de abril de 1866, que abriu, às nossas Forças em operações, as portas do território inimigo. Foi aí que o Batalhão Vilagran Cabrita se consagrou, definitivamente, perante a História, mas essa consagração seria, sem dúvida, ainda maior se chegasse até nós o depoimento daqueles combatentes das outras Armas, testemunhas do trabalho infatigável dos nossos engenheiros, na sucessão dos dias e pela noite a dentro; do seu esforço gigantesco e anônimo, de ferramenta em punho, curtindo frio, atolando-se na lama dos banhados, varando matas hostis, sem vigílias nem esmorecimentos; para que as tropas pudessem marchar, para que os trens passassem atrás delas, assegurando-lhes o rumo certo que as operações exigiam, a despeito dos obstáculos do terreno que, além de adverso, era desconhecido. Porque eles viram, também, nas ações de combate, o ímpeto e a bravura com que esses mesmos engenheiros se lançavam ao assalto das fortificações inimigas, aprumando e subindo as escadas de escalada, transportando, de peito aberto, as suas muralhas, penetrando no recinto das praças e lutando ainda ali dentro, como se fossem inexgotáveis as suas reservas de energia e o ânimo com que trabalhavam e combatiam; e ainda viam a persistência com que eles continuavam, depois dos assaltos, a trabalhar e a combater... Esses aspectos da

atuação da Engenharia, que constituem o seu valor maior, somente a realidade da guerra permite medir e exaltar na justa expressão do que significam para os sucessos do Exército, que, em geral, se recordam e se cultuam muito mais nos seus resultados do que nas suas causas. Além disso, cumpre não esquecer que os episódios marcantes de uma guerra passam à História sobretudo através das Ordens do Dia e dos Diários de Operações. E o historiador é levado a recolhê-los, como fontes principais, para o relato dos acontecimentos, no trabalho posterior de apreciar, a frio, os feitos mais decisivos, que terminam por constituir a síntese final da História. O processo raramente permite rebuscar, por detrás do cenário vivo das operações ativas e de atuação dos Exércitos, certos elementos, às vezes decisivos, que concorrem para construir a vitória mas nem sempre são devidamente considerados depois que ela se conquista. Tal é o grande problema da síntese, porque nela se corre o risco de prejudicar a justa medida dos fatores que integram a vitória pela gradação inadequada que se lhes atribui no cotejo das suas intervenções relativas para a consumação do fato histórico.

A História Militar nem sempre se elabora no seu sentido puro de História-Ciência, que investe o historiador da responsabilidade de pesquisar friamente os fatos, pondo em cotejo os erros e os acertos, as glórias e os desastres, analisados tecnicamente, nos seus vários fatores, para o fim de concluir, de julgar e de estabelecer ensinamentos. Muitas vezes ela se desvia desse papel essencial para revestir-se do aspecto que nos parece mais próprio chamar-se de literatura histórica, pela predominância que se atribui aos acontecimentos, encarados em si mesmos, e focalizados segundo ângulos e proporções que dependem da posição própria e dos objetivos particulares do historiador. Essa literatura histórica, mais narração do que estudo, mais exaltação do que análise, sobretudo nos seus traços he-

roicos, é tão necessária à preparação psicológica dos Exércitos, à elevação do seu nível moral e à educação cívica dos contingentes de cidadãos que constituem a sua grande massa, como o é a História-Ciência para os Altos comandos e para os grandes estados-maiores, nos seus misteres de preparação para a guerra.

A solenidade comemorativa que agora se realiza não será, sem dúvida, o momento adequado para a apreciação de tais conceitos, mas cumpre lembrá-los aqui para assinalar um dos aspectos mais férteis de ensinamentos em que se nos apresenta o nosso passado militar, quando apreciado para o fim de aproveitarmos a própria experiência brasileira e corrigirmos, em tempo, as deficiências que ela nos aponta.

A História da Engenharia não se restringe, apenas, aos seus feitos heróicos. Ela está escrita, também, no trabalho gigantêsto e quase anônimo dos contingentes do Batalhão Vilagran Cabrita e das brilhantes Comissões de Engenheiros a que raramente se referem os elogios das Ordens do Dia em termos que correspondam, realmente, ao papel substancial e à envergadura dos trabalhos que ambos realizaram, na retaguarda e na frente do Exército, para que ele pudesse colher as glórias que colheu.

O papel da nossa Engenharia Militar, no seu duplo caráter de Arma combatente e de Corpo eminentemente técnico, não deve ser nunca encarado nem enaltecido, perante a História, sob ângulos isolados, porque será injusto e inconveniente separar os dois elementos que compõem, fundamentalmente, a tradição dos seus feitos: o trabalho e a ação de combate; a técnica e a bravura.

A Campanha do Paraguai, de onde o legendário Batalhão de Engenheiros regressou com a sua Bandeira coberta de condecorações, deve ser escrita, também, na linguagem fria e impressionante dos relatórios das Comissões de Engenheiros, que aí estão nos arquivos, como uma consagração silenciosa do trabalho que levou as Armas

Brasileiras, de objetivo em objetivo, apoiando-lhes a ação, até a vitória final. A guerra de movimento, através de grandes distâncias, e em que o jôgo das direções, em terreno difícil e desconhecido, configurava as grandes linhas da manobra, haveria de exigir verdadeiros milagres de capacidade e do esforço dos oficiais do nosso Corpo de Engenheiros, cujos conselhos — é justo que se acentui — tornaram-se, também, fator importantíssimo na conduta das operações e, até mesmo, na sua concepção. O próprio Caxias prestou ao Senado êsse depoimento que bem permite avaliar a extensão do trabalho dos nossos engenheiros: "É preciso que os nobres Senadores se convençam de que a guerra do Paraguai, desde o seu comêço, foi feita às apal-padas. Não havia mapas do país por onde me pudesse guiar, nem práticos de confiança. Só se conhecia o terreno onde se pisava. Era preciso ir fazendo reconhecimentos e explorações para se poder dar um passo."

Não é por outro motivo que os Chefes militares atribuíam tamanha importância às sugestões e aos trabalhos dos engenheiros de que dispunham. No pequeno grupo que desembarcou com Osório na margem inimiga do rio Paraná, na situação ainda incerta dos primeiros momentos, figuravam o Tenente-Coronel José Carlos de Carvalho, Chefe da Comissão de Engenheiros do Exército, e um contingente de 50 sapadores do Batalhão de Engenheiros. E é ainda de Osório o seguinte trecho de uma carta dirigida ao Ministro da Guerra, a respeito de oficiais chamados a serviço ou vindos a pedido para o Rio de Janeiro: "Os oficiais que se têm recolhido à Côrte são doentes, e quando pediram a demissão, foi por fraqueza de espírito para suportarem as fadigas da guerra; o Tenente-Coronel Carlos de Carvalho, porém, me faz muita falta, e estimarei que venha breve."

É oportuno relembrar que êsses problemas relativos ao terreno e às condições da guerra nos já os tínhamos enfrentado, em condições ainda mais precárias, na luta

contra Rosas, que constituiu a primeira grande experiência militar do Brasil independente. O Exército, mal forjado nas pelejas das lutas nacionalistas, ainda não estava organizado para fazer a guerra, quando tivemos de enfrentar a Campanha da 'Banda Oriental. Houve, como teria que haver, grandes improvisações, para que realizássemos, em menos de três meses, o aprestamento daquelas Forças Brasileiras que iriam, pela primeira vez na nossa História, marchar, estacionar e combater, em grandes escalões. A resolução de organizar o Exército, para pô-lo em condições de fazer a Campanha, fôra tomada em fins de 1850, já com muito atraso sôbre a evolução dos acontecimentos, que envolviam questões vitais para a nossa soberania. O Corpo de Engenheiros se compunha, então, de 6 Coronéis e um total de 150 oficiais. Não havia tropa da Arma, a não ser a Companhia de Sapadores-Pontoneiros que se teve de improvisar mais tarde, a 20 de julho de 1851. A operação da travessia dos cursos d'água era coordenada e dirigida pelo Chefe de Estado-Maior, ficando a cargo das Armas e dos Serviços os problemas de execução. Isso proporcionou às Unidades combatentes uma experiência preciosa, através de longos e difíceis percursos, a respeito da importância e das dificuldades dos trabalhos que elas próprias tinham de executar. Não bastavam os conselhos e a colaboração dos engenheiros, que atuavam, junto aos comandos das Grandes Unidades, como verdadeiros acesores técnicos. Era flagrante a falta da mão-de-obra especializada. A experiência foi grande, e o Exército tratou de aproveitá-la logo que, terminada a guerra, regressou aos seus quartéis de paz. A importância que, desde então, se atribuiu a tais problemas transparece da escolha dos oficiais que iriam integrar a primeira Unidade de Engenharia, o antigo Batalhão de Engenheiros, organizado a 1 de abril de 1855. Basta citar o nome do seu primeiro comandante, Hermenegildo Porto Carrero, o de Vilagran Cabrita,

que o comandou na Ilha da Redenção e o de Conrado Bittencourt, que o conduziu, a partir daí, através de todo o resto da Campanha, trazendo-o, de regresso ao antigo quartel na Praia Vermelha, com a sua Bandeira coberta das condecorações e das glórias de que é, hoje, depositário, o atual Batalhão Vilagran Cabrita.

Os ensinamentos da Guerra do Paraguai são, porém, muito maiores e muito mais amplos. Eles assinalam as graves deficiências nacionais em matéria de transportes, de cartografia, de técnica aplicada, de indústria militar, e outros, para cuja solução, na guerra, como na paz, muito se exigiu e muito ainda se exige da nossa Arma de Engenharia, sobretudo na época atual, em que a eficiência dos Exércitos repousa, em última análise, na organização e na economia nacionais que os apoiam e no padrão do povo em cuja massa eles se mobilizam. Entendida nesse sentido amplo a preparação para a guerra, torna-se evidente a importância do papel da nossa Engenharia Militar, em muitos campos precursora e estimuladora da técnica civil, pelo valor das suas realizações na obra da construção nacional e da organização do nosso sistema de defesa. A Campanha do Paraguai, que consagrou o denodo e a bravura do Batalhão Vilagran Cabrita, marcando a fase mais heróica da sua vida, agora centenária, foi também a consagração maior das Comissões do antigo Imperial Corpo

de Engenheiros, que colaboravam nas decisões do Comando, que palmilhava e levantavam o terreno das operações, que reconheciam as posições inimigas, e eram, na vanguarda das colunas, os "verdadeiros olhos do Exército", como já assinalou o ilustre General Leitão de Carvalho, ao traçar o perfil do Marechal Jerônimo de Moraes Jardim, em termos entusiásticos, justos e brilhantes, que compoem, no seu conjunto, um verdadeiro hino ao antigo Imperial Corpo de Engenheiros.

Meus Senhores:

A nossa Engenharia não modificou esse espírito construtor e de luta com que passou à História, através dos cem anos de vida que agora completa o Batalhão Vilagran Cabrita, verdadeiro marco da sua fundação. Ela o desenvolveu, pela criação de novas Unidades, pela ampliação e especialização dos seus quadros e pelo emprego de novas técnicas. E é ainda dentro desse mesmo espírito que a vemos, hoje, instruir-se, nos seus quartéis, para as missões que lhe cabem na guerra, ao mesmo tempo que se empenha, com entusiasmo e com fé inquebrantáveis, no Sul e no Nordeste do Brasil, construindo estradas, semeando o progresso e melhorando o padrão do elemento humano nas duas regiões de maior significação para a segurança da Pátria, em cuja defesa o heroísmo do seu grande patrono cravou, na Ilha da Redenção, o marco imortal da sua História gloriosa.

Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.

Agência do Rio de Janeiro

RUA VISCONDE DE INHAÚMA, 134-C — CAIXA POSTAL, 1239

END. TEL. "RIOINCO"

Gerência, 23-0556 — Subgerência, 43-1112

Contadoria, 23-2329 — Cobranças, 43-9780

RIO DE JANEIRO

ABRA UMA CONTA NO "INCO" E PAGUE COM CHEQUE

(N. 6)

HIGIENE E SEGURANÇA INDUSTRIAL

Ten.-Cel. "T" WALDEMAR DE LIMA E SILVA

1 — AULA INAUGURAL DA CADEIRA NA ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

O vocábulo trabalho provém de "tripalium" que era uma espécie de tortura adotada pelos romanos. Era o suplício mais humilhante que se poderia infligir a alguém. Vigorava em plena civilização da hegemonia de Roma que dava para qualquer prestação de serviços o conceito de ato ignóbil, porque só a escravos é que era imposta a ação ocupacional. Daí a derivação semântica que legou para o ato humilhante de trabalhar, o nome que de per si já era degradante. Com o evoluir da civilização foi diluindo-se este sentimento escravista, primeiramente com o advento do Cristianismo que tornou o homem igual perante a Lei de Deus, e posteriormente com a eclosão da Revolução Francesa que tornou o homem igual perante às leis dos homens. Mas o trabalho que se dignificava passo a passo com a dignificação do homem, continuou a exigir de seus participantes grande soma de sacrifícios. Com a superveniência da era das máquinas, parecia que o trabalho iria perder de vista a sua significação etimológica eis que não mais seriam solicitados os tremendos esforços físicos e, os métodos, tocados pela magia do progresso, seriam destituídos dos riscos milenares...

Tal não aconteceu. Porque a inovação da matéria-prima, em alguns casos, e os processos modernizados da indústria, trouxeram novos perigos. O sulfato de carbono outrora usado no preparo da borracha e que produzia tanta polineurite e tanto parkinsonismo,

retornou na atualidade, na indústria da seda artificial, o "rayon".

* *

O trabalho era de tal forma prejudicial à saúde que, em 1700, um médico de Módena, na Itália, verificou que os limpadores das cloacas eram acometidos de conjuntivite e que com a continuidade do trabalho ficavam cegos. Impressionou-o encontrar nas ruas de Módena, implorando a caridade pública, inutilizados de vez, velhos trabalhadores das cloacas.

De pesquisas em pesquisas, verificou que a emanção amoniacal e sulfídrica desses esgotos é que dava origem a esta imensa desgraça. Passou a observar as diferentes ocupações da época e pôde enfiar no "De Morbis Artificum Diatriba" cinquenta e duas profissões com seus correlatos riscos ocupacionais. Fixou assim Bernardo Ramazzini, há dois séculos e meio, os passos demonstrativos da importância da Higiene, da Medicina e da Segurança nos problemas do trabalho.

Em 1822 surgiu a 1ª Lei Sanitária do mundo, e que era lei fundada em medicina ocupacional, obrigando a se submeterem à inspeção higiênica, as fábricas da Inglaterra. Era o "factory act". Convém destacar que exatamente em 1822, nascia Pasteur que haveria de, muitos decênios depois, revolucionar a medicina abrindo em seu seio, a era pasteuriana — a Medicina Moderna.

Parece que isto influuiu sobremodo para que a Higiene e a Segurança do trabalho não adquirissem desde logo o proselitismo a

que na realidade faz jus. A atenção médica voltou-se, como não poderia deixar de fazê-lo, para os problemas de ordem infecciosa. Eis porque apesar de suas raízes profundas na História da Medicina, e erguida há dois e meio séculos, a Higiene e a Segurança do Trabalho não figuram sequer no currículo comum das Universidades. É disciplina apenas dos cursos especializados de Higiene e Saúde Pública.

Agora, graças ao espírito esclarecido e a visão do Exmo. Sr. General de Exército, Ângelo Mendes de Moraes, Chefe do DTP, não podíamos ter, aqui, numa Escola Técnica, uma Medicina do Trabalho, mas sim, uma Higiene e Segurança do Trabalho.

Parece também que a atual onda de prestígio que vem cercando a medicina ergológica, encontra sua explicação na intercorrência de outros fatos contemporâneos.

É que os antibiológicos, a penicilina, estreptomina, aureomicina, terramicina, etc., o ácido isonicotínico e as medidas excelentes de saúde pública, estão dominando as infecções e infestações e a atenção médica já se polariza para outras doenças que vêm diminuindo a média de vida.

Já a preocupam o câncer, as doenças cardiovasculares e as decorrentes do trabalho.

* * *

Feitas estas considerações necessárias para a demonstração da importância da Higiene, Medicina e Segurança nos assuntos do trabalho, conforme a situa a História, passemos ao estudo do tema na sua objetividade. A Higiene, Medicina e Segurança do Trabalho estudam a infortunística em todos os seus aspectos.

O infortúnio deve ser definido como o dano decorrente do trabalho, pura e simplesmente, no dizer de Barros Barreto. O infortúnio pode ser de causa física ou química: *infortúnio agudo* que é o acidente: e pode ser de causa biológica ou tóxica: o *infortúnio*

crônico ou subagudo, que é a doença profissional.

Ambos — acidente agudo ou doença profissional — são as mesmas peças de um todo. Para ambas há um mesmo comportamento médico-legal e para ambas há uma única diretriz profilática.

Devem, pois, ser unificados sob o nome comum de infortúnio. Não se explica a dualidade pois são faces de u'a mesma moeda.

Em 75.000 acidentes, Heinrich demonstrou que 98% eram previsíveis e 2% imprevisíveis. Dos imprevisíveis em 80% foi responsabilizado o Homem e em 18% as causas foram materiais (Total 98%).

Esta clássica estatística de Heinrich é ainda atual pois assim o demonstram os números que aqui e acolá se coligem a respeito do assunto. Ela por si só esclarece o papel saliente que pode desenvolver o médico, o engenheiro e o sanitário, na luta contra o infortúnio.

2 — CONCEITO DA PREVENÇÃO

A prevenção em todos os setores da vida humana, é o primeiro fator que se deve levar em consideração para resolver de forma racional, lógica, constante e eficaz, os complexos problemas da existência, sejam de ordem individual, coletiva, econômica, social ou sanitária, e dessa prevenção depende, quase totalmente, o bem-estar futuro.

Basta analisar o significado da palavra, para deduzirmos que a prevenção constitui o único meio que nos põe a salvo das inúmeras contingências que nos cercam, e que nos obrigam a estabelecer um parêntese, que pode ser eterno, em nossas atividades, ou que nos truncam por completo a trajetória que nos propusemos percorrer no caminho da vida, arrastando freqüentemente em nossa queda todos os nossos ideais.

Prevenção, de *preventio*, *preventionis*, significa ato ou efeito de prevenir, aviso, advertência, preparação e disposição que se faz antecipadamente para se evitar um risco.

Prevenir é dispor as coisas para se chegar a um fim determinado; é o conhecimento que se tem, *a priori*, de um dano ou prejuízo que pode sobrevir.

A prevenção pode ser considerada como advertência feita aos nossos sentidos, para induzi-los a prejudicar, a precaver-se, a evitar um mal. O homem e suas coletividades, desde os primeiros tempos, considerou que lhes era indispensável prevenir-se contra a sua integridade física, sua propriedade ou sua liberdade, e assim, as tribus nômades rodeavam de fogueiras os seus acampamentos para evitar a acometida das feras, e se refugiavam nas cavernas durante as tempestades. As cidades e às vezes as nações como a China, cercava os seus domínios por meio de altas muralhas para prevenir o ataque ou a invasão dos povos inimigos, e temos visto nas guerras como por meio de potentes sirenes se previne as cidades de ataques aéreos, fazendo com que as populações se refugiem em abrigos adequados.

A proporção que as sociedades têm avançado pelo caminho do progresso, mais tem aumentado os perigos que se tem de evitar, acompanhado pela máquina e pela vertiginosa rapidez com que se desenvolve a existência, e assim, se observa que as ações de prevenção, antes rudimentares, se multiplicaram em forma proporcional às anteriormente existentes; mas, contudo isso, não alcançaram a magnitude devida, e resultaram insuficientes para cobrir a imensa área que deve ser protegida, dadas as incontáveis facetas da atividade.

Os seguros em suas múltiplas formas, de vida, contra enfermidades, contra incêndios, dotal, roubo, invalidez, maternidade, viagens, pensões vitalícias, responsabilidade civil, de acidentes de trabalho, nada mais são que formas várias da prevenção e desenvolvidas de modo diretamente proporcional à cultura das nações. Os montepios e outras instituições similares nada mais são que organismos de prevenção, criados e sustentados por determi-

nados setores, a fim de resolver, no futuro, necessidades de ordem econômica.

O Instituto de Previdência, uma das instituições mais beneméritas do nosso país, tem por finalidade, como seu nome indica, a solução no futuro, do problema da vida material.

Por outro lado, os sinais utilizados nas ruas e avenidas de nossas cidades para regularizar a circulação, nada mais são que elementos preventivos para evitar acidentes de trânsito.

As cancelas que se abrem ou se fecham nas nossas linhas férreas, as campainhas de alarme que se colocam nas mesmas, os faróis vermelhos das estradas, as lanternas vermelhas dos automóveis, a sirene dos navios em dias de nevoeiro, as tabuletas com indicações de formas distintas e de cores que se observa nas margens das estradas, as estações meteorológicas, o cinto de segurança usado nos aviões, o desenho de uma caveira nos suportes de linha de alta tensão, a abstenção de sair à rua em dias anormais, o abotoarmos o casaco ao sairmos de um teatro em noite fria, as recomendações da mãe a seu filho para que ele evite determinadas companhias, a proibição de certas leituras a jovens de pouca idade, os tubos de nível das caldeiras, as redes que se colocam no circo quando se trata de acrobacias arriscadas, os fusíveis em instalações elétricas, as máscaras contra os gases asfixiantes, os para-raios nos edifícios, etc., etc., são outras tantas formas de prevenção, de evitar um mal que pode chegar.

Sob o ponto de vista da Higiene ocorre outro tanto; as injeções de soros diversos, as vacinas, os regimes de alimentação que se dão aos indivíduos para determinados fins, nada mais são do que formas preventivas.

Higienicamente, são incontáveis as precauções que se tomam, e ainda assim, existem enfermidades que poderiam chamar voluntárias ou existentes por falta de prevenção. Todas as prevenções indicadas e muitas que deixamos de

aludir, não chegam a defender de modo absoluto o indivíduo, e assim, vemos como todos os dias ocorrem acidentes na via pública, nas estradas de ferro, nas linhas marítimas, no serviço de carga e descarga dos navios, nas explorações industriais, nas fábricas, e se contraem enfermidades perfeitamente evitáveis.

Se o indivíduo, em sua função exclusivamente de cidadão, está cercado por tantos inimigos que com frequência fazem dêle sua presa, o que não ocorrerá com o operário?

O campo da atividade do trabalho é comparável a um campo de batalha, cujas vítimas não são de todo inevitáveis, pois podem diminuir em grande parte por meios preventivos de higiene e segurança. Esses meios devem ser mobilizados em seu mais alto grau, quando se tratar de trabalhos nas fábricas, estabelecimentos industriais, trabalhos no sub-solo, construção, reparação e conservação de edifícios, vias ferreas, portos e canais, pontes, operações de carga e descarga, trabalho de bombeiros na extinção de incêndios, trabalhos elétricos em geral, fábricas de explosivos e munições, trabalhos em depósitos e paíóis.

Causa verdadeiro assombro a leitura das estatísticas dos acidentes do trabalho, apesar do relativo, muito relativo cuidado que se tem para evitá-los. Estes acidentes são muito superiores aos produzidos pela guerra mais cruenta, e é indispensável, por humanidade e por economia, organizar as prevenções de tal forma que só ocorram acidentes naqueles casos que escapam a toda previsão, pois à parte as considerações sentimentais que justificam o sofrimento e a miséria, os acidentes contribuem de um modo poderoso para o empobrecimento das nações. O que é preciso, é proteger o capital humano, pois sem êle a máquina nada pode produzir.

Para prevenir este açoite social e econômico que representa o acidente, todas as nações do mundo civilizado se preocupam seriamente em busca de meios adequados para

evitá-los, reduzindo-os a seu mínimo.

Com efeito, os governos ditam leis gerais de segurança, e para cada classe organizam-se associações patronais ou operárias, inspeções são criadas, em todas as fábricas e estabelecimentos industriais são criadas as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS), películas educativas são projetadas, porém acreditamos que falta uma propaganda intensiva, especialmente em nosso país, propaganda que começando nas escolas elementares, deve acompanhar o jovem nas escolas de aprendizagem industrial, com a continuação nos diversos setores de trabalho. Em diversas nações, como os Estados Unidos da América do Norte, na Holanda, Alemanha, Inglaterra, França e Itália, a prevenção é ensinada desde a mais tenra idade em forma muito elementar, porém com isto, se consegue chamar a atenção dos meninos para os inimigos que os rodeiam, e assim, êles aprendem as prevenções higiênicas e de segurança, a forma de se atravessar as ruas, a prevenir o perigo de determinados jogos, etc.

Como Napoleão dizia que para ganhar uma guerra, três coisas eram indispensáveis: — Dinheiro, dinheiro e dinheiro — não há dúvida que para combater o acidente, três coisas são indispensáveis: — Propaganda, propaganda e propaganda. Não é isto uma afirmação leviana, mas sim comprovada na experiência e na observação, pois dessa afirmação podemos anunciar o seguinte axioma — o número de acidentes em igualdade de circunstâncias é inversamente proporcional à extensão e intensidade da propaganda de prevenção — donde podemos deduzir que evitar os acidentes é simplesmente problema de vontade dinâmica, e isso que temos repetido várias vezes não quer dizer que podem ser evitados em absoluto, mas sim que podem ser reduzidos ao seu mínimo.

3 — PORQUE É PRECISO PROTEGER A SAÚDE DOS OPERÁRIOS?

As razões pelas quais a saúde dos operários deve ser objeto de um

cuidado especial, fazem ressaltar considerações físicas, sociais, morais e econômicas.

A proteção dos operários é uma necessidade em consequência da existência de riscos profissionais. O trabalho de um modo geral, implica a idéia de castigo, que quer dizer esforço, dificuldade, fadiga, mas ele representa um perigo.

O trabalho industrial é, com efeito, um combate, uma luta contra a matéria; porque a matéria não é nem servil nem inofensiva; é preciso extraí-la, manipulá-la, transformá-la. No curso de todas estas operações, a matéria se defende, replica, resiste, se mostra agressiva e se vinga. Para dirigir este combate, o capitão da indústria, como o chefe do Exército, dispõe de homens e de máquinas. O trabalhador sofre a sorte do soldado: ele pode ser ferido ou morto; ele pode ser tornado indisponível; ele pode se tornar inválido ou enfermo. Ele não é apenas ameaçado pela matéria que manipula; ele também é batido pelas máquinas que o servem ou pelos tóxicos que se formam em torno dele.

Tudo isto representa os riscos profissionais.

As condições modernas do trabalho têm aumentado de muito o seu número e a sua variedade: — os agentes físicos, mecânicos, químicos, microbianos espregam sem cessar o trabalhador para assaltá-lo, atacá-lo, surpreendê-lo, derribá-lo, fatigá-lo e consumi-lo.

Existe então certas enfermidades e uma mortalidade inerentes ao trabalho. É a consequência, particularmente, do desenvolvimento industrial, da mecanização, da eletrificação, do progresso incrível da indústria química que cria novos produtos. Os riscos profissionais aumentam sem cessar. As afeções devidas aos produtos manipulados ou manufaturados (intoxicações diversas, doenças infecciosas ou parasitárias) se juntam as afeções devidas às condições do trabalho — trabalho diante do fogo, na umidade, em ambientes barulhentos, no ar comprimido, etc.; assim como as afeções ou lesões

devidas a atitudes e aos movimentos profissionais — contração dos músculos, deformação do esqueleto, calos, etc. As afeções especiais da nosologia foram qualificadas de "tecnopatias" por Duvoir — hemopatias benzênicas, intoxicações variadas, febre dos soldadores, câimbras profissionais, catarata dos sapadores de vidro, perfuração nasal dos cromadores, golpe de arco dos soldadores, silicose, etc...

Estatísticas antigas mostram que a morte derriba o operário a uma idade comparativamente mais baixa que a da população ativa. A fábrica, a oficina, o escritório contam entre as causas segunda da programação da tuberculose. Barthe assinalou a frequência das manifestações reumáticas entre certas categorias de trabalhadores expostos à umidade, às variações de alta e baixa temperatura, à repetição de choques, golpes ou vibrações, à fadiga consecutiva da tensão muscular prolongada, ocasionada por uma atitude profissional. Tais são alguns dos efeitos patológicos dos trabalhos.

As consequências dos riscos profissionais são pesadas para o trabalhador fisicamente minuído, diminuído na sua capacidade de trabalho, para a coletividade que suporta pesados encargos sociais, para a economia nacional cujo progresso produtivo é fraco. Tal é o resgate do progresso industrial.

No lugar de deixar, como outras vezes, o campo livre a estes agentes nocivos, perigosos, agressivos, a Higiene, a Medicina e a Segurança do Trabalho intervêm para preservar os operários contra seus ataques, a fim de aliviar as servidões de trabalho.

A grandeza de uma civilização se mede pelo grau de desenvolvimento da justiça social. Ora, uma das formas, a mais tangível da justiça social é a proteção da saúde igual para todos. Cada um — o rico como o pobre — tem direito à saúde. Este direito à saúde foi introduzida na nossa Constituição de 1934, na de 1937 e na atual de 46.

Do ponto de vista moral, a caridade cristã — que é o sentimen-

to humano o mais elevado e o mais admirável — ordena aos homens que se inclinem sobre aqueles que sofrem, sobre aqueles que penam, a fim de ajudá-los, socorrê-los e protegê-los. Aos materialistas que permanecem surdos a estes apelos elevados, outros argumentos decisivos acabarão por lhes mostrar seus deveres. A proteção dos operários se traduz, com efeito, pelas vantagens e outros benefícios. Para os trabalhadores, os benefícios são evidentes: — conservação de seu estado físico, diminuição de enfermidades e da mortalidade, diminuição do absenteísmo, utilização judiciosa da força e das aptidões, o que quer dizer ótimo salário.

Além disso, dando ao trabalho um sentido humano e social e consagrado a superioridade do homem, se assegura aos operários um reconforto moral de grande valor. É mais difícil fazer admitir para todos que os próprios patrões são beneficiários de uma mão-de-obra sadia, supervisionada medicamente e tecnicamente. Portanto, os chefes de empresas espertos e inteligentes terão conta que a resistência física, a habilidade, o equilíbrio e as aptidões sensoriais da máquina humana, têm tanta importância para o rendimento quantitativo e qualificativo de sua empresa quanto a solidez, a manutenção e o bom funcionamento da máquina ferramenta; o fator humano exige o fator mecânico. Segue-se que o aperfeiçoamento das qualidades físicas da mão-de-obra e de uma melhor utilização desta, aumenta a produtividade qualitativa e quantitativa do operário, portanto o movimento e a produção da empresa.

Reduzir o absenteísmo por doença ou acidente, não é favorecer também a produção?

Num estabelecimento americano de 115 operários, as despesas de instalação e de funcionamento do Serviço de Higiene e Segurança Industrial, se elevaram apenas da metade das economias realizadas no 1º ano, pelo simples fato da diminuição do absenteísmo. Em outro estabelecimento de 550 operários,

a redução de 2/3 dos acidentes e a diminuição do absenteísmo, cobriram amplamente as despesas feitas para a aplicação do programa de Higiene e Segurança Industrial.

Uma Companhia de Seguros concedeu um abatimento de 5% sobre os prêmios às Fábricas que instituíram exames médicos aos seus operários, após 2 anos de funcionamento; o abatimento seria de 10% quando funcionasse um Serviço de Higiene e Segurança Industrial com enfermaria. A "National Industry Conference Board" reconheceu que sobre 333 estabelecimento industriais, mais de 2/3 afirmaram que o Serviço de Higiene e Segurança Industrial das suas empresas, melhorou a saúde e a capacidade de trabalho de seus operários; que aumentou a segurança e diminuiu o absenteísmo, de tal modo que as despesas previstas para as substituições ou trabalhos extraordinários foram reduzidas; que contribuiu para realizar uma admissão de operários esclarecida e judiciosa; que facilitou as relações entre a administração e os operários; que o custo do seguro baixou; e que 115 desses estabelecimentos pretendem desenvolver o seu Serviço de Higiene e Segurança Industrial ao mais alto grau.

Tais argumentos, retirados intencionalmente num grande país onde o senso de atividades prósperas é muito ascendente, bastam para demonstrar sem a menor dúvida, que o Serviço de Higiene e Segurança dentro de um estabelecimento industrial é vantajoso; sua atividade — preventiva e nunca curativa — se liga fortemente às questões de economia de dinheiro, de perda de tempo e de faltas ao trabalho. Atualmente, as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes respondem por isso, em nossas fábricas e estabelecimentos. As vantagens que as CIPAS trazem, assim como a proteção técnica e médica à coletividade e ao país, não são menos manifestas, porque um operário deficiente custa à sociedade mais do que ele pode pagar.

Por outro lado, o saneamento da mão-de-obra e a prevenção dos riscos profissionais fortificando a saúde e o poder do corpo social, enriquecem o capital humano, recuperando milhões de dias de trabalho, diminuindo as obrigações sociais, elevando o potencial produtivo do país, estimulando a produção, abaixando o custo de vida, e contribuindo para a paz social. Deste modo, os benefícios econômicos estão em conformidade com as considerações de ordem social e religiosa, e com o sentido da justiça.

É dever da Higiene, da Medicina e da Segurança do Trabalho assegurarem a proteção da saúde dos trabalhadores, assim como velarem pela sua segurança.

Esta proteção se impõe, porque ela se sustenta sobre 4 leis:

- A lei científica do progresso médico;
- A lei econômica da produtividade;
- A lei social de justiça para com os operários;
- A lei moral de solidariedade humana e cristã.

Estas 4 leis correspondem aos direitos fundamentais do homem, e que são:

- respeito à pessoa humana;
- salvaguarda de sua sensibilidade e de sua personalidade;
- prevenção da degradação do homem pela máquina e de sua servidão às exigências da produção.

A proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores é reconhecida em todos os países como um dever essencial de nossa civilização.

BIBLIOGRAFIA

Fabre — Essais d'hygiene et de toxicologie industrielles

Ling — Recent advances in industrial hygiene and medicine

Pollet — Les Maladies professionnelles

Oller — Medicina del trabajo

Hamilton — Industrial toxicology

Reed and Harcourt — The essentials of occupational diseases

Boccia — Medicina del trabajo

Kaplan — Medicina del trabajo

Comissão de autores — Manual of industrial hygiene and medical service in war industries (Cafafor — editor)

Bandeira de Melo — Atmosfera do interior dos edificios e locais de trabalho.

Fairhall — Industrial toxicology

Décio Parreiras — Medicina do Trabalho

Williams and Wilkins — Toxicology and hygiene of industrial solvents

Simonin — Les sciences médicales au service du travail humain.

Medicine du travail.

Ballester — Prevención de accidentes

Santiago de Oliveira — Conferência na Biblioteca Municipal de São Paulo

Bour — Pacteur humaine et accidents du travail

Patty — Industrial Hygiene and toxicology

Bloomfield — Curso de Saúde Pública do DNS de higiene industrial

Soppington — Essentials of industrial health

Barros Barreto — Tratado de higiene

Sollier e Drabs — La psychotechnique

No Brasil, assume no momento a maior importância, seja assegurada à empresa particular a possibilidade de produzir com eficiência, restando ao Estado a função reguladora e supletiva.

Não caberia, pois, a substituição das empresas privadas pelo Governo, senão em circunstâncias especiais, como no caso de estagnação no desenvolvimento de setores básicos ou da formação de pontos de estrangulamento no processo econômico, conforme veremos mais adiante nesta Exposição.

Em lugar do objetivo de forçar o ritmo da expansão, se optaria pelo de buscar o equilíbrio entre o desenvolvimento em marcha e o melhoramento do bem-estar em curto prazo.

Companhia

ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

RIO DE JANEIRO

A PRIMEIRA FABRICANTE DE CLORO E DERIVADOS
NO BRASIL

ALGUNS PRODUTOS DE SUA FABRICAÇÃO :

SODA CAUSTICA — CLORO LÍQUIDO — CLORETO
DE CAL (CLORÓGENO) — ÁCIDO CLORÍDRICO CO-
MERCIAL (ÁCIDO MURIÁTICO) — ÁCIDO CLORÍ-
DRICO ISENTO DE FERRO — ÁCIDO CLORÍDRICO
QUÍMICAMENTE PURO (PARA ANÁLISE P. E. 1,19) —
HIPOCLORITO DE SÓDIO — HEXACLORETO DE BEN-
ZENO EM : PÓS CONCENTRADOS, PÓ MOLHÁVEL,
ÓLEO MISCÍVEL



PEÇAM AMOSTRAS, PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES A :

COMPANHIA ELETRO QUÍMICA FLUMINENSE

RIO DE JANEIRO :

AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, 290 — 7º And.

TELS. : 23-1582 E 23-1599



UMA PRETENSE VOLTA AO PASSADO

CASTRO BARRETO

De tempos a tempos e já hoje mais espaçadamente, aparece alguém, geralmente em jornais estrangeiros, defendendo a imigração e a colonização por grupos étnicos ou *étnias* considerando as vantagens desse sistema *colonizador* para povoar o Brasil. É esse um fenómeno muito conhecido pelos estudiosos desses assuntos, que tomou o nome de *etnecentrismo*: cada grupo nacional de imigrantes considerando-se superior aos outros e conseqüentemente não desejando misturar-se aos demais e particularmente aos *gentílicos*, pelos quais em geral, revelam certo desprezo.

Desta feita é um autor de nome bem brasileiro o Sr. Fernando Bastos de Avila, declarando seus títulos, inclusive fazendo parte do novo Instituto Nacional de Imigração e Colonização, professor de Ciências Políticas e Sociais da Faculdade Católica, e membro da erudita Companhia de Jesus e, provavelmente ainda dono de outras funções que nos apresenta nas colunas do "Correio da Manhã" defendendo o isolamento dos grupos

racionais ou *etnias*, dizendo aos que se batem pela unidade cultural, pela homogeneidade desta Nação, pelo estabelecimento de núcleos plurinacionais que "supomos que basta borrifar os estrangeiros pelos núcleos nos quais rapidamente se assemelharão ao elemento nacional garantindo assim um pleno sucesso à obra colonizadora.

O autor dêste *essurgimento* *isolacionista*, que é afinal o racismo sem disfarce, inicia o seu artigo definindo de um modo categórico a palavra *assimilação* tomada num sentido muito diverso do que tem ela em *antropologia*. Assimilar imigrantes de várias *etnias* não é absolutamente "o processo pelo qual dois seres dissimiles se tornam semelhantes".

A *assimilação* de imigrantes, sendo antes de tudo cultural, não tem por objetivo tornar os seres semelhantes mas *identificá-los* culturalmente, processo para o qual devem concorrer as duas culturas *postas em contacto* e das quais cada um é portador — é a *aculturação*.

Na assimilação biológica que se segue geralmente à precedente, tampouco se pretende tornar os seres semelhantes que não os há em parte alguma, especialmente em país como o nosso que ostenta a maior fusão de raças (stocks) de todo o mundo, mas dar à sociedade que eles formam o máximo de unidade social e política que só é obtida, afinal, onde essa fusão se opera.

Estamos com o professor Carr-Saunders: "Difícilmente poderia haver harmonia numa comunidade na qual os seus membros não podem lograr a mútua fecundação" (1).

Mas o pior é que o Sr. F. Bastos de Ávila considera toda a contribuição aculturativa da nossa gente como degradação e toda contribuição do alienígena, como promoção: "Para assimilar jéca-tatus não é necessário uma política de colonização. A única assimilação que pode ser razoavelmente visada por meio de uma política de colonização é a assimilação por promoção. Por outras palavras, o objetivo de nossa política não é a "caipirização" do elemento alienígena, etc.". Enfim, há além de tudo uma falta de humanidade da parte do ilustre irmão de Anchieta em não reconhecer as admiráveis qualidades do nosso gentílico na contribuição aculturativa, com o seu extraordinário poder adaptativo que lhe reconhecem todos os que autorizadamente o conhecem. Chefes de grandes indústrias, como o General Edmundo Macedo Soares: "É opinião generalizada que os latino-americanos, em todos os escalões do trabalho, aprendem com relativa facilidade, adquirem senso de responsabilidade e trabalham com rendimento satisfatório nos ramos de atividade em que atuam. Os mais altos níveis técnicos nas profissões que exigem qualidades pessoais, são atingidos por eles: na medicina, na advocacia, na engenharia, nos misteres artesanais e

nas tarefas de operários na indústria moderna (2). Ou ainda os engenheiros da grande cerâmica de São João, em Recife, que me apontavam os seus admiráveis operários e chefes de serviço dizendo-nos: "Há quatro anos, o homem que dirige aquele enorme forno elétrico, era lavrador de cana e mandioca; aquele adolescente que com admirável perícia desenha à mão a porcelana, era um humilde "jéca-tatú".

Todos os que falam com profundo conhecimento do nosso povo têm o mesmo conceito idêntico: agrônomos e fazendeiros, mineiros, militares, que com eles privam através do recrutamento e sociólogos que sobre eles têm estudos de campo, como Samuel Benchimor, referindo-se ao nordestino que vai para a Amazônia: "Não conheço gente mais inteligente e perspicaz. Entendem as coisas de longe, aprendem as coisas depressa. Uma capacidade de observação fora do comum, excepcional mesmo. Uma linguagem forte, imaginosa, precisa. Às vezes basta uma frase sua para iluminar uma tese. Definem admiravelmente o que querem" (3). Esta gente não degrada, contribui, promove, aperfeiçoa também.

Temos a impressão de que o Senhor Bastos de Ávila conhece muito pouco a nossa gente, particularmente a nossa gente rural; S.S. foi urbanista na meninice e passou muitos anos no estrangeiro, onde estudou e se deslumbrou com o alto nível cultural, educacional, dos povos nórdicos, mas deveria antes de escrever sobre a população brasileira conhecê-la mais de perto nas suas admiráveis qualidades éticas, na extraordinária capacidade de assimilar conhecimentos e técnicas que em geral não lhes são ministradas nas escolas, mas por um esforço autodidático e por uma grande ansia de aprender e evoluir. O seu padrão não deve ser tomado pelo bravo mateiro derrubador e

(1) Poblacion — México — 1942, pág. 220.

(2) E. Macedo Soares — Fundamentos técnicos da indústria primária e de transformação na América Latina, "Revista do Conselho Nacional de Economia" — III — 7-954.

(3) S — o Cearense na Amazônia — "Rev. de Imigração e Colonização" — VI — 380 — 4-945.

muito menos pelo analfabeto e es-
coraçado jéca-tatú, vivendo isolado
à margem da lagoa ou dos grandes
rios, sem nenhuma vantagem da
vida civilizada.

Fala-nos o Sr. Bastos de Ávila
da "absorção de imigrantes" e faz
muito bem em empregar esta ex-
pressão, bem de acôrdo com as
idéias que expõe. O Brasil deveria
absorver milhões de alienígenas mas
não assimilá-los; devem conservar-
se em seus núcleos de acôrdo com
o esquema proposto, porque "nos
Estados Unidos o imigrante sentir-
se-á ufano de tornar-se americano,
filho de uma grande pátria". Mas
aqui não. Posso assegurar ao
Sr. Bastos de Ávila que aqui no
nosso Brasil os imigrantes já se
sentem igualmente ufanos de se
tornarem brasileiros e há mesmo
certos conflitos familiares entre o
centrismo de alguns pais e o tre-
mendo brasileiroismo dos filhos, des-
de que não permaneçam em nú-
cleos isolados.

Sôbre a política adotada nos sé-
culos passados pelos Estados Uni-
dos com referência à colonização,
me permitirei lembrar ao defensor
do isolamento das etnias na colo-
nização, que ainda muito maior foi
a liberdade no Brasil, onde nunca
se tomou conhecimento, nem mes-
mo numérico, dos que entravam.
Atualmente porém, desde o nazi-
hipo-fascismo as coisas tiveram de
mudar e só quem desconhece ou
finge desconhecer a gravidade do
isolamento nas colônias do Sul
(alemães, nipônicos e até polone-
zes), poderá asseverar que são ra-
ros os "quistos raciais" (culturais)
a que deu lugar êsse preconizado
isolamento, dizendo que: "Se o
grupo alienígena tem uma função
de promoção, êle só poderá reali-
zâ-lo mantendo-se unido. Dissolvido
numa maioria autóctone o elemento
estrangeiro tem tôdas as probabi-
lidades de se assimilar por degra-
dação, por caipirização". Preconi-
za o grupo uninacional "para não
desvincular bruscamente o imigran-
te de tôdas as suas radicações cul-
turais e sentimentais".

Mas quem é que deseja isto? Se-
rão todos os que se têm ocupado

do assunto neste país, tão ignoran-
tes, tão bisonhos em ciência so-
cial que não compreendam que isto
não é possível? Então considera-
se quisto, a que S.S. chama "fe-
nômeno raro", todo grupo imigrado
que conserva por *algum tempo* (o
grifo é nosso) sua identificação?
Vê-se bem que o Sr. F. Bastos
Ávila nunca visitou uma colônia ja-
ponesa ou alemã, onde, apesar das
medidas tomadas durante a guerra,
ainda os conscritos do Exército não
falavam o português e, apesar de
tôda a sua evolução, de 1945 para
cá, os consulados nipônicos conti-
nuam a registrar os filhos de ja-
poneses nascidos no Brasil, como
súditos de Sua Magestade, criando
o grave problema da dupla naciona-
lidade, do *jus sanguinis*.

Aconselha ainda no seu fervor
isolacionista, uma "assimilação sem
perda de características", isto é,
"os grupos conservando a sua au-
tonomia". "Assim as diversas
etnias podem, por longo tempo,
manter-se idênticas a si mesmas e
perfeitamente integradas ao meio
por um fenômeno de "simbiose".
Ora, ou há assimilação ou há sim-
biose, fenômeno que consiste na
vida de um grupo em harmonia de
trocas, mas mantendo os carâteres
respectivos. Sua confissão de gru-
pos em simbiose traduz o pensa-
mento do Sr. Bastos Ávila, que é,
de fato, contra a assimilação, pelo
isolamento dos alienígenas, para que
êles não se "caipirizem" não se de-
gradem.

Fazendo tábula-rasa de tudo quan-
to se tem estudado e registrado no
Brasil cita o Sr. Bastos Ávila cer-
tos autores como um certo racista,
Sr. Leo Weibel, que é um dene-
gridor sistemático do Brasil e de
tudo que é brasileiro: a gente, os
climas, a natureza... Numa reu-
nião de geógrafos aqui no Rio de
Janeiro escreveu sôbre o Planalto
Central de Goiás, que ali: "a
curva anual de temperatura é ti-
picamente tropical, não sabemos se
em tais circunstâncias uma popu-
lação européia, principalmente cen-
tro-européia, possa preservar atra-
vés das gerações sucessivas, sua pu-
jança física e intelectual". Quanto

ao resto do Brasil, do Espírito Santo ao Amazonas, que o mesmo Senhor confessou, de público, jamais ter visitado, seria absolutamente impraticável para receber imigração européia.

Que outros brasileiros que vão ao Norte da Europa estudar não voltem de lá com o conceito de im-

prestabilidade degradante dos seus compatriotas, que andam, apesar de tudo, construindo esta nação gigantesca, são os nossos votos.

É muito tarde para os portadores de paranoia racial e muito mais tarde ainda para imperialismos, para *revenants* e para "evadidos do passado".

AOS COLABORADORES !

Como COOPERAÇÃO muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando UMA SÓ FACE DAS FÔLHAS DE PAPEL e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e INDIQUEM O ENDE-REÇO ATUAL para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

A COMPOSIÇÃO DO CONGRESSO NACIONAL

Gen. FLORIANO PEIXOTO KELLER

"Todo poder emana do povo
e em seu nome será exercido"
(Constituição — Art. 1º)

SENADO FEDERAL

Senadores, segundo as legendas, por Unidades da Federação

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE SENADORES											
	Total	Segundo as legendas										
		PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PL	PTN	PRP	PDC	PSB	PST
Alagoas.....	6	2	1	3								
Amapá.....	3			3								
Amazonas.....	3	2	1									
Pará.....	3											
Paraná.....	21	8	6	3	2	1	1					
Pernambuco.....	3	3		2								
Piauí.....	3	1	1	1								
Poço das Antas.....	3	1	1	1	2							
Poço das Trincheiras.....	3	1	2									
Poço das Trincheiras.....	3	2					1					
Poço das Trincheiras.....	3		2			1						
Poço das Trincheiras.....	18	6	1	7	1	3						
Poço das Trincheiras.....	3			1	1	1						
Poço das Trincheiras.....	3		1	2								
Poço das Trincheiras.....	3	1		1		1						
Poço das Trincheiras.....	3	2				1						
Poço das Trincheiras.....	3	2		1								
Poço das Trincheiras.....	3	1		2								
Poço das Trincheiras.....	12	4	2	3	1		1	1				
Poço das Trincheiras.....	3	1			1			1				
Poço das Trincheiras.....	3	2	1									
Poço das Trincheiras.....	3	1		2								
Poço das Trincheiras.....	3		1	1			1					
Poço das Trincheiras.....	6	2	3									1
Poço das Trincheiras.....	3	1	2									1
Poço das Trincheiras.....	3	1	1									1
BRASIL.....	63	22	13	16	4	4	2	1				1

CAMARA DOS DEPUTADOS

Deputados, segundo as legendas, por Unidades da Federação e número de Municípios existentes até 31-XII-954

		NÚMERO DE DEPUTADOS											
UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS	Total	Segundo as legendas											
		PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PL	PTN	PRP	PDC	PSB	PT	
Norte.....	99	24	10	1	7	5		1					
Guaporé....	2	1				1							
Acre.....	7	2	1		1								
Amazonas...	25	8	2	1	5								
Rio Branco...	2	1						1					
Pará.....	59	11	6		1	4							
Amapá.....	4	1	1										
Nordeste.....	508	87	37	23	7	13	1	4		1	1		
Maranhão...	87	12	8			4							
Plauí.....	62	7	3	2	1	1							
Ceará.....	96	18	6	6	2	3	1						
R. G. Norte	65	8	4	2		2							
Paraíba....	54	10	3	4				3					
Pernambuco.	102	22	12	4	3	1		1		1			
Alagoas.....	41	10	1	5	1	2					1		
F. Noronha	1												
Leste.....	817	117	40	30	24	4	12	3	2	1			
Sergipe....	61	7	2	3	1		1						
Bahia.....	170	27	6	6	5		5	3	1	1			
Minas Gerais	485	41	20	10	5	1	5						
E. Santo....	41	8	4		2	1			1				
R. de Janeiro	59	17	6	6	5								
D. Federal.	1	17	2	5	6	2	1						
Sul.....	763	97	27	13	27	12	3	3	6	3	1	2	
São Paulo...	435	48	13	4	10	10	1		6	1	1	2	
Paraná.....	149	14	3	3	4	3	2						
S. Catarina.	67	10	4	5	1								
R. G. do Sul	112	25	7	1	12			3		2			
Centro-Oeste..	185	15	6	6	1	2							
Mato Grosso	59	7	2	4	1								
Golás.....	125	8	4	2		2							
BRASIL..	2372	326	120	73	66	36	16	10	7	5	3	3	

Dos 326 deputados que compõem a Câmara, 244 pertencem às bancadas do PSD, UDN e PTB. Os 82 restantes estão distribuídos entre as legendas dos outros partidos, sendo que o quarto colocado é o PSP, com 31 deputados e o quinto o PR, com oito. As demais agremiações possuem representações numericamente inexpressivas.

— Pelos dados acima verifica-se que apenas três partidos — o PSD, o PTB e a UDN — obtiveram, em todo o país, mais de um milhão de legendas. Dos nove restantes é praticamente inexpressiva a votação, a não ser o PSP, que alcançou 854.264 legendas, das quais, entretanto, mais da metade procederam de São Paulo. Constata-se, também, que dos doze partidos, oito deles não têm nenhuma projeção de âmbito nacional. Sua penetração é restrita a limitadíssimas regiões do país. Não constituem, assim, como determina a lei, agremiação de âmbito nacional. Há dois deles, mesmo, que são tipicamente locais: o PTN, que figura apenas em São Paulo e o PRP, em Rio Grande do Sul. O primeiro com 190.726 e o segundo com 70.346 legendas.

"A DEFESA NACIONAL" ACOMPANHA AS NECESSIDADES DO EXÉRCITO

Major FRANCISCO RUAS SANTOS

Devia, com este artigo, prosseguir na publicação de mais alguns subsídios para a história de "A Defesa Nacional". Todavia, ao folhear os seus últimos números, dei-me conta de que a Revista, fiel sempre ao seu programa de propugnar pela *defesa nacional*, enveredara por outros caminhos que não chamo de novos, antes de ajustados às atuais condições culturais do Exército e à conjuntura nacional. Sem querer levar o carro adiante dos bois, pareceu-me oportuno comparar, hoje, dois rumos distintos no tempo, mas levando ambos ao mesmo objetivo. Simultaneamente, pretendo demonstrar que a Revista destes dias, como a do passado, é ainda a mesma, em sua essência, desde que não nos prendamos a questões de forma ou consideremos apenas alguns ângulos do panorama cultural militar.

Voltemo-nos, primeiro, para a primeira fase da vida de "A Defesa", a quadra heróica dos anos de 1913 a 1920. A razão de ser desse heroísmo poderá ser apreendida quando nos lembrarmos de que o velho Exército, o que o Império nos legara, teimava em ceder o terreno ao novo Exército, àquele que o Marechal Hermes fizera despontar com a lei do serviço militar obrigatório e a reorganização de 1908.

Cinco anos passados e tais providências ainda não haviam surtido o efeito desejado. Para que a mocidade tivesse acorrido às fileiras fora preciso, antes de mais, que a Nação tivesse aceito o serviço militar, não como um sacrifício, mas

como inadiável necessidade imposta pelo mundo em que vivia, e ainda vive, acrescente-se.

Por outro lado, não tinha sido possível obter-se uma organização vivificada pela existência de bons quartéis, de oficiais adestrados, de material e meios de instrução em tôdas as guarnições.

As pressões políticas, as incompreensões, a ignorância dos imperativos de nossa defesa, os vícios e hábitos que remontavam mesmo ao período colonial, tudo isso, dentro e fora do Exército, formava como que um bloco intransponível no caminho a percorrer para se assegurar uma defesa eficiente do país.

Felizmente, havia um grupo de oficiais bons conhecedores dos males que afligiam o Exército e, o que é muito mais importante, disposto a lutar com firmeza para a destruição do formidável obstáculo ao progresso da instituição. Esse grupo foi o que fundou e apoiou a "Defesa Nacional", batalhando durante essa fase épica pela realidade do serviço militar obrigatório, pelas questões de organização, pela instrução e pela existência de reservas adequadas à defesa do país em caso de guerra.

Lógicamente, pois, as páginas da Revista, nos seus primeiros anos de vida, tinham de conter artigos de combate aos velhos hábitos, de esclarecimento das elites civis quanto aos problemas magnos da defesa militar, que lhes competia resolver, e de divulgação do que tocava aos militares fazer em todos os setores de nossa instituição. No

que respeita à instrução, era bem uma fase de mobilização de todos os recursos disponíveis para difundir fontes, meios e processos. E isto porque,

“saíamos à época de sua fundação (da Revista), dos raríssimos *exercícios gerais* dos corpos, evoluções ligadas a processos de combate remotíssimos, manejos de armas e pouco mais, para o Exército do tipo moderno” (*),

o tipo que os então jovens Tenentes do grupo fundador — Estevão Leitão de Carvalho, Bertoldo Klinger e outros — tinham encontrado na Europa, notadamente na Alemanha.

Não nos esqueçamos de que o “Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército” e a “Revista dos Militares” (Pôrto Alegre), constituíam, praticamente, com a “Defesa” os únicos e poucos meios para o debate e a divulgação tão necessários naquela fase na verdade revolucionária.

Passada esta, entrou o Exército naquela outra cujo início se pode colocar na vinda da Missão Militar Francesa, e que, em alguns pontos, se prolonga pelos dias de hoje.

Não se tratava mais de lutar pelo serviço militar obrigatório ou por uma organização moderna. Permanecia, entretanto, com muito maiores exigências, a missão de difundir conhecimentos, ao mesmo tempo em que devia ser continuada a luta pelo aperfeiçoamento do sistema militar esboçado. Sem deixar de ser um órgão de crítica construtiva, passou a nossa Revista à categoria bem definida de publicação técnica militar. Sobrelevam, por isso, nos anos das décadas de 20 a 50, os artigos ou trabalhos sobre temas de tática, tiro, armamento e história militar contemporânea. Embora já tivéssemos os principais regulamentos para a tropa, não conseguira ainda o Exército, até 1944, resolver o crônico problema de acesso generalizado, aos seus ensina-

mentos. Muitos dos que estiverem lendo este artigo devem estar lembrados de como eram preciosos, pela sua raridade, certos manuais como os do armamento e tiro da Infantaria.

Lógicamente ainda, a “A Defesa Nacional” tinha de ser uma Revista de divulgação, muito em particular dos problemas de que os regulamentos não tratavam, ou que necessitavam de complementação.

Com a Segunda Guerra Mundial, podemos afirmar que mudou, de modo radical, o panorama das nossas publicações militares. Foram traduzidos e fartamente distribuídos os manuais norte-americanos destinados a servir à FEB. Posteriormente, sob a égide do EME, executou o Exército um plano grandioso de elaboração de manuais de campanha que cobre, hoje em dia, todos os ramos dos conhecimentos necessários ao *troupier* e ao oficial de Estado-Maior de GU. Além disso, a cultura profissional tem a seu favor os estágios feitos a partir de 1942 no Exército Norte-Americano por numerosas turmas de oficiais, sem contar a continuação dos que vinham sendo feitos na França. Acima de tudo isso, atingiram as nossas escolas superiores, a de Aperfeiçoamento, a de Estado-Maior e a Técnica, elevado nível de ensino. A racionalização deste e a melhor dotação de meios de impressão, como o Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Faria por exemplo, vieram complementar a obra dos manuais, instrutores e professores.

Podemos ainda notar falhas. Podemos lamentar que uma Revista, mais do que nunca necessária como “Cavalaria” (1934/1935), não mais exista como meio de debate e divulgação dos problemas peculiares à velha Arma, sobretudo os pertinentes ao seu emprêgo em TO sul-americano. Podemos registrar, melancolicamente, que, hoje em dia, fora das escolas, não se possa, via de regra, pesquisar e, por isso, que

(*) Cel. Francisco de Paula Cidade, “A Defesa Nacional”, número de outubro de 1940, pag. 443.

não sejam divulgados artigos originais em maior número.

Essas deficiências, porém, não invalidam a nossa asserção de que o oficial da tropa e o de Estado-Maior tenham à mão os principais instrumentos teóricos de que necessitam para executar suas missões profissionais no âmbito dos Corpos e das Grandes Unidades.

Por conseguinte, se a discussão e a divulgação de temas estritamente profissionais constituíam uma bela e gloriosa tradição, não precisavam, agora, formar a parte mais substancial da Revista.

Fiel ao seu programa que, em essência, é o de propugnar pela defesa nacional, a Revista voltou-se para os grandes temas econômicos e sociais do país. Não é preciso muita ênfase de sua direção para tornar bem claro aos menos avisados que o Brasil vem atravessando, nestes últimos anos uma fase delicada e decisiva em prol de sua emancipação em setores básicos de sua economia, condição primeira de uma eficiente segurança interna e externa. Nos dias contemporâneos, de modo análogo ao que ocorreu nas primeiras quadras da existência da Revista, faz-se mister que todos os meios de divulgação se mobilizem para difundir estudos, servir ao debate construtivo, esclarecer, orientar enfim, militares e civis na selva densa dos magnos problemas da nacionalidade.

A "Revista do Clube Militar", por exemplo, embora sem a glória da prioridade, já havia tomado a dianteira de "A Defesa Nacional" nesse trabalho insano, e só com isso já assegurou, como esta, um lugar de relêvo no campo cultural militar. O êxito alcançado pela "Revista do Clube" está a indicar não só a atualidade de novos rumos, como a maior ressonância que se pode encontrar, nos meios militares, para certos temas que, dantes, eram privilégio de leitura de uns poucos.

Examinemos, finalmente, um ponto não muito bem aceito às vezes, o da divulgação pura e simples dos progressos da arte militar no estrangeiro. Todas as nossas revis-

tas militares, desta ou daquela forma, mantiveram sempre páginas a isso destinadas. A incidência maior se dá justamente nos períodos de guerra ou nos que a esta sucedam. A complexidade técnica é também um fator poderoso de maior preocupação pelas novidades, tanto aqui como no estrangeiro.

O aparecimento do "Mensário de Cultura Militar", por exemplo, é um fato que bem configura a maior necessidade, que existe, de pôr ao alcance dos militares pelo menos alguma coisa do que há de mais avançado como produção do pensamento militar lá fora.

Adotando a forma de *digesto* para a secção correspondente, a "A Defesa" está realizando um bom trabalho, uma vez que o processo permite difundir um maior número de assuntos.

Está, portanto, bem atualizada, no que depende de sua direção, a veterana "A Defesa Nacional".

Se a quisermos melhor — o que é sempre possível acontecer — esforcemo-nos, nós os leitores, por melhorá-la naquilo que depende tão somente do nosso esforço. Pesquisemos pelos vastos terrenos inexplorados dos estudos militares brasileiros. Aí estão, por exemplo, as nossas campanhas internas da República, a Geografia Militar e a vida de alguns grandes caracteres da primeira metade deste século. Continuam de pé, desafiando, há quase um século, nossa capacidade para resolvê-los, agudos problemas do Exército, nunca suficientemente debatidos.

Afinal, se neste particular das coisas possíveis de estudar não tem havido, infelizmente, originalidade no grau desejável ou compatível com o progresso cultural já atingido pelo Exército, eis um novo e muito sério problema a ser focalizado e discutido pelos que dêle hajam tomado conhecimento, e tenham o que dizer em benefício de sua solução.

Para todos esses temas, estamos certos, as páginas da Revista serão tão acolhedoras como há quarenta anos atrás.

O Lençol DO LAR FELIZ!



Ao comprar, insista:
eu quero

Lençóis
SANTISTA

PARTA: SOLTEIRO: 1,60 x 2,60 - Cr\$ 109,00
CASAL: 2,20 x 2,60 - Cr\$ 150,00
QUAD: SOLTEIRO: 1,60 x 2,60 - Cr\$ 124,00
CASAL: 2,20 x 2,60 - Cr\$ 172,00



A MARCA DE GARANTIA ESTÁ NA OURELA
E A QUALIDADE EM TODO O LENÇOL

A Despedida do Exército ao General Fiuza de Castro

Ao término de 48 anos de efetivo serviço nas fileiras do Exército — dos quais os 6 últimos no mais elevado posto militar da Instituição, — deixa o General de Exército Alvaro Fiuza de Castro, o serviço ativo das armas em face de recente dispositivo incluso em nossa legislação.

O jovem de 18 anos incompletos que em 1907, por impulso de vocação indomável, assentou praça no 20º Batalhão de Infantaria com destino à Escola de Guerra, soube construir, dia a dia, harmoniosa e bela carreira militar que hoje se encerra em meio de excepcionais manifestações de reconhecimento e que há de ficar como padrão, e dos mais altos, em toda a história do Exército.

Ao recapitular-se a vida de oficial do General Fiuza, mesmo através dos frios e lacônicos assentamentos militares, verifica-se, de imediato, a contante de sua excepcional dedicação à profissão, provada em todos os encargos que lhe couberam, seja nas escolas como aluno, instrutor ou comandante, seja na tropa, seja nas missões no estrangeiro, seja nos mais altos postos de chefia e direção.

No setor do ensino o aplicado Tenente do curso de Artilharia e Engenharia que foi depois o laureado Capitão do curso de Estado-Maior, dedicou-se, por inteiro, durante sete anos a fio, ao ensino de Artilharia e de tática geral, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola Militar, provando aos seus chefes e aos mestres franceses que então secundava — Barat e Panchaud — que ali estava o mesmo profissional, que Tenente ainda se destacara como diretor do jogo de guerra de seus camaradas e instrutor da 1ª turma de oficiais da reserva. E esta longa e brilhante atividade de instrutor em proveito da formação e do aperfeiçoamento de nossos oficiais, vai culminá-la no complexo e honroso encargo de Comandante da Escola Militar para o qual é escolhido como verdadeiro exemplo de virtudes militares e onde se consagra como um perfeito condutor de homens, segundo o conceito dignificante de austero Chefe Militar da época.

No serviço arregimentado de sua arma, o Major Comandante do Forte de Coimbra e o Coronel Comandante do 9º Regimento de Artilharia Montada foram bem as projeções do entusiasta Tenente de obuseiros e daquêle Capitão instrutor de cadetes que mereceu de um mestre francês o epíteto consagrador de “artilheiro completo”.

Espírito eclético, operoso e eficiente em qualquer campo de atuação, o modelar oficial de estado-maior, chamado, já Tenente-Coronel, a cooperar nos estudos especializados que então se realizavam na Europa ao rearmamento de nossa artilharia, passou a ser também o apaixonado e pro-

ficiente técnico que, de regresso ao Brasil, iria exemplarmente dirigir o Arsenal de Guerra do Rio, a Diretoria de Material Bélico e o Departamento Técnico e de Produção do Exército.

No decurso de seus 14 anos de generalato o General Fiuza foi, em verdade, o Chefe de escol e o cidadão exemplar referidos nos louvores que ilustram sua nobilitante fé de ofício. E sua digna, operosa e ponderada atuação, nos anos finais da carreira, à testa do Estado-Maior, cooperando firme e lealmente com cinco sucessivos Ministros de Estado, é bem o merecido coroaamento dessa vida de quase meio século consagrada inteiramente ao Exército.

Ao tornar-se efetiva a transferência para a reserva do General Fiuza, achei certo cumprir o meu dever de apresentar-lhe as despedidas da Classe, na presença de todos os Oficiais-Generais, para solenizar, assim, de maneira sóbria e eloquente, a expressão de nosso reconhecimento imperecível pela notável atuação desenvolvida em prol do Exército e do País e da nossa convicção de que o Brasil continuará a tê-lo, por muito tempo, como um de seus mais altos valores morais, ineluctuais e cívicos.

(Memorando n. 3.169-D/5, de 27-VI-955, do Gabinete do Exmo. Sr. Ministro, à Secretaria Geral.)

Um bom exército é uma escola de disciplina hierárquica, que prepara para a disciplina social; é, ao mesmo tempo, uma escola de trabalho, de sacrifício e de patriotismo. Um exército bem organizado é uma das criações mais perfeitas do espírito humano, porque nêle se exige e se obtém o abandono dos mesquinhos interesses individuais, em nome dos grandes interesses coletivos; nêle se exige e se obtém que a entidade homem, de ordinário tão pessoal e tão egoísta, se transfigure na obstração dever; nêle se exige e se obtém o sacrificio do primeiro e do maior de todos os bens que é a vida, em nome do princípio superior de pátria.

Compreende-se facilmente que uma instituição dessa natureza, que destaca, e põe em relêvo, e fortalece aquilo que há de nobre e heróico, e de sublime no barro comum — tem que exercer forçosamente uma influência salutar sôbre o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades.

Se essa influência, que sempre se fêz sentir nas sociedades cultas da Europa, trabalhadas por dois mil anos de civilização, é, nas velhas sociedades já formadas, um meio valioso de aperfeiçoamento, que os filósofos reconhecem e assinalam — num país como o Brasil ela será, com mais forte razão, um fator poderoso de formação e de transformação de uma sociedade retardada e informe.

GENERAL FIUZA

Gen. MANOEL INACIO CARNEIRO
DA FONTOURA

Do Quadro do Estado-Maior da Reserva
(QEMR)

São raros os chefes, que, ao passarem à inatividade, ao termo de prolongada vida profissional, têm a ventura de ser cercados da estima, do respeito e da admiração dos seus concidadãos, sejam membros das classes armadas, sejam membros da sociedade civil.

Sem dúvida, foram justas as homenagens prestadas ao General Fiuza de Castro, as quais transcendiram do círculo militar, em cujo meio o ilustre soldado teve larga atuação em quase 50 anos de profícua atividade, tendo exercido, como oficial-general, entre outros, os seguintes postos de direção, em caráter efetivo: Comandante da 3ª Brigada de Artilharia, Diretor do Departamento Técnico e de Produção e Chefia do Estado-Maior do Exército.

Dentre as homenagens que lhe foram tributadas, por motivo de seu afastamento da atividade militar, por força de dispositivo regulamentar, a cerimônia da entrega da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito, realizada no Palácio do Catete, o almôgo de despedida de seus camaradas, representados por oficiais-generais das três Corporações, realizado no Clube Naval, e o destacamento Misto, realizado na Vila Militar, deviam ter tocado de viva emoção a sensibilidade do velho soldado.

A estruturação do Estado do tipo sul-americano atribui às Forças Armadas, normalmente, múltiplas tarefas relacionadas com a defesa nacional, inclusive a produção de material bélico e o levantamento car-

tográfico, as quais, encaradas do ponto de vista unilateral, podem ser definidas como destinadas a prestar serviços com o objetivo de assegurar a ordem estabelecida e, conseqüentemente, criar o ambiente de tranqüilidade pública, tão necessário ao bem-estar geral. Ainda mais: em razão de ocupar território com amplos espaços incultos e de ser o crescimento demográfico sujeito, em parte, à imigração, cabem-lhes, eventualmente, outras múltiplas tarefas, principalmente as de pioneirismo, tais como: a colonização e o traçado de novos núcleos de povoamento; a construção de meios de comunicação, sejam ferrovias, sejam rodovias; a construção de linhas telegráficas e a de campos de aviação; o saneamento e o socorro por via terrestre, aérea ou marítima; as pesquisas tecnológicas; e, sobretudo, as de nacionalização, em áreas onde se fixam os centros de povoamento reunindo imigrantes, sem contar a colaboração individual de seus membros em diversos setores da atividade civil, relacionados com a defesa nacional, entre outros: a administração de portos; a direção de empresa de transporte: terrestre, marítima, fluvial e aérea; a direção de indústria de base: siderurgia, petróleo, carvão mineral e hidrelétrica; e a organização e fomento da pesca: fluvial, costeira e alto-mar.

Dado o fato de ser a maioria das tarefas afetas às Classes Armadas creditadas à categoria de serviços, visando à preparação para a guerra, originou-se a crença, em observa-

dores, não só superficiais, mas também precipitados, desmentida por Lyautey, o consolidador mediante a administração, em duas turbulentas possessões, do império colonial francês, e por Rondon, o desbravador de inúmeras florestas tropicais do Brasil, citando apenas dois nomes de projeção internacional, de que a atividade, em geral silenciosa, do militar, via de regra, não se fazia sentir nas labutas pacíficas e construtivas do tempo de paz, mas somente nos atos de abnegação e de heroísmo, nos campos de batalha. Tal era o ponto de vista medieval que por muito tempo vigorou, trazendo como consequência o abandono dos deveres profissionais por inúmeros valores individuais na busca de atividade fora do quadro das Forças Armadas.

O conceito moderno do papel das Forças Armadas, no quadro das atividades de âmbito nacional, atribui aos chefes militares um lugar de relêvo, principalmente quando se trata de oficial-general. Com efeito, tendo de exercer, quer na paz, quer na guerra, cargos de responsabilidade na direção de importantes órgãos da administração pública, no setor militar, seu pôsto de comando na batalha em prol da tranquilidade e da prosperidade do País, qualquer que seja a fase de sua evolução social, sempre é e será localizado em primeiro escalão, na linha de combate, na zona de ação atribuída pela Carta às Classes Armadas, em virtude da aplicação, na sociedade, do princípio da divisão do trabalho, enunciado por Adam Smith, o fundador da Economia Política.

Tivemos a grata satisfação de conhecer de perto a Álvaro Fiuza de Castro, já oficial-general, servindo sob sua esclarecida direção, em duas oportunidades de nossa modesta vida militar: a primeira, quando fôra exercer sua primeira comissão de General, no Comando da 3ª Brigada de Artilharia, no Rio Grande do Sul e, decorrido um decênio, a segunda, que seria sua última, no elevado cargo de Chefe do Estado-Maior do Exército, na Capital Federal.

São poucos os chefes que ascendem ao ápice da carreira profissional, levando consigo vultosa bagagem de experiência adquirida, devido a ter exercido as mais variadas funções na tropa, no Estado-Maior, no ensino, na técnica e na alta administração. Usando um vocábulo da gíria de quartel, podemos dizer: a tarimba do General Fiuza de Castro constituía coisa algo de extraordinário.

Das oportunidades acima referidas, nas quais nos foi dada a ocasião de privar do convívio do General Fiuza de Castro, fixamos dois episódios em que nos foram reveladas, com a habitual discrição, a sua alma de artilheiro e sua superior capacidade de direção, responsável pela preparação das forças terrestres, no silencioso trabalho de gabinete. Com a devida vênia passamos a reproduzi-los.

Um ocorreu em Santa Maria, no 5º R.A.M., o "Regimento Mallet", originário de uma ala do lendário 1º Regimento de Artilharia a Cavallo, de São Gabriel. No estandarte do "Mallet" estão inscritos os nomes de Tuiuti, Lomas Valentinas, Avai e Campo Grande. Cumpríamos as tarefas iniciais, prescritas para o 1º dia de inspeção, prevista no Calendário para o ano de instrução, expedido pelo Comando da Brigada. Era u'a manhã de outono, fria e úmida, como, em regra, são os dias inverniais na Depressão Central, no Rio Grande do Sul. O "Mallet", com as suas duas unidades de emprêgo da arma, postara-se, desde cedo, no local designado, uma extensa varzea não longe do quartel. Não obstante acharem-se em período de instrução celular básica, os grupos haviam realizado apropriados exercícios de conjunto, visando a boa apresentação do Regimento, na cerimônia que se ia levar a efeito. Por força da função, que exercíamos na unidade administrativa, devíamos, o Comandante do Regimento e nós, prestar assistência ao novo General, Comandante da Brigada, que então nos visitava pela primeira vez. Depois de realizada a visita e antes de preparar-se para o desfile, o "Mallet"

deveria fazer-se ouvir, executando a Canção da Artilharia. O Comandante da Brigada e a comitiva tomam lugar num local adrede preparado, correspondendo ao centro da formação do Regimento. Equipado em ordem de marcha com o novo material de artilharia, a cavalaria bem cuidada, o pessoal vestindo capote conforme fora prescrito, a bandeira e o estandarte alçados e mal dobrados pela brisa que soprava, naquela formação compacta o aspecto do "Mallet" era impressionante. Ficamos entusiasmados com a boa execução dos recrutas que, em sua maioria, eram provenientes dos municípios de Venâncio Aires, Santa Cruz e Candelária, primitivos núcleos de colonização alemã. A certo momento notamos o esforço do Comandante da Brigada para conter sua emoção, a qual, por fim, se nos comunicou também, diante daquêlo belo espetáculo matutino.

Qual o motivo que a teria provocado? Seria o estandarte azul-vermelho, que havia evocado no seu espírito as façanhas do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, nos campos de batalha? Seria a visão do quadro do Regimento, exibindo o novo material de artilharia, a cuja aquisição emprestara seu concurso de técnico? Terminada a cerimônia o Comandante da Brigada volta-se para os circunstantes e pronuncia, espontaneamente, estas singelas palavras:

— A Canção do Jorge Pinheiro trouxe-me à mente a recordação do meu tempo de Tenente, no 1º Grupo de Obuses.

O outro aconteceu no Estado-Maior do Exército, onde servimos, em duas ocasiões. A fase final de nossa segunda passagem por êsse Órgão coincidiu com a reorganização introduzida na chefia do General Fiuza de Castro. Coube-nos assim ir integrar o reduzido grupo de trabalho chefiado por um Oficial-General, o de menor graduação de quantos estão presentes naquela

Casa. Não diremos que as tarefas afetas ao nosso grupo eram importantes porque, como é óbvio, num grande Estado-Maior tôdas as tarefas são igualmente importantes, de vez que se ligam a problemas fundamentais de defesa nacional. Tinhamos dois locais de trabalho, um do grupo e outro do subgrupo. As principais sessões do grupo eram presididas pelo chefe General, que tomava parte nos estudos, rematando-os com suas opiniões, ou melhor, com suas decisões fixadoras de pontos de referências que deveriam nortear nossas ulteriores preocupações. A presença dos dois chefes, o chefe maior e o chefe menor, e, principalmente, suas ativas participações nos trabalhos constituíam um incentivo às atividades dos subgrupos. Em curto prazo a produtividade atingiu um nível de trabalho que superou as previsões mais otimistas. A razão de tal rendimento tinha três causas: a nova estruturação que, sem dúvida, atendia às exigências modernas da Casa; a cuidadosa seleção do pessoal especializado em meio qualificado; e, sobretudo, a assistência dada às atividades de grupo, em repetidas e oportunas intervenções, tudo, rigorosamente, na linha das atribuições de chefia, o que evidenciava ser seu detentor conhecedor do segredo da eficiência.

Tais são os aspectos da vida profissional do ilustre General Álvaro Fiuza de Castro, padrão de dedicação ao serviço público, no âmbito do Exército, focalizados por um antigo subordinado, seu modesto colaborador, embora indiretamente, em dois postos de relêvo de sua brilhante trajetória.

Inspirado em Lincoln, numa passagem da famosa oração pronunciada em Gettysburg — um campo de batalha, podemos dizer a fim de servir de exemplo às gerações vindouras de oficiais: a vida do General Álvaro Fiuza de Castro é um edificante modelo de vocação militar que viveu no Exército, para o Exército e pelo Exército.

Porque se deve anunciar em “A DEFESA NACIONAL”

- 1 — A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque :
 - a) Ela circula em todos os Estados do Brasil ;
 - b) Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais do que o número de seus assinantes ;
 - c) Depois de lida, constitui fonte permanente de informações, porque, sendo uma Revista técnica é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas puramente mundanas ;
 - d) Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, não chega senão através desta Revista.
- 2 — Se sua existência de 42 anos não fôsse bastante como prova de seu sólido prestígio, melhor atestado não haveria que o Aviso de 22 de janeiro de 1947, em que o Exmo. Sr. General Ministro da Guerra, recomenda “A Defesa Nacional” ao interesse do Exército em face de sua utilidade incontestável para as classes armadas.

PREÇO DOS ANÚNCIOS

PARA TODO O BRASIL

Por publicação :

Cr\$

Capa externa.....	4.000,00
Capa interna.....	3.000,00
Página inteira.....	2.000,00
Meia página.....	1.000,00

ATENÇÃO — Os agenciadores de anúncios devem apresentar os respectivos cartões de identidade.

BARÃO DE PARIMA, O ESQUECIDO

Major ARIVALDO FONTES

Suas origens remontam aos valerosos paulistas, conquistadores dos sertões do Brasil. Descendente dos primeiros habitantes de São Paulo, que, mais tarde, povoaram o território mineiro, o Coronel de Engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, Barão de Parima, trazia a herança de desbravador (1). E outra não foi a sua missão durante 16 anos dos seus 58 de vida.

Nascido na freguezia de Santo Antônio, da cidade de Campanha (Minas Gerais) a 10-II-828, logo cedo encaminhou-se para a vida militar.

Assentou praça no Batalhão do Depósito da Córte, em 1849, com destino à Escola Militar. Aprovado com nota plenamente em todos os anos do curso, é, no 3º ano, declarado alferes-aluno para a Artilharia. Em 1855, conclui os estudos, sendo designado para a Engenharia e recebendo o grau de Bacharel em Matemáticas.

Já em 1856, como 1º Tenente, segue para o Rio Grande do Sul, sob as ordens do Barão de Caçapava, como membro da Comissão Demarcadora dos limites com o Uruguai. Aí começa a sua faina de engenheiro-geógrafo, percorrendo quase toda a fronteira do Brasil. São anos de labuta incessante, arrostando perigos, sujeito a toda sorte de doenças e animado de idealismo sincero.

Das fronteiras do sul volta quatro anos depois, para, concluídos os trabalhos da Comissão, iniciar o levantamento da carta geográfica do Rio de Janeiro.



Tenente-Coronel

Francisco Xavier Lopes de Araújo

Em breve o Magistério absorve-o nas suas fileiras. Em 1861 é nomeado lente de Desenho da Escola Central e ajudante do Observatório Astronômico.

Mas sobrevém a guerra com o Paraguai. Seus serviços são reclamados na defesa da pátria invadida. Vai para a Comissão de Engenheiros, no Rio Grande do Sul e, depois, serve com o 2º Corpo do Exército.

Toma parte nos combates de Tuiuti, Curuzu e Curupaiti.

Recebe, como recompensa de serviços de guerra, o Hábito de Cristo e, posteriormente, a Medalha da Campanha do Paraguai (passador de ouro)

(1) "Descendia de D. Simão de Toledo Piza, que, no pósto de Capitão, tomou parte na batalha naval de Lepanto e de seu filho, de igual nome, que em 1668 faleceu em São Paulo" (vide "Genealogia Paulistana", de Silva Leme, vol. V, S. Paulo, 1904, pág. 445).

Durante a guerra, dentre outras missões técnicas, faz o levantamento das cidades gaúchas invadidas pelo Cel. Antônio Estigarribia (2) e a planta do forte de Curuzu.

Retornando do Paraguai, reenceta os penosos trabalhos de demarcação.

Já em 1872, sob a chefia do futuro Visconde de Maracaju, vai, como Comissário Militar fazer a demarcação dos limites com o Paraguai. Terminada a incumbência em 1874 é condecorado com a Ordem da Rosa (comendador).

Pouco se demora na Côte, porque em 1877 está chefiando, como Major, a Comissão Brasileira de limites com a Bolívia.

Ainda mais uma vez o Ministério dos Negócios Exteriores reclama a sua cooperação. Em 1879, já como Tenente-Coronel, vai chefiar a Comissão encarregada de fixar os limites com a Venezuela. Esta que foi a sua última comissão de fronteiras, ele a conclui em 1884. Sobre as dificuldades que encontrou em realizá-la, Dionísio Cerqueira (então Major) nos dá um relato preciso nas suas "Reminiscências da Fronteira" (3).

É ainda nesse ano agraciado com o título de Barão de Parima e nomeado Diretor do Imperial Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. O Governo venezuelano, grato pelos serviços prestados a seu país, premia-o com a condecoração do Busto de Bolívar (2ª classe).

Mas os trabalhos de demarcação haviam combalido o seu organismo. E, dois anos depois, falece na cidade do Rio de Janeiro.

Ao que me consta, nada se fez no Exército para cultivar a sua memória. Causa admiração que um nome como o do Barão de Parima não seja lembrado pelos pósteros.

Aqui vai uma sugestão. Por que

o Instituto de Geografia e História Militar, guardião das tradições e glórias das Forças Armadas, não reverencia a memória do Barão de Parima, colocando-o como patrono de uma das suas cadeiras? Estaria assim homenageado o digno substituto do Visconde de Maracaju, na Comissão de Limites com a Bolívia. Veneraria o querido companheiro dos Marechais Soares Andréa e Alcântara Bellegarde, na Comissão de Limites com o Uruguai. O último, em 1860, assim se referia ao então Cap. Francisco Araújo: "... "é um dos nossos mais hábeis engenheiros-geógrafos".

E que dizer do seu nome ao lado do não menos ilustre General Dionísio Cerqueira, seu discípulo na escola de formação e seu auxiliar nas lides da fronteira?

Ainda visando reparar injustiças, por que o Serviço Geográfico do Exército não o acolhe para Patrono? O nosso corpo de engenheiros-geógrafos, cuja dedicação e competência é por todos reconhecida, teria na sua vida "um exemplo digno de ser imitado". Não é supérfluo dizer que, mesmo quando afastado dos serviços de demarcação, contribuía ele para a formação dos nossos engenheiros, lecionando desenho e astronomia nas Escolas Militar e Central.

Com o intuito de colaborar lealmente para o engrandecimento do Exército, é que trouxemos as suas sugestões acima expostas.

Bibliografia:

- 1) "História das Fronteiras do Brasil", de Helio Viana, Rio, 1948.
- 2) "Arquivo Nobiliárquico Brasileiro", dos Barões de Vasconcelos.
- 3) Fé de ofício do Barão de Parima.

(2) Missão de tremenda responsabilidade porque, determinada pelo então Ministro da Guerra, Conselheiro Ferraz, julgaria uma operação de guerra contra Estigarribia e de cujo sucesso eram incriminados velhos soldados do Império (vide "Caminhos Históricos de Invasão", do Ten.-Cel. Antônio de Souza Júnior", Rio, 1950, pág. 101 e seguintes).

(3) No livro citado, Dionísio Cerqueira se refere sempre ao Ten.-Cel. Araújo como "meu mestre" e diz sobre o êxito da missão citada: "O nosso chefe, o Ten.-Cel. Francisco Xavier Lopes de Araújo, que foi no fim da demarcação promovido a Coronel e galardoado com o título de Barão de Parima, porque o governo do Imperador considerou os seus serviços relevantes..." (Rio, 1928, página 157).

PRECISAMOS SOBRETUDO TER FÉ EM NÓS MESMOS

Cap. de Fragata FRANCISCO DE SOUZA
MAIA

Em um momento de tanta agitação política, incompreensões e descrenças, causou funda impressão, no espírito de chefes militares e líderes partidários, o discurso pronunciado, no Clube Naval, pelo Capitão de Fragata Francisco de Souza Maia Junior, orador oficial da sessão comemorativa da Batalha do Riachuelo — sessão a que compareceram o Presidente Café Filho e altas autoridades do país. Foi uma palavra de fé nos destinos de nossa Pátria, uma exortação ao trabalho construtivo, um apelo em favor de um esforço coletivo do qual resultem benefícios ao país. Na primeira parte do discurso, o Capitão Maia Junior fez um retrospecto sobre o poder da fé na história das Nações. Passando a focalizar, depois a situação de nosso país, assim se manifestou :

“O Brasil é uma nação privilegiada. Aqueles que tiveram a ventura de percorrer outras terras e entrar em contacto com outros povos, por vêzes construtores de civilizações impressionantes pela riqueza que as sustenta, bem compreendem a grande verdade dessa afirmação orgulhosa. Que valem a riqueza e o conforto material, em terras onde campeiam o ódio de raças, a instabilidade da família, a surda e tenebrosa luta de classes que estabelece ambiente de angústia social de todo insupportável? Custa-nos compreender dos motivos que determinam a miopia de alguns brasileiros desavisados, que apregoam supostas belezas da vida em outras plagas, quando o jornal, o cinema e o rádio nos apontam, com frequência, as malezas que corrompem e animalizam o meio social que é por eles exaltado. Somos um país pobre, não ostentamos luxo, nem podemos manter as fachadas suntuosas que criam e alimentam a aparência de conforto. Mas sabemos que não existe luta social em nossa terra. O nosso homem é bom, é trabalhador, tem como suprema aspiração a paz doméstica e a tranqüilidade da família. Não inveja no rico as suas riquezas, não odeia no próspero o

conforto que tenha sido honestamente conquistado. É tão bom e tão facilmente conduzido para o bem, quanto simples e ingênuo, podendo cair vítima dos descaminhos dos ambiciosos vulgares. E é este um nosso grande problema, pois não devemos permitir que reduzindo número de descrentes contamine a maioria esmagadora dos que acreditam em nossa predestinação histórica, dos que se esforçam para vencer as dificuldades do momento.”

“Cumprir à elite de nossa Pátria defender o nosso futuro. É indispensável que falemos claramente aos nossos companheiros, na cruzada de construir um Brasil digno do que merecem os nossos filhos. Digamos que a educação é um problema que tem desafiado a argúcia dos nossos homens de governo. Confessemos que há, ainda, muita pobreza, que a doença, no campo e nas cidades não tem sido combatida como desejariamos que o fôsse. Esclareçamos que temos noção exacta do que seja conforto para a família brasileira e que tudo estamos fazendo para melhorar o padrão de vida em nossa terra. Mas não sejamos injustos. Não destruamos o Brasil fazendo paralelo com civilizações infelizes, que prosperam,

apenas, nos sonhos dos desencantados.

Apontemos terras e indiquemos nações onde o trabalho, a paz social e a fê estabeleceram clima favorável ao aperfeiçoamento do estado.

Digamos aos brasileiros que novos rumos já foram traçados para nos conduzirem a reluzente destino. A simplista economia agropastoril que ameaçava estrangular as mais modestas aspirações de progresso foi substituída por um conceito de economia equilibrada, com o qual vemos o Brasil caminhando a passos largos no sentido da industrialização, política acertada que nos assegurará o progresso.

É na filosofia do equilíbrio que encontramos solução para nossos problemas.

Porque haveríamos de deixar lançando a sombra triste de elevações olvidadas, as montanhas que abrigam o ferro capaz de realizar o milagre de nossa ressurreição?"

RIQUEZAS MINERAIS

"A geologia econômica brasileira é fonte de esperanças e motivo para tranqüilidade. A nossa fraqueza está no setor dos combustíveis, e as refinarias que estão em funcionamento constituem eloqüente atestado do acerto de uma obra administrativa. Se não bastassem os resultados das pesquisas já realizadas no setor do petróleo para infundir-nos confiança, o interesse claro, positivo, das grandes organizações internacionais, não poderia deixar dúvidas sobre os impenetráveis mistérios do nosso subsolo.

Os estudos realizados nestes últimos 20 anos levaram os técnicos a centuplicar o nosso reino mineral. O nosso país é muito grande e a sua população está localizada, praticamente, na faixa litorânea. Admitindo-se como lógica a afirmação do geólogo americano William Johnston, Jr., muitas jazidas ainda teremos a descobrir com a marcha para o interior e o aumento da densidade demográ-

fica. Em um período de 10 anos, tivemos, segundo um dos nossos mais abalizados técnicos, um aumento de 80% a 90% no desenvolvimento da mineração.

Volta Redonda é um marco que indica ao navegante o ponto de partida para o verdadeiro rumo a ser seguido; as refinarias já construídas são faróis que orientarão a nau do Estado; a redenção do Nordeste, com a empolgante obra de aproveitamento das quedas d'água de Paulo Afonso, é nova baliza que não permitirá, aos futuros pilotos da economia nacional, desviarem-se dos rumos que nos levarão ao porto que proverá melhor padrão de vida para o nosso povo.

A nossa recuperação econômica será, dentro em breve, esplêndida realidade. Os problemas que mais ameaçam a nossa segurança e o nosso futuro serão enfrentados com determinação e só temos motivos para acreditar no sucesso de nossa reação saneadora".

RAZÕES DE OTIMISMO

"Haverá excesso de otimismo em nossas observações?

Apontem, em nossa já longa história, um governo que não tenha contado com a participação de homens de bem em postos-chave da administração pública; que não tenha, sinceramente, procurado, dentro das limitações impostas pelas riquezas exploráveis, desenvolver e engrandecer a nossa Pátria. Podemos, não há dúvida, fazer desfilar erros e indicar insucessos, dissecando determinados aspectos administrativos do passado. Mas quem é infalível neste mundo que Deus nos legou? O que importa é a honestidade de propósitos, a elevação de atitudes, a retidão de princípios. E, disto, podemos vangloriar-nos fazendo paralelo, aí sim, com terras onde governos desgovernaram pela generalização da prepotência e do desregramento, pela hipertrofia da maldade, pela adoção da filosofia do fuzilamento sistemático como norma de ação política.

Façamos a crítica sadia, franca, aberta dos atos da administração pública, mas respeitemos e prestigiemos os detentores do poder. Apontar erros é um bem; destruir, generalizando a crítica demolidora que só tem visão para desacertos e enganos ocasionais, é obra impatriótica. Os que assim fazem esquecem-se de que, anulando esperanças, destruindo a fé, estão eliminando a possibilidade de melhores dias para nossa Pátria. A inoculação do germe de descrença em nossa mocidade, embora não intencional, constitui traição de objetivos. Atraídos pela descrença, seduzidos pelo pessimismo e envolvidos pelo sudário macabro de um complexo de inferioridade injusto, cairemos no abismo de mediocridade egoísta e presuçosa que só tem olhos para ver a corrupção e a ineficiência, a desorganização e a iniquidade. Da luz, tiraremos trevas. Do fogo, que é energia, aproveitaremos, apenas, as cinzas, que trazem apatia e desfibramento. Da vibração, não saberemos aproveitar harmonias, preferindo a sonoridade estridente que atordoia e confunde. Do movimento, sentiremos, apenas, sensações irregulares, inelétricas, que desorientam e alucinam. Do progresso, tiraremos motivos de apreensões e desespero. Mergulhados na covardia a que somos conduzidos pela falta de um ideal sadio e alentador, contaminaremos os nossos filhos, que em merecem um melhor futuro. A imagem da Pátria, imponente, augusta, venerável, não pode e não deve ser maculada pelos exageros das críticas impudentes.

Mas é bem que anotemos: os salteadores do espírito" na feliz assifificação de Ruy Barbosa, não existem, apenas, em nossa Pátria. O primoroso estilista — em artigo de jornal considerado por Olavo Bilac a sua obra-prima — utilizou que havia de mais puro em sua alma de artista literário e de mais brilhante em sua inteligência, para utilizar aqueles que, através de turpações atrozes, ferem os seus semelhantes, como foi ferido George Washington, que é uma das mais belas figuras da história política

mundial. E recentemente, dirigindo-se a participantes de um Congresso Latino de Imprensa, o Papa Pio XII, emprestando ao problema um caráter inequívoco de universalidade, salientou a nobreza da missão do jornalista e, além de condenar "a deformação tendenciosa ou claramente malévola" das informações, indagou, perplexo, denunciando a sua inquietação: "Por que se esquece, tão a miúdo, o mérito da obscura fidelidade aos deveres diários, o respeito escrupuloso à honestidade e à reputação das outras pessoas, e a afanosa consagração a um ideal de justiça e de caridade"?

Assim sendo, nem mesmo o fato de termos, em nosso meio, artesões de injustiças, deve ser motivo para desesperanças dos que se devotam à causa pública. Os que erram constituem exceções compreensíveis que não podem deslutar o papel histórico dos jornalistas nacionais, vanguardeiros das grandes causas, campeões das grandes batalhas de esclarecimento e de doutrinação.

Vale-nos, ainda, uma advertência. Tenhamos compreensão e tolerância mesmo para com os here-siarcas da pena. Por vezes, os implacáveis censores são excitados por nobres ideais, e os seus ultrajes, as suas ofensas, os seus agravos constituem desintegrações do espírito oriundas de obstinação incontrolável.

É curioso verificar o quanto variam as opiniões sobre o momento brasileiro. Dizem uns, que o nosso principal problema é a educação e a saúde; outros, que é a abertura de estradas e facilidades de transporte; outros, ainda, que é o desenvolvimento da indústria e melhor aproveitamento das nossas riquezas.

Pensamos que há um erro fundamental em todas essas observações".

O PODER DA FÉ

"O nosso maior problema é alimentar e desenvolver a fé em nosso povo e na exuberância de nossa terra. Fé, que trará, como corolário certo, o equilíbrio nos

planejamentos; que contribuirá para que a organização nacional seja vitalizada, pois, com ela, as inteligências ficarão mais claras, o trabalho será realizado com mais interesse, os resultados terão que ser melhores; que impedirá o desfibramento dos homens aumentando o entusiasmo na labuta diária e o rendimento do serviço realizado; que determinará uma concepção lúcida dos nossos problemas, instituindo um clima em que a segurança será considerada como essencial à nossa sobrevivência; que impedirá sejam entregues a organizações alienígenas elementos de riqueza que constituem poderosas alavancas capazes de fazer do Brasil uma grande potência, e que alimentará o nosso sistema político com a seiva milagrosa que fortifica os verdadeiros regimes demográficos. Fé, força revolucionária que disciplinará os homens, despertará o senso de responsabilidade, provocará o indispensável refreamento de ambições desassisa-

das, e realizará a suprema aspiração de justo equilíbrio em nossa vida social.

Fé, que, em plena Era Atômica, mobilizará, em nossa bela cidade, em comovedora concentração religiosa, homens de todas as classes sociais, e de várias nações, que entoarão hinos à eternidade da alma.

Meditem os homens de boa vontade.

Sem fé, pereceremos; com essa força anímica que enobrece o ser humano, marcharemos unidos, venceremos dificuldades, neutralizaremos, na juventude, as naturais inquietações provocadas pelo anseio de perfeição, e sofreremos, nos períodos de crise universal, com a coragem e a determinação tão necessárias como alimento do espírito. E nesta data em que comemoramos Riachuelo, afirmamos que a Marinha, unida em torno das tradições de suas glórias, participará, com entusiasmo, de uma campanha de fortalecimento da fé nacional".

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

O CÓDIGO DE JUSTIÇA MILITAR ARGENTINO

Tradução do General NISO DE VIANNA •
MONTEZUMA

IX

SECÇÃO IV

PROCESSO PERANTE O CONSELHO SUPREMO

Art. 446. Recebido o processo em consequência do recurso apresentado, o secretário anotará, nos autos, a data do recebimento.

Art. 447. Se o defensor do condenado não puder continuar a desempenhar suas funções perante o Conselho Supremo, a nomeação do substituto será medida preliminar.

Para este fim se procederá como indicam os arts. 344 e 345; porém se o acusado estiver ausente, o presidente, de ofício e sem outros trâmites, fará a nomeação do defensor.

Art. 448. Quando o recurso houver sido interposto pelo condenado, ou pela defesa, o processo será colocado à disposição do defensor, na secretaria, a fim de que possa examiná-lo e tomar as notas que considerar necessárias para estabelecer os fundamentos daquêlê.

Se o recorrente fôr o fiscal, o secretário remeterá os autos, com o mesmo fim, ao fiscal geral.

Art. 449. O recurso será apresentado no prazo de dois dias, podendo ser prorrogado pelo presidente quando o volume e importância do processo o justificarem. No primeiro caso do artigo anterior, o prazo será contado a partir do momento em que o defensor fôr notificado de que o expediente está na secretaria à sua disposição e, no

segundo, da remessa ao fiscal geral.

Art. 450. Do documento em que se funda o recurso será dada vista à outra parte, pelo mesmo prazo.

Art. 451. Terminado este último prazo, hajam sido ou não apresentados os documentos a que se referem os artigos anteriores, os autos serão submetidos ao despacho do presidente. Se o acusado desistir do recurso será este considerado por desistido e os autos serão devolvidos ao conselho que os houver julgado, para os devidos fins.

Art. 452. Na sessão pública do Conselho Supremo serão observadas as disposições do título VII, parte I, secção III, dêste tratado, no que forem aplicáveis. Os vogais diplomados tomarão lugar em seguida dos últimos vogais combatentes e por ordem de antiguidade.

Art. 453. A deliberação sobre o recurso deverá ser tomada por maioria e não poderá demorar mais de três dias depois de emitidos os pareceres ou de esgotado o prazo previsto, salvo se, pelo volume e importância do processo fôr preciso prorrogá-lo.

Art. 454. A reunião começará pela leitura das peças em que houver sido feita a discussão do recurso e, em seguida, o presidente porá em discussão as questões relativas à legalidade ou ilegalidade das exceções que houverem sido opostas em juízo, votando-se, depois, como estabelece o art. 396.

Art. 455. Uma vez debatidas as exceções e se elas forem recusadas, o presidente proporá à discussão a seguinte questão relativa ao recurso: se existe, ou não, a causa ou as causas de nulidade alegadas como fundamento do recurso.

Art. 456. Encerrada a discussão sobre cada uma dessas questões, o presidente as porá sucessivamente em votação e esta, também, será feita de conformidade com o que dispõe o art. 396.

Art. 457. Em todos os debates serão ouvidas primeiro as opiniões dos vogais diplomados, porém a votação começará sempre pelos vogais combatentes, na ordem estabelecida.

Art. 458. Terminadas as votações e proclamado e anotado seu resultado geral, o presidente encarregará o vogal diplomado, a que couber, de redigir a sentença ou a resolução.

Art. 459. Se o resultado da votação fôr contrário à existência de causas de nulidade ou à legalidade das exceções opostas, será confirmada a sentença e, depois de notificadas as partes, serão feitas as necessários comunicações para a sua devida execução.

Art. 460. Se fôr reconhecida a existência de algumas das causas enunciadas no art. 430, o Conselho Supremo anulará a sentença e, partindo dos feitos irrevogáveis que ela tiver, pronunciará uma nova e definitiva sentença, na qual fará a devida aplicação da lei. Da mesma forma se procederá quando fôr reconhecida a legalidade das exceções opostas durante o julgamento.

Quando, na redação da nova sentença, houver qualificação dos fatos ou de votar a pena, será observado o disposto nos arts. 396 e 399.

Em nenhum caso o Conselho Supremo poderá modificar os fatos votados pelo conselho de guerra nem fazer apreciações sobre a prova desses fatos.

Art. 461. Se fôr comprovada a existência de causas de nulidade das enumeradas no art. 431, o Conselho Supremo declarará a nulidade do julgamento, a partir do ponto em que se achava ao ser cometida

a violação ou omissão que a houver determinado e devolverá o expediente ao respectivo conselho de guerra, para que se instrua o julgamento e se pronuncie nova sentença.

Contra essa segunda sentença não haverá outro recurso além do que se funda na infração que nela se houver cometido da lei.

Art. 462. Quando a sentença houver subido em consulta, o presidente mandará dar vista dos autos ao fiscal geral, o qual deverá desembrasá-los no prazo de três dias, sugerindo sua aprovação ou modificação.

Emitido o parecer pelo fiscal, dos autos terá vista o defensor, pelo mesmo prazo, e, em seguida, serão eles concluídos para a resolução definitiva.

Art. 463. Quando fôr aprovada a sentença consultada, disso se dará conhecimento ao conselho que a houver submetido à consulta, dirigindo, ao mesmo tempo, as comunicações necessárias à devida execução da sentença, depois do que será mandado arquivar o expediente.

Se o conselho considerar que a sentença não foi pronunciada de acôrdo com as disposições da lei, a reformará nessa parte e, em seguida, procederá como estabelece o parágrafo anterior. As questões relativas à aprovação ou reforma da sentença consultada serão propostas pelo Presidente e votadas na forma estabelecida para as questões legais.

Art. 464. Além dos fundamentos legais da decisão sobre o recurso, as sentenças do Conselho Supremo devem conter, quando sua natureza o permitir, todos os parágrafos enumerados no art. 401.

São de aplicação estrita a estas sentenças as disposições do art. 402, excetuada a notificação ao condenado, que será feita sem presença da guarda.

Art. 465. O secretário lançará no respectivo livro a ata da reunião, tirando cópia da mesma de acôrdo com o disposto nos arts. 400 e 405.

Art. 466. Nos processos dos oficiais-generais e nos dos funcionários da justiça, será observado o disposto sobre o julgamento nos conselhos de guerra permanentes; mas contra as sentenças que nêles forem pronunciadas não haverá recurso algum.

Todavia, se durante os trâmites dos referidos processos perante o Conselho Supremo, ocorrer algum dos vícios processuais essenciais, enumerados no art. 431, cujo reparo puder fazer variar fundamentalmente a situação do processado, este ou seu defensor e o fiscal poderão solicitar, dentro das quarenta e oito horas do pronunciamento da sentença, que sejam sanadas essas deficiências e pronunciada nova sentença, dando vista, por três dias à parte que não houver feito a representação, a que se refere este artigo.

Art. 467. As cópias das atas a que se referem os arts. 400, 405 e 465, uma vez determinada a execução da sentença, serão arquivadas no Conselho Supremo.

SECÇÃO V

EXECUÇÃO DAS SENTENÇAS

Art. 468. A execução das sentenças dos tribunais militares, que forem confirmadas, deve ser determinada pelo presidente da Nação; porém as que, em tempo de guerra, forem pronunciadas pelos conselhos especiais nas praças fortes, forças militares ou em operações isoladas, serão executadas por ordem de seus respectivos governadores ou comandantes em chefe.

O presidente da Nação só poderá recorrer ao "cumpra-se" das sentenças dos tribunais militares, que forem confirmadas, pelo tempo indispensável, nos casos excepcionais e operações de guerra, necessidades do serviço, início de julgamento ou prevaricação ou suborno contra os juizes que a houverem pronunciado, conflito de jurisdição provido depois de pronunciada a sentença e antes de apor seu "cumpra-se" e apresentação de recurso e fato perante a Corte Suprema.

Os efeitos da sentença serão produzidos desde a data em que a mesma for mandada executar pelo presidente da Nação ou pela autoridade correspondente.

Art. 469. O presidente da Nação, não obstante, o "cumpra-se" oposto na sentença dos tribunais militares, poderá exercer as seguintes faculdades:

- 1º) perdoar, mediante indulto, a pena de delito imposta na sentença, de acordo com o prescrito no art. 480;
- 2º) substituir, mediante comutação, a pena de delito imposta na sentença por outra, mais benigna, de acordo com o estabelecido no art. 480;
- 3º) aumentar, substituir, diminuir ou perdoar a sanção disciplinar imposta na sentença;
- 4º) impor sanção disciplinar quando na sentença se considerar que o fato submetido ao tribunal não constitui crime;
- 5º) devolver a sentença ao tribunal que a houver proferido para que seja novamente apreciado o processo quando, em julgamento posterior, procedido contra os juizes que houverem decidido, for declarado que a referida sentença era injusta, por haver sido proferida mediante prevaricação ou suborno.

Art. 470. A execução será efetivada de inteira conformidade com o estabelecido na sentença, observando-se o disposto no Tratado III deste Código e nos respectivos regulamentos.

Art. 471. Se durante a execução da pena privativa de liberdade sobreviver a incapacidade mental do condenado, ou este vier a adoecer gravemente ou contrair uma afecção que impossibilite adequado tratamento na prisão, o diretor da mesma levará o fato ao conhecimento do fiscal geral ou do fiscal permanente correspondente, de acordo com o estabelecido nos ar-

tigos 53, inciso 6º, e 54, inciso 3º, respectivamente.

A pedido do fiscal geral ou do fiscal permanente, conforme o caso, o tribunal que proferiu a sentença em execução, depois das necessárias perícias, decidirá da colocação do enfermo em um estabelecimento adequado, durante o tempo que essa medida fôr estritamente necessária e durante a qual não serão permitidas ao condenado outras saídas além das indispensáveis para o tratamento de sua doença; as saídas deverão ser, sempre, feitas sob vigilância.

O tempo de internamento é computado para o cumprimento da pena, salvo se a enfermidade houver sido provocada para o condenado subtrair-se aos efeitos da mesma ou se, posteriormente, ficar provado que foi simulada.

Art. 472. Nas sentenças absolutórias, o tribunal que as proferir em definitivo, providenciará a liberdade dos processados e fará as comunicações necessárias a fim de que sejam expedidas as ordens conseqüentes.

Art. 473. As sentenças dos tribunais militares serão publicadas no órgão regulamentariamente destinado a tal fim, sempre que, a juízo da respectiva autoridade militar, essa publicação não prejudique o interesse da disciplina ou o prestígio das instituições armadas ou de seus componentes.

Art. 474. A sentença que impuser a pena de morte não será notificada ao condenado até o momento de lhe ser pôsto o capuz e, uma vez com êle, lhe serão concedidos os auxílios que solicitar e lhe serão permitidas as visitas que êle desejar receber.

A notificação será feita em presença do fiscal do processo, o qual deverá fiscalizar a devida execução da sentença.

Art. 475. A pena de morte será executada de dia e dentro de vinte e quatro horas contadas da notificação, podendo ser efetivada publicamente. Não poderá ser executada nos dias de festa nacional.

Art. 476. O condenado à pena de morte será fuzilado em presença de

tropa formada, no local e hora designados pelo presidente da Nação ou pelo chefe que houver determinado a execução. No mesmo local será previamente cumprida a pena de degradação, quando lhe houver sido imposta.

Art. 477. O executor de uma sentença militar que a alterar em qualquer sentido, será punido com sanção disciplinar sempre que o facto não constituir crime.

SECÇÃO VI

ANISTIA, INDULTO E COMUTAÇÃO

Art. 478. A anistia extingue a ação penal e a pena com todos os seus efeitos e aproveita a todos os responsáveis pelo delito, ainda que já estejam condenados, sem prejuízo das indenizações que forem obrigados a satisfazer. Isto, porém, não implica na reincorporação do anistiado nem na restituição dos direitos perdidos, salvo quando a lei expressamente assim o estabelecer.

Art. 479. A aplicação da anistia será feita pelas autoridades que a lei designar ou, em sua falta, pelo Poder Executivo, observando-se as disposições especiais da lei que a regular.

Art. 480. O indulto e a comutação serão feitos pelo presidente da Nação com a limitação, quanto aos efeitos, do disposto no art. 478 e prévia informação do Conselho Supremo ou do auditor geral, conforme o caso, de acordo com o estabelecido nos arts. 63, inciso 3º e 122, inciso 8º, salvo o disposto no último parágrafo do art. 615.

LIVRO III

Processos extraordinários

SECÇÃO I

PROCESSO EM TEMPO DE GUERRA

Art. 481. Em tempo de guerra, tanto quanto possível, a ação obedecerá os trâmites e processos estabelecidos para o tempo de paz, salvo quando as autoridades militares que determinarem a instru-

ção da causa, atendendo às exigências da disciplina ou a razões de urgência, resolverem imprimir-lhe os trâmites do juízo sumário.

Art. 482. Sempre que o presidente da Nação não houver criado tribunais permanentes ou especiais para as forças em campanha, as autoridades militares ou os chefes superiores correspondentes, quando tiverem conhecimento — por meio de parte, denúncia ou por qualquer outro — de que foi cometido um delito da competência da justiça militar, nomearão presidente, fiscal, auditor (se já não houver designado junto ao respectivo escalão) e secretário do conselho de guerra. Simultaneamente, com essa nomeação, encaminhará ao primeiro a parte ou a denúncia e todos os antecedentes que possuir sobre o fato.

Art. 484. Recebidos os atos e documentos referidos no artigo anterior, o presidente fará expedir as comunicações necessárias e consequentes aos nomeados.

Art. 485. Se a documentação recebida tornar provável a existência do delito, indicar o nome do presumível acusado e sua detenção, a ele se fará saber, sem qualquer demora, o direito que lhe assiste de nomear defensor. Se o não fizer, será nomeado um de ofício.

Art. 486. Aceito que seja o encargo pelo defensor, será ele citado incontinenti, assim como o fiscal e o auditor, para que compareçam ao lugar que o presidente designar, a fim de assistir o sorteio dos vogais na forma prevista no Tratado I, para o que será previamente solicitada a relação de oficiais disponíveis.

Art. 487. Se a documentação comprovar a existência do delito, mas não indicar o acusado, o presidente, assistido pelo secretário, procederá logo e sumariamente à averiguação do provável autor, ou autores, e determinará sua captura. Conseguido isto, as diligências serão efetuadas da forma indicada nos artigos anteriores.

Art. 488. Se as diligências de averiguação não derem resultado, o presidente encaminhará os autos, com ofício, à autoridade ou chefe

que o houver nomeado, para que ela, depois de ouvir seu auditor, determine o sobrestamento respectivo ou adote as providências que julgar conveniente.

Art. 489. Constituído o conselho, quando houver cabimento, será instalado imediatamente no local que o presidente designar, observando-se em sua instalação as disposições referentes ao tempo de paz.

Art. 490. Aberta a audiência, o presidente do conselho passará :

- 1º) a ratificar, em presença do defensor e do fiscal, se estes o pedirem, todas as diligências substanciais que, sem conhecimento do conselho, houverem sido realizadas antes de sua constituição ;
- 2º) inquirir as testemunhas que tiverem de depor, para cujo fim o defensor e o fiscal solicitarão providências para que elas compareçam ;
- 3º) a nomear e a citar peritos, se fôr necessário, para efetuar algum exame pericial ;
- 4º) a proceder o interrogatório do acusado presente, de acordo com as normas do processo em tempo de paz, que forem aplicáveis.

Durante o interrogatório do acusado, qualquer dos vogais do conselho, assim como o defensor e o fiscal, poderão fazer-lhe perguntas, por intermédio do presidente, sempre que este as julgar oportunas.

Art. 491. À medida que o acusado fôr dando as respostas serão elas sintetizadas e ditadas pelo presidente ao secretário, em voz alta e inteligível, admitindo observações a respeito formuladas, por qualquer das partes, antes de fixá-las definitivamente por escrito.

Art. 492. Escritas, as respostas serão lidas pelo secretário, que fará o declarante assinar o auto de interrogatório. Se ele não puder, não souber ou não quiser fazê-lo, isso deverá constar do auto findo o qual será encerrada a audiência.

Art. 493. O presidente inquirirá, verbalmente, as testemunhas de

acusação e de defesa, fazendo consignar por escrito apenas a parte da declaração que julgar conveniente e a que fôr indicada pelo fiscal ou pelo defensor do acusado.

Art. 494. Com a mesma brevidade se procederá com a redação do resultado das acareações, quando estas se tornarem necessárias, observando-se as disposições do respectivo capítulo ao determiná-las e executá-las. Quando lhe parecer conveniente, por intermédio do auditor, o presidente poderá interrogar o acusado ou as testemunhas e os acareados e ditar ao secretário o resumo das declarações.

Art. 495. Todas as referidas diligências constarão da mesma ata, umas em seguida às outras, na mesma ordem em que tiverem sido realizadas, devendo ser dada por terminada a prova testemunhal quando o presidente considerar suficiente a que houver sido produzida.

Art. 496. Quando se tornar necessária a prova pericial, os peritos ou o perito, conforme o caso, executarão o exame diante do conselho e demais funcionários presentes e emitirão, verbalmente, seu parecer, do qual ditarão, com precisão, ao secretário, a parte essencial de suas conclusões, que subscreverão. Em seguida se retirarão da audiência. Se houver necessidade de perícia fora do recinto do tribunal, o presidente lhes concederá um curto prazo para realizá-la, continuando, porém, as diligências do processo.

Art. 497. Encerradas definitivamente as diligências de prova, o presidente determinará que o secretário aponha à disposição do fiscal e do defensor, para que possam produzir a acusação e a defesa, fixando para esse fim um prazo comum improrrogável que não exceda de três horas, durante o qual será suspensa a sessão do conselho; com essa resolução será encerrada a ata das diligências de prova, que será assinada pelo presidente, pelo defensor e pelo secretário.

Art. 498. Tanto a acusação como a defesa serão orais e produzidas sem demora, em virtude do que, os encarregados de fazê-las poderão, durante a audiência, tomar notas

da prova, à medida que fôr sendo produzida. Terminado o prazo estipulado, o conselho se reunirá novamente, ouvirá a acusação e a defesa, depois do que será lavrada e assinada a ata correspondente, podendo as partes ditar ao secretário o essencial de sua argumentação, em forma de incisos separados.

Art. 499. O presidente, então, determinará a retirada da sala para formular os quesitos sobre o fato na forma do processo em tempo de paz.

Art. 500. Incontinenti, em sessão secreta, será feita a discussão dos quesitos propostos e a aplicação da pena ou a declaração de absolvição, conforme o caso, lavrando-se a respectiva sentença.

Art. 501. O prazo para interpor os recursos será de uma hora, e, expostos estes perante o conselho de guerra, serão outorgados, sendo o processo remetido à autoridade militar competente. Esta, ouvindo previamente o auditor, se dêle dispuser ou de um auditor *ad-hoc*, conforme o caso, deliberará sem outros trâmites, em caso de confirmação da sentença, que ela seja executada.

SECÇÃO II

JUIZO SUMARIO EM TEMPO DE PAZ

Art. 502. Os juízos sumários só funcionarão em tempo de paz quando fôr necessária a repressão imediata de um delito para manter o moral, a disciplina e o espírito militar das forças armadas e quando se tratar de delitos graves como traição, sublevação, motim, saques, vias de fato contra superiores, ataque à guarda e assassinato de sentinela.

Art. 503. O processo será o sumário do capítulo anterior e sua aplicação corresponderá, conforme os casos, ou aos conselhos de guerra permanentes ou aos especiais, de acordo com o disposto no inciso 3º do art. 45. Os recursos serão interpostos perante o Conselho Supremo.

Art. 504. No Conselho Supremo o processo do recurso será o mesmo estabelecido na secção anterior

no que diz respeito ao que se expõe com relação aos comandantes em chefes ou divisionários independentes.

SECÇÃO III

PROCESSO PERANTE OS COMISSÁRIOS DE POLÍCIA DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 505. Os comissários de polícia das forças armadas procederão, nos assuntos de sua competência, mediante requerimento dos interessados, por ordem superior ou ex-officio. O processo é verbal e pessoal.

Art. 506. Presentes, as partes farão a exposição e a petição, assim como alegarão em sua defesa o que julgarem necessário e produzirão a prova juntando documentos ou apresentando testemunhas hábeis a depor.

Art. 507. Ouvidas as partes, como está indicado, o comissário pronunciará a sentença, que será escrita na ata correspondente e publicada imediatamente.

De sua decisão não haverá recurso.

TRATADO TERCEIRO

Penalidades

LIVRO I

Infrações e penas em geral

TÍTULO I

Delitos e faltas

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 508. Constitui crime militar toda violação dos deveres mili-

tares que tenha pena estabelecida neste código e nas demais leis militares, que não esteja compreendida entre as faltas disciplinares; além dessas, todo fato punido pelos bandos que as autoridades militares competentes baixarem em tempo de guerra.

Art. 509. Constitui transgressão disciplinar toda violação dos deveres militares que a lei ou os regulamentos reprimam com alguma das sanções enumeradas no art. 549.

Art. 510. As disposições do Livro I do Código Penal serão aplicáveis aos delitos militares, enquanto o permitir sua natureza e não se opuserem às prescrições do presente código.

Art. 511. As disposições penais deste código serão, igualmente, aplicáveis aos delitos militares cometidos em território estrangeiro por indivíduos pertencentes às forças armadas da Nação.

Art. 512. Nos processos de jurisdição militar, os tribunais não aplicarão penas em forma condicional, salvo quando se tratar de delitos comuns cometidos por imperícia ou imprudência, em cujo caso será facultativo ao tribunal decretá-la ou não.

(Continua no próximo número)

MINISTÉRIO DA GUERRA

Cousas Práticas

ADQUIRIR LIVROS PELO
SERVIÇO DE REEMBOLSO
POSTAL DA SECÇÃO DE
PUBLICIDADE DE "A DE-
FESA NACIONAL"

Há certos livros que todo militar de carreira deve ter em suas estantes ou tê-los meditadamente lido.

Cultura militar e geral não se adquire em Seleções ou Revistas ; ainda não foram inventados os comprimidos de saber e de experiência.

Para conseguir base sólida é preciso ler e meditar muito. "A Defesa Nacional" está ao dispor dos camaradas para atender pedidos de quaisquer livros existentes em depósito em sua secção especial ou em outras livrarias da capital.

Serviço Rápido e Seguro

Caixa Postal 17 do Ministério da Guerra

DISTRITO FEDERAL

O S.E.S.I. e o S.E.N.A.I. que a indústria criou, sustenta e dirige, são instituições de que se orgulha muito legitimamente a cultura brasileira e apontam-nos o caminho de uma filosofia social.

Discurso pronunciado pelo Sr. PRUDENTE DE
MORAIS, neto, atual Diretor Executivo da
Superintendência da Moeda e do Crédito.

Está na tradição de fidalguia e cordialidade dos nossos homens da indústria, tradição que lhes oferece e nos assegura a inestimável vantagem de um tratamento peculiar, brasileiro, isto é, compreensivo e temperado, conciliatório e humano, aos problemas e às manifestações do espírito de sua classe — está nessa tradição de fidalguia e cordialidade a vossa atitude de hoje, emprestando este caráter afetuoso e festivo à despedida do colaborador ocasional que durante alguns meses compartilhou efetivamente de vossas preocupações.

Efetivamente, acentuo ; porque, em sentido mais amplo, vossas preocupações coincidem com as de quantos, votados à vida pública em qualquer dos seus setores, vivam, angustiadamente, a crise brasileira, que já foi dito ser uma crise de crescimento. É bem possível que esteja certo e não seja outra coisa. Mas, aceitando a tese, peço a vossa esclarecida atenção para uma circunstância, que bem pode constituir um dado complementar, essencial ao diagnóstico : as crises de crescimento, fenômeno biológico, resolvem-se espontaneamente no equilíbrio do organismo adulto, menos quando, entre os desequilíbrios que provoquem, venham a suscitar um desequilíbrio moral, que por vezes lhes prolonga e lhes agrava desmedidamente os efeitos, nas manifestações já então do 2º grau e incomparavelmente mais graves de uma autêntica, de uma indisfarçável crise de juízo.

A convicção, longamente sustentada na imprensa, que é o meu meio próprio, de sermos, antes, as vítimas desta segunda crise, em que se teria transformado e fixado a primeira, é, a um tempo, alarmante, e confortadora. Alarmante, porque, sem dúvida, o abalo provocado pelas crises morais e de juízo, é muito mais intenso e profundo ; enquanto perdure, privados do discernimento, não conseguimos distinguir o que nos convém e nos beneficia do que, pelo contrário, nos depaupera e deprime. Corremos todos os riscos da adolescência desassistida, em sua ânsia de aven-

tura sem freios morais, arrastada, não raro, a todos os vícios e a todos os crimes, que confunde com uma vitoriosa experiência da vida.

Mas, se é assim alarmante, por outro lado, a idéia é confortadora, porque nos permite admitir que lutamos não contra uma realidade hostil e insuperável, mas contra nós mesmos e nosso fantasma interior, uma luta que nos traz tôdas as aflições, tôdas as agonias, todos os sofrimentos e, afinal, todos os riscos de um pesadelo que o uso de entorpecentes e a nossa própria perturbação não permitem seja identificado como a criação desordenada do espírito, em seu processo de elaboração inconsciente. Quando um pesadelo assalta o indivíduo, às vészes ocorre ao paciente êste pensamento consolador: "Tudo isto é um pesadelo e não realidade; daqui a pouco eu vou acordar e começar novo dia de trabalho, vou tomar meu café, encontrar minha família e tudo estará direitinho, se Deus quiser". O pesadelo continua, mas há como que uma resistência maior, uma defesa contra os sofrimentos que nos inflige, defesa que se funda naquela breve, fugaz tomada de consciência, bastante para não nos deixar perder de vista a esperança de um próximo despertar que afugente os fantasmas, os monstros e os perigos.

Conseguiremos recuperar-nos e transpor em breve nossa crise de juízo? A Nação anseia por isso, e a todos nós confia um pouco das suas esperanças. A vós, homens da indústria, que vos situais no plano da ação e das realizações objetivas, cabe um papel relevante, no esforço comum para trazer o país a enfrentar corajosamente os seus problemas reais e seus dirigentes ao sentido das responsabilidades. Vossa contribuição para isso pode ser — e já tem sido — essencial, não apenas por ser o vosso interesse coincidente, no fundo, com o do desenvolvimento nacional, mas ainda porque, no abraçado de vosso espírito de classe, vem inserir-se um programa de ação social em que, com apoio no Estado, haveis precedido o Estado, excedendo-o, de muito, no campo da realização de uma política social. Com efeito, o S.E.S.I. e o S.E.N.A.I., que a indústria criou, sustenta e dirige, são instituições de que se orgulha muito legitimamente a cultura brasileira e apontam-nos o caminho de uma filosofia social que — diga-se em vosso louvor — conseguiu empolgar os líderes da indústria em todo o país.

Ao ser eu nomeado, pela honrosa confiança do Sr. Presidente da República, para o alto posto de Presidente do Conselho Nacional do S.E.S.I., onde me caberia o pesado encargo de suceder a dois industriais eminentes, que foram, também, dois grandes nomes da vida pública e cultural do Brasil — Roberto Simonsen e Armando de Arruda Pereira — era natural a vossa expectativa, como era compreensível a minha apreensão. O S.E.S.I. — posso dizê-lo agora — parecia-me, visto de fora, através dos comentários, um mistério insondável e eivado de suspeitas. Não foi sem grande hesitação que me animei a penetrar-lhe os umbrais, sem saber até que ponto iria a necessidade de tudo vasculhar e revolver, em atitude de combate, sôzinho, entre leões, que me observavam os gestos, desconfiados e ameaçadores.

Em poucos dias modificou-se, senão a vossa expectativa, ao menos minha apreensão. De minha parte, apraz-me dizê-lo, pela verificação de que, tal como nas obras de restauração de certas velhas igrejas, removidas umas camadas de tinta superficiais, a obra surgia, intacta, na pureza de suas linhas originárias. E era, realmente, um monumento de sabedoria e de patriotismo, uma surpreendente realização, da maior importância nacional. Não é a vós, industriais, que é preciso dizê-lo, mas é o meu depoimento, que me parece oportuno prestar, hoje, perante vós, nestes breves momentos de convívio.



Então, não teria havido, no S.E.S.I., nada que justificasse as críticas acerbas que lhe foram feitas? Se me é permitido falar com toda a franqueza, direi, simplesmente, que o S.E.S.I., em dado momento, se viu envolvido por uma onda que, em verdade, avassalava todo o Brasil. O S.E.S.I. a sofreu, foi sua vítima, uma vítima que não tinha condições para reagir.

De vossa parte, encontrei, porém, o maior empenho em colaborar no trabalho, que se impunha, de restaurar o conceito público que bem merece a instituição, acertando e corrigindo as falhas existentes, para que pudesse empreender vida nova, inteiramente dedicada à realização do seu vasto programa, preparando-a, por uma reforma interna, para o trabalho em profundidade que é o seu verdadeiro objetivo.

Nos postos de direção administrativa, nas funções normativas e de controle do Conselho Nacional, só encontrei homens animados do mesmo propósito de trabalho, sem medir esforços, pela realização de um ideal. Verifiquei, desde logo, que nada mais me competiria fazer, senão secundá-los e auxiliá-los em sua ação, facilitando-lhes a tarefa, pelo decidido apoio do representante permanente do Governo em sua organização administrativa. Para mencionar um só ato e uma só pessoa, destaco, por sua importância, a reforma do Departamento Nacional, realizada pelo seu ilustre Diretor, o Presidente Augusto Vianna, com o meu inteiro apoio e, de algum modo, a minha colaboração.

Seguindo esse caminho, Senhores, o S.E.S.I. atingirá, brevemente, em todo o país, a pujança e a eficiência que já alcançou em São Paulo, embora seja de admitir que a ação dos Departamentos varie de amplitude e sentido, conforme as condições regionais. Podem variar as soluções, desde que se conserve a unidade do espírito, aquele espírito a que chamais a "filosofia do S.E.S.I.", com tão justificado orgulho. É um espírito que conquista a quantos o vejam efetivamente em ação, inclusive o funcionalismo da Casa, dedicado e consciente, que participa com entusiasmo da grandiosa obra comum,

Não é preciso mais para que se perceba que em mim mesmo, a excelência dos propósitos e a vastidão do programa de ação social do S.E.S.I., conquistou um adepto dos mais sinceros. Por isso, ao agradecer, emocionado e do mais fundo do coração, a generosidade de vossas palavras e vossos sentimentos, interpretados por aquele, de entre vós, que mais de perto colaborou comigo e acompanhou minha atuação — o vosso ilustre Presidente e meu eminente amigo, Deputado Augusto Vianna — posso fazer aqui, muito sinceramente, uma declaração que sei vos será grato ouvir, em sua simplicidade :

Este almoço não é um almoço de despedida, porque depois de ter passado pela Presidência do Conselho Nacional do S.E.S.I., onde quer que eu esteja, não poderei mais deixar de ser um dos vossos, isto é, um sesiano convicto.

. .

"Ao sentimento cívico dos cidadãos corresponde, necessariamente, a preocupação pelas condições de vida da população. E a população brasileira, dotada em geral de tantas qualidades inatas vive ainda, como dantes, em condições de infra-existência, de que só poderá sair graças a um soerguimento econômico e social."

AUGUSTO VIANA, Presidente da C.N.I.

BRASILIANAS

● Minerais radioativos do Nordeste

A Serviço do Departamento Nacional da Produção Mineral, o Senhor Engenheiro Luciano Jacques de Moraes executou extenso levantamento geológico do Nordeste com o principal objetivo de verificar e medir as ocorrências de minerais radioativos. Concluiu aquele técnico do Ministério da Agricultura que a riqueza do subsolo da região, nesse importante setor mineralógico, supera as mais otimistas previsões. O Nordeste brasileiro, principalmente o Estado do Rio Grande do Norte, possui numerosíssimas jazidas desses minerais raros, cujas amostras, trazidas pelo Sr. Luciano de Moraes, estão sendo examinadas no Laboratório da Produção Mineral, a fim de determinar-se-lhes a radioatividade.

O Engenheiro Luciano Jacques de Moraes distribuiu os minerais radioativos do Nordeste em três categorias. Na primeira, reuniu, todos aqueles que contêm urânio, zircônio, samarskita, fergusonita, etc., da mais alta importância estratégica. Esses minerais abundam sobretudo na zona do Seridó, rica também em minérios de tungstênio, xelita e outras substâncias de grande valor econômico. Na segunda categoria, estão compreendidos os minerais de alto teor em tório, como as monazitas e a torianita. As monazitas já haviam sido descobertas nos municípios de São Rafael e Florânia (Rio Grande do Norte), mas o Eng. Jacques de Moraes localizou outras ocorrências de interesse na zona do Seridó.

Os minerais do grupo da alfanita — que contêm sério, e, eventualmente, outros metais raros — foram agrupados na terceira categoria. Ocorrem, segundo verificou aquele especialista do D.N.P.M., nos municípios de Santa Cruz, Co-

ronel Ezequiel e Angicos, todos do Rio Grande do Norte.

A mineração dos minerais radioativos do Nordeste deve, contudo, fundamentar-se na extração da tantalita, da columbita ou dos minérios de glucínio e lítio (amblygonita, berilo, espomudênio), para que tenham interesse econômico. Todos os demais minérios poderão ser minerados como subprodutos dos citados — exceto, naturalmente, a extração das areias monazíticas, de baixo custeio e alto valor.

● O quartzo na indústria brasileira

POSIÇÃO BRASILEIRA QUANTO À PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO

A fase áurea das vendas brasileiras de quartzo para o exterior ocorreu durante a última guerra, quanto as compras norte-americanas e inglesas, principalmente as primeiras, deram vassão a toda a nossa produção. Depois de exportarmos 747 toneladas em 1938 e 678 em 1939, ano do início da segunda guerra, passamos rapidamente a mais de 2.000 toneladas nos anos seguintes, para descer novamente após 1944 e chegarmos a cifras relativamente modestas nos dias que ocorrem.

A aplicação do quartzo durante a guerra fez-se principalmente nos detetores e osciladores de rádio e no radar. Há inúmeras e importantes aplicações daquele mineral no campo industrial, sendo que em alguns setores ele não tem sucedâneos.

O Brasil figura com maior destaque na produção mundial de cristal de rocha, cuja característica é a pequena porcentagem de quartzo em comparação com o seu volume total, segundo revela uma análise do "Monitor Mercantil". Muito quartzo leitoso ou francamente defeituoso tem de ser aproveitado até se reunir alguns quilos de produto

comerciável. As cifras de produção nacional de quartzo, de acordo com a análise daquela publicação, se confundem com as de exportação. O Ministério da Agricultura, por intermédio do seu Departamento Nacional de Produção Mineral, mantém uma Secção de Quartzo, que se encarrega de fiscalizar o serviço de classificação.

Revelando que o Brasil está exportando 70% do seu quartzo para a área do dólar e os restantes 30% para a da libra, "Monitor Mercantil" assinala que internamente o seu consumo é nulo. E isto não lhe parece razoável num país que se industrializa cada vez mais, procurando evitar a exportação de matérias-primas por meio de vendas de produtos já industrializados. A fiscalização desse produto está sendo feita por agentes dos países compradores, revelando este fato a pouca importância que o problema merece. Frisa que o Brasil é o único país do mundo que possui o quartzo piezo-elétrico, pelo menos em termos comerciais. Tem havido esforços dos países compradores para livrar-se desse monopólio, mas de balde. Nem mesmo as tentativas de quartzo artificial foram bem sucedidas. A perícia técnica dos norte-americanos obteve o quartzo sintético, mas o produto não apresentou as mesmas virtudes do natural, sendo assim mantida a hegemonia brasileira no mercado internacional do cristal de rocha.

Sendo uma matéria-prima escassa no mundo, sugere aquela publicação que se deve desenvolver a indústria de placas osciladoras, de lentes, etc. Assim, em vez de exportarmos os blocos de matéria-prima, comprando depois os produtos manufaturados, já mandaríamos tudo beneficiado, a preços mais compensadores, e não seríamos forçados a aquisições onerosas de placas, lentes, etc.

● Aproveitamento dos Batalhões Rodo-Ferrovários no combate à seca

Foi aprovado pelo Presidente Café Filho o plano de trabalho elabo-

orado pelo Departamento de Obras contra as Secas, para o corrente exercício e que visa dar prosseguimento aos trabalhos de construção de estradas e de ajuda, no Nordeste, agora com o aproveitamento, também, do concurso das Unidades Ferroviárias do Exército, recentemente criadas.

Dada a natureza dos serviços a executar, considerados urgentes e de interesse nacional, o Presidente da República autorizou a dispensa de concorrência para as aquisições necessárias às obras programadas, em grande parte localizadas em pontos distantes dos centros fornecedores de materiais do Nordeste. O Sr. Café Filho determinou também à Superintendência da Moeda e do Crédito a concessão de cobertura cambial no valor de setecentos mil dólares para importação, no estrangeiro, de materiais, equipamentos e viaturas necessárias à execução do programa de trabalho do DNOCS.

Serão aplicados recursos da ordem de Cr\$ 46.653.742,70, saldo do crédito especial aberto no ano passado, nos seguintes estados: Piauí (rodovias Canto — Buriti-Vereda Grande, Picos-Jaicós e açude de Cajazeiras); Ceará (açude Patos), Paraíba (estrada Estaca Zero-Taperoá e açudes Curimataú e Santo Antônio); Pernambuco (rodovias Buíque-Arcoverde e Exu-Entroncamento Araripina-Crato).

● Fabricação de automóveis e caminhões no Brasil

O Dr. Koenecke, Diretor Geral da "Daimler-Benz A.G.", fabricantes de automóveis e caminhões, disse esperar que a fábrica de sua companhia em São Paulo, comece a produção dentro de aproximadamente seis meses.

Pouco depois de sua chegada, Koenecke disse que a fábrica de São Paulo já está terminada, faltando apenas instalar-se a maquinaria antes de iniciar-se a produção. De acordo com os planos atuais, acrescentou, a produção será, inicialmente, de 500 a 600 caminhões e de 200 a 300 automóveis Mercedes-Benz, série 180, por mês.

A fábrica será a primeira de sua natureza no Brasil que fabricará inicialmente veículos motorizados.

“O Brasil tem todas as matérias-primas necessárias — disse — e essa companhia será a primeira a produzir automóveis completos no Brasil. Tivemos a valentia de iniciar a empresa e acreditamos no futuro.”

Koenecke passou duas semanas visitando a fábrica de São Paulo, e também esteve em Buenos Aires. Permanecerá em Nova York de oito a dez dias, visitando os representantes de sua companhia, seguindo depois para o Canadá com o mesmo propósito.

A Daimler-Benz projeta iniciar em breve a fabricação de tratores, caminhões e veículos a motores Diesel nos Estados Unidos.

Tem o Brasil exportado cada vez menos produtos

A quantidade de produtos exportados pelo Brasil vem caindo de maneira tão sensível, que nos dois primeiros meses do corrente ano chegou a representar 70% do que foi vendido ao exterior, em média mensal, no ano de 1948. Os preços e baixos que se têm verificado são bem indicadores das condições instáveis em que se encontra o nosso comércio, sendo que em 1949 a queda nas vendas de café é muito influenciada, naturalmente, pelo quadro de numerosos preços que a seguir transcrevemos, da revista “Conjuntura Econômica” (maio 1955), o leitor poderá notar que a quantidade de produtos exportados em 1949 correspondeu apenas a 90% da que foi exportada, em média, no ano anterior, o qual serviu de base para o cálculo desses índices. Em 1950, o preço do café tornou-se maior (78%), além de se vender menos algodão e outros produtos ditos “grãos”, começou a haver uma certa retração da produção de café. Em 1951, com a ligeira melhoria das vendas de café, logo o índice da quantidade de produtos subiu a 82% da média de 1948. Em 1952, quase nenhum algodão

vendido, dando em resultado chegar-se a 66%. No ano seguinte, 74%. Finalmente, em 1954, coube ao algodão animar este índice, já que as vendas de café registraram sua mais baixa média dos últimos dez anos, e, assim, atingiu-se o resultado de 83% da média de 1948.

Houve, evidentemente, algumas compensações no setor dos preços, graças às quais, como vimos na “documentação estatística” do suplemento passado, foi possível registrar, de 1950 a 1954, uma receita global de divisas avaliada nos seguintes totais: 1.347, 1.758, 1.409, 1.539 e 1.562 milhões de dólares. Esses preços estão, porém, em franca baixa. Talvez aconteça que os preços do cacau voltem a níveis elevados, devido ao insucesso da safra africana. Mas para os demais produtos, a começar pelo café, nada disso se deve esperar. Só nos restará, por consequência, aumentar o montante das quantidades vendidas no estrangeiro, a fim de se evitar que o ano comercial de 1955 e o de 1956 se cifrem numa receita cambial reduzida, quando exatamente são maiores os compromissos de pagamentos do Brasil e maior é a necessidade de divisas.

Atente-se para estes números-índices, que são uma advertência das mais sérias, feita aos responsáveis pela política comercial brasileira:

Números-índices das quantidades exportadas:

(Base: média mensal de 1948 = 100)

	Total da export.	Vendas de café
1948	100	100
1949	90	111
1950	78	85
1951	82	93
1952	66	90
1953	74	89
1954	83	62
1955 (jan. fev.) ..	69	54 (*)

(*) janeiro a abril.

● Grande criador de bovinos

O Brasil se inclui entre os cinco maiores criadores de gado bovino do mundo. Já por ocasião do Censo Agrícola de 1950, os nossos efetivos deviam ser superiores a 50 milhões de cabeças. Recentes estimativas elevam esse número a 57,6 milhões. Dois terços dessa riqueza pecuária se concentram nas Unidades do Leste e do Sul, cabendo ainda uma parcela considerável a Mato Grosso e Goiás, no Centro-Oeste.

Segundo as citadas estimativas, Minas Gerais, que em 1950 possuía 20% do rebanho bovino do país, contava em 1953 com 12,4 milhões de cabeças. Rio Grande do Sul e São Paulo aparecem com rebanhos da ordem dos 8 milhões de rês; Mato Grosso e Goiás, de 5 milhões. Dentre as mais, cabe destaque à Bahia, com 4 milhões. Unidades como o Ceará, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Piauí e Maranhão têm seus efetivos vacuns estimados em um milhão ou mais.

Cerca de 100 municípios possuem rebanhos bovinos superiores a 100 mil cabeças. Alguns deles são verdadeiros milionários da pecuária, com população vacuns acima de 200 mil e 300 mil rês. Maracani, na Bahia, Alegrete, no R.G. do Sul e Poconé, em Mato Grosso, têm seus efetivos calculados em mais de 400 mil cabeças. Nenhum, porém, pode comparar-se aos municípios mato-grossenses de Corumbá e Aquidauana, que sustentam dentro do seu território rebanhos de mais de um milhão de cabeças.

● Vitoriosa a luta por uma grande indústria nacional do alumínio

Quatro de junho de 1955 foi uma data marcante na história do alumínio brasileiro.

Nesse dia festivo, na cidade de Sorocaba, em São Paulo, o Presidente da República, acompanhado do Governador de São Paulo e altas autoridades civis e militares, a convite do Sr. José Ermínio de Moraes, inaugurava, solenemente, as

instalações metalúrgicas da Cia. Brasileira de Alumínio.

O início do funcionamento desse belo conjunto fabril vai possibilitar o aproveitamento racional das ricas jazidas de bauxita de Poços de Caldas, num ritmo de produção que alcançará, dentro de alguns meses, o montante considerável de 10.000 toneladas anuais de alumínio em barras e lingotes. O programa atual compreende as seguintes instalações: Fábrica de Óxido de Alumínio, para 80 toneladas; Fábrica de Eletrodos; Usina Metalúrgica, com 102 fornos eletrolíticos, tipo Soderberg-Montecatini, para produzir 30 toneladas diárias; Fundição e Fábrica de Ligas; Fábrica de Perfis e Tubos por Extrusão; Laminação; Trefilação e Fábrica de Condutores de Energia Elétrica; Fábrica de Artefatos; Oficina Mecânica de Manutenção; Fábrica de Ácido Sulfúrico e Sulfato de Alumínio; e a Central Hidrelétrica no Rio Juquiaçu.

PARA A AUTO-SUFICIÊNCIA

No plano nacional, as vantagens econômicas da construção dessa indústria de base serão surpreendentes. A produção, nos primeiros anos, de oitenta por cento de todo o alumínio consumido no país, será aumentada, progressivamente, até ser alcançada a auto-suficiência desse metal de tamanha importância na economia dos povos modernos. Será possível, destarte, uma economia imediata de divisas nunca inferior a Cr\$ 130 milhões anuais. Nossas importações, nos últimos anos foram as seguintes:

Importação de alumínio

Anos	Ton.	Cr\$ 1.000,00
1951 ...	15.012	187.690
1952 ...	10.159	145.537
1953 ...	10.796	131.916
1954 ...	15.932	185.170

Fonte: Comércio Internacional — boletim mensal — Banco do Brasil S.A.

VINTE ANOS DE ESTUDOS

A Usina Metalúrgica recém-inaugurada cristaliza 20 anos de estu-

dos e trabalhos perseverantes, e nela estão investidos cerca de 1 bilhão de cruzeiros, representados por pavilhões e máquinas adquiridas na Alemanha, Itália, Suécia, França, Inglaterra, Suíça e Dinamarca. Grandes dificuldades tiveram que ser vencidas para a realização dessa obra. Várias vezes foram modificados os projetos, e a guerra atrasou em muitos anos o término das instalações. Foram baldadas as tentativas para obtenção de prioridades, nos Estados Unidos, para fornecimento dos materiais necessários. Na Europa as dificuldades não eram menores, pois a Alemanha, detentora de técnica avançada, na fabricação de alumínio, estava com suas fábricas desmanteladas no pós-guerra.

Por fim, depois de planos rigorosamente estabelecidos e coletas de preços num e noutros países da Europa, ficou definitivamente assentada a questão da aquisição de toda a maquinaria. Em fins de 1948 a Cia. Brasileira de Alumínio solicitava as primeiras licenças de importação dos equipamentos, que deveriam ser fornecidos por diferentes países da Europa. Lembramos de que os pedidos de importação, pelo vulto em moeda estrangeira, causaram admiração. Recordamos, também, perfeitamente, de que alguém comentara que a Usina teria o mesmo destino da de Ouro Preto, que, naquele tempo, se achava subjugada e paralizada por força da interferência do truste de alumínio.

● Aumentou a produção nacional de aço, gusa e laminado em 1954

Dados oficiais revelam que em 1954 o país produziu 1.171.893 toneladas de aço em lingotes; 1.089.889 toneladas de gusa e 972.446 toneladas de laminado. O valor dos produtos foi, respectivamente, de Cr\$ 2.705.354.000,00, Cr\$ 1.930.730.000,00 e Cr\$ 5.244.019.000,00.

Em relação ao ano de 1953, o aumento registrado, foi o seguinte: aço, 155.594; gusa 209.824 (*); e laminado, 130.949 tonelada.

● Volta Redonda produz dólares

O navio "Lóide Canadá" que partiu para Nova Iorque, levou em seus porões um carregamento de quinhentas toneladas de naftaleno bruto produzido na Coqueria da Usina de Volta Redonda. Esta é a sétima vez que a Companhia Siderúrgica Nacional exporta naftaleno para os Estados Unidos, para a firma Crowley Tar Products Co. Inc., especializada na fabricação de plásticos. O valor dessa exportação é de 45 mil dólares, fato que merece destaque especial, porque significa mais uma forma de contribuição de Volta Redonda para a formação de reservas nos orçamentos cambiais do nosso país.

● Produção agrícola de 1954

VALOR EM 1954:	Cr\$ 1.000
Café	20.162.087
Arroz	14.568.200
Milho	13.182.697
Algodão	7.758.322
Feijão	6.701.129
Mandioca	5.962.579
Açúcar	5.182.163
Trigo	2.946.223
Batata ing.	2.081.403
Banana	2.015.445
Cacau	1.901.061
Caroço alg.	1.518.885
Fumo	1.115.385
Laranja	1.008.423
Uva	818.308
Batata doce	791.982
Tomate	735.861
Cebola	677.944
Côco	470.698
Amedoim	464.691
Mamona	391.006
Manga	314.312
Agave	274.016
Alfafa	253.033

(*) Retifica-se assim a estimativa publicada no número anterior.

Abacaxi	250.723
Alho	230.377
Soja	203.628
Tangerina	147.422
Abacate	134.553
Juta	120.393
Fava	118.228
Cevada	71.119
Pimenta	68.849
Limão	61.253
Pêssego	60.746
Centeio	47.700
Maçã	47.160
Figo	41.607
Pera	37.395
Marmelo	35.815
Aveia	31.854
Chá	19.999
Caqui	16.688
Tungue	11.177
Melão	10.177
Noz	2.548

● **Nossas fontes de água mineral**

Minas Gerais : Poços de Caldas, Caxambú, S. Lourenço, Baependi, Araxá, Lambari, Cambuquira, Patrocínio, etc.

São Paulo : Lindoia, Prata e Platina, S. Pedro, etc.

Bahia : Ipaicuru, Água Quente, Campo Formoso, Jacobina, Cipó, Mosquete, Morijoca, etc.

Distrito Federal : Águas Férreas, Santa Cruz, Sítio do Maduro (Meyer), Federal.

Espírito Santo : Benevente.

Goiás : Caldas Novas, S. Félix.

Maranhão : Gamboa, Carolina.

Mato Grosso : Frade, Palmeiras.

Pará : Monte Alegre.

Paraná : Ouro Fino, Castro, Campo Largo.

Pernambuco : Pajeú de Flores, Morteiros, Garanhuns.

Rio de Janeiro : Salutaris (Paraíba do Sul), Pati do Alferes, Pádua.

Rio Grande do Sul : Mel (Iraí), S. Gabriel, Gaúcha (Pelotas), Irati (S. Ângelo), Ijuí.

S. Catarina : Tubarão, Xapencó, Caldas da Imperatriz.

Rio Grande do Norte : Apodi, Seridó, Mossoró.

Piauí : Parnaguá.

Ceará : Pajé, Tamboril, S. Quitéria.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGÚ

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas, noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA — Vicente Amato Sobrinho — Matriz : São Paulo — Filial : Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

ALBERTO GUEDES DA SILVA — Fábrica de pratarias — Artefatos de jacarandá com aplicações em prata — Rua Professôra Ester de Melo, 78 — Benfica — Tel. 48-3156 — End. Teleg. "Praguedes" — Rio — Patente de Registro 108.446 — Importação — Exportação.

CASA SANTO ANTONIO — Cardoso, Matos & Cia. Ltda. — Rua Dr. Oliveira Botelho, 1700 — Tel. 5961 (Em frente à Estação da Maricá) — Neves — São Gonçalo — E. do Rio — Filial : Rua Conceição 183 — Niterói — Estado do Rio.

IMPORTADORA DE FERRAGENS S.A. — Caminhões e Ônibus "GMC", Automóveis "OPEL" — Peças e acessórios — ampla Oficina, Pôsto de Lavagem, na Filial do Rio de Janeiro — Rua São Luiz de Gonzaga, 527 — Distrito Federal.

BORUP & CIA. — Fábrica de Rôlhas Metálicas — Rua José Bonifácio, 694-708 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde Niterói, 1.364 — Telefone 48-6262 — Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO TUDAUTO S.A. "MERCEDES BENZ" — Av. Presidente Wilson, 210-7º And. — Rio de Janeiro.

CORRETOR DE FUNDOS PÚBLICOS — IRMAOS LIPS DA CRUZ — Rua da Candelária, 9-4º, S/401 a 403 — Telefone 23-1711 — Endereço Telegráfico "Gelips e Stock".

BANCO DO COMÉRCIO S.A. — O mais antigo da Praça do Rio de Janeiro — Fundado em 1875 — Rua do Ouvidor, 93-95 — Caixa Postal, 653 — End. Teleg. "Bancocio" — Telefone 43-8966.

CERVEJARIA MAURIN — Rua Barão Iguatemi, 405 — Tel. 28-2706 — Rio de Janeiro.

CHINDLER, ADLER & CIA. "CHEVROLET" — Filial de Copacabana : Automóveis, Acessórios e Oficinas — Av. Princesa Isabel, 88 — Telefones 37-3147 e 37-2135 — Rio de Janeiro.

EMPRESA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA. — Rua Araujo Pôrto Alegre, 70-8º Sala 806 — End. Teleg. "Ecil" — Telefones 42-9460 e 42-9649 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE TECIDOS CONFIANÇA — Rua Artidoro Costa, 67 — Telefone 38-4440 — Rio de Janeiro.

- CHAME IMPORTADORA COMERCIAL S.A.** — Rua da Alfândega, 325 — Telefone 23-3849 — Rio de Janeiro.
- MATHEIS TEXTEIS CIA.** — Rua Beneditinos, 17-2º And. — Telefone 43-2860 — Rio de Janeiro.
- S.A. TÉCNICA MURRAY DE ORGANIZAÇÃO E MECANIZAÇÃO** — Máquinas de Escrever — Somar — Calcular — Relógios de Ponto, etc. — Av. Erasmo Braga, 227-B — Telefone 32-4783.
- NEVACO — COMÉRCIO E INDÚSTRIA NEVA LTDA.** — Av. Rio Branco, 39-17º — Salas 1704/5/6/8 — Fones 23-1449 e 43-0031.
- S/A MOINHO SANTISTA INDÚSTRIAS GERAIS** — Rua Teófilo Ottoni, n. 15-5º and. — Rio de Janeiro.
- MESBLA S/A** — Rua do Passeio, 42 a 46 — Telefone 22-7720 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- MESBLA S/A** — Rua Visconde do Rio Branco, 521 — Telefone 7311 — Niterói — Estado do Rio de Janeiro.
- BANCO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS S/A** — A Chave da Segurança de sua Economia e da sua Renda — Fundado em 1924 — Rua 1º de Março, 15 — Telefone 23-2414 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- INTERAMERICANA DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S/A** — Av. Rio Branco, 81-4º and. — Telefone 23-5880 — Rio de Janeiro. São Paulo — Rua Álvares Penteado, 218-5º and.
- CASAS DAS CORTINAS LTDA.** — Rua Riachuelo, 23 a 25 — Telefone 42-7872 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- PLANURBA — PLANOS DE URBANISMO PLANUBA S/A** — Av. Almirante Barroso, 2-15º and. — Telefone 22-9511 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- CIA. IMOBILIÁRIA IMPERIAL S/A** — Av. Churchill, 129-11º and. S/1101 — Telefone 42-9256 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.
- COMPANHIA AUTOCARROCARIAS CERMAVA** — Fábrica — Rua Coronel Almeida, 53 — Piedade — Telefone 49-8068 — Av. N.S. de Fátima, 22-A — Rio de Janeiro — Telefone 22-5951.
- A EXPOSICAO MODAS S/A** — Escritório — Av. 13 de Maio, 23-2º and. — Telefone 32-6060 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA DOCAS DA BAHIA** — Av. Baira-Mar, 262-4º and. — Telefone 52-7022 — End. Teleg. : "DOCBA" — Rio de Janeiro.
- BANCO FRANCÊS E BRASILEIRO S/A** — Praça Pio X, 54-A — Telefone 52-2170 — Correspondente do Credit Lyonnais — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA UNIVERSAL DE FÓSFOROS** — Fósforos de Propaganda Brindes e Fantasia — Escritório — Av. Graça Aranha, 182-12º and. — Telefone 22-5111 — Rio de Janeiro.
- "HOOS" MÁQUINAS MOTORES LTDA.** — Av. Rio Branco, 25-16º and. — Telefone 43-3510 — Rio de Janeiro.

LOWNDES & SONS, LTDA. — Administradores de bens; Corretores de Imóveis e Seguros — Escritório — Av. Pres. Vargas, 290-1º and. — Telefone 43-0905 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA KOSMOS — Rua do Carmo, 27-A, Telefone: 52-8010 — Rio de Janeiro.

COLÉGIO ANGLO AMERICANO — Praia de Botafogo, 374 — Telefone: 26-1321 — Rio de Janeiro.

CASSIO MUNIZ S.A. — Rua Senador Dantas, 70 — Loja — Telefone: 52-7221 — RIO de Janeiro.

"E.T.E.C." — EMPRESA DE TERRAPLANAGEM ENGENHARIA — Av. Nilo Peçanha, 12-5º, S/526 — Rio de Janeiro.

BACOREP S.A. — Av. Rio Branco, 81-21º And. — Rio de Janeiro.

COMPANHIA DEODORO INDUSTRIAL — Av. Rio Branco, 26-7º And. — Rio de Janeiro.

"S.O.M.T." — SOCIEDADE COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE METAIS LTDA. — Av. Graça Aranha, 226-10º, S/1017 — Rio de Janeiro.

FRIGORÍFICO SANTO ANDRÉ "KLEMM LTDA." — Av. Higienópolis, 280 — Caixa Postal, 69 — Santo André — Estado de S. Paulo.

COMPANHIA QUÍMICA RHODIA BRASILEIRA — Rua Líbero Badaró, 119-6º And. — Caixa Postal, 1.329 — São Paulo.

EMPRESA AUTO-ÔNIBUS SANTO ANDRÉ S.A. — Rua Gertrudes de Lima, 219 a 227 — Santo André — Estado de São Paulo.

COMERCIAL E IMPORTADORA SÃO CAETANO DO SUL LTDA. — Peças e Acessórios para Automóveis — Rua João Pessoa, 116 — Caixa Postal, 92 — São Caetano do Sul — Estado de São Paulo.

"BRASIL" COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS — Sede: São Paulo — Sucursal no Rio de Janeiro — Av. Rio Branco, 4-3º And. — Caixa Postal, 1.266 — Distrito Federal.

SINDICATO DOS ESTIVADORES DO RIO DE JANEIRO — Rua Antônio Lage, 42-3º And. — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

2º OFÍCIO — TABELIAO Dr. EROS M. MELLO VIANA — Rua do Rosário, 138 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALFAIATARIA COLUMBIA — Aceita-se cortes à feito — Rua Miguel de Frias n. 48 — Tel.: 28-2741 — Ponte dos Marinheiros — Rio de Janeiro.

BUCYRUS-ERIE COMPANY — South Milwaukee-Wisconsin U.S.A. — W.F. HARCOURT-PALMER — Engenheiro Representante — Avenida Presidente Wilson, 198-7º, S/703 — Rio de Janeiro — Distrito Federal.

ALIANÇA DA BAHIA CAPITALIZAÇÃO S/A. — Capital Realizado Cr\$ 2.000.000,00 — Sede social — Bahia — Agência geral no Rio de Janeiro — Av. Pres. Vargas, 642 — Tel. : 52-2108.

E.G. FONTES & CIA. — Av. Nilo Peçanha, 12-9º, S/901 e 903 — Rio de Janeiro.

IPAMA IMPORTADORA PRODUTOS DE AÇOS, MADEIRAS LTDA. — Av. Franklin Roosevelt, 115 — Grupo 1101 — Tel. : 32-3335 — Material ferroviário — Madeiras e Esquadrias.

COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA" — Casemiras finas de pura lã — Fábrica : Rua Garibaldi, 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.

BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — Matriz : Avenida Rio Branco n. 39/41 — Tel. : 43-4885 — Filial : Avenida Nilo Peçanha n. 12 — Tel. : 52-6122 — Agências : Campo Grande — Av. Cezário de Melo n. 1.188-b — Tel. : CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas n. 43A — Tel. : MHS 1022 — Jacarepaguá : Av. Geremario Dantas n. 56 — Tel. : JPA 453 — Meyer : Rua Frederico Meyer n. 22 — Tel. : 29-7915 — Penha : Rua Custódio de Melo n. 81A — Tel. : 30-5311.

"ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA. — Escritório : Av. Almirante Barroso, 72-13º And. — Tel. : 22-9981 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Avenida Beira Mar, 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.

COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA — Rua Marquês de Sapucaí n. 200 e José Higino n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.

"MAGALHÃES SUCUPIRA & CIA. LTDA." — Tecidos, Fardamentos, Esportes e Campanha — Rua São Bento, n. 7 — Telefones 23-4016 e 23-6216 — Caixa Postal — 1966 — Rio de Janeiro.

"FERRAGENS SÃO PEDRO LTDA." — Importadores — Ferragens, Ferramentas, Tintas, Oficinas especializadas na execução de qualquer tipo de chaves e consertos de fechaduras "Yale", tipo "Yale" e para automóveis — Av. Presidente Vargas, 710 — Rio de Janeiro.

"USINA BARCELOS" — E. do Rio.

COMPANHIA AGRÍCOLA INDUSTRIAL MAGALHÃES — Praça Pio X, 98-7º — S-704 — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CAIXAS DE FERRO PARA ELETRICIDADE — H. MONKEN & CIA. LTDA. — Rua Bráulio Cordeiro, 563 — Rio de Janeiro.

CIA. HARKSON INDUSTRIAL E COMÉRCIO KIBON — Rua Visconde de Niterói, 1.364 — Rio de Janeiro.

CASA BALNEARIO — Laticínios, Cereais, Doces, Conservas, Massas, Biscoitos e Cereais finos — Rua Gerson Ferreira, n. 191-B — Ramos — Rio de Janeiro.

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos e Avisos de interêsse geral do Ministério da Guerra, publicados no mês de junho de 1955

DECRETO N. 37.406 — DE 31 DE MAIO DE 1955

Institui a "Medalha Marechal Hermes — Aplicação e Estudo" e dá outras providências

("DO" n. 125, de 1 Jun 55)

PORTARIA N. 375, DE 1 DE JUNHO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, e tendo em vista o que faculta o Art. 59 do Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 (Lei do Ensino), resolve aprovar a título precário, e até a revisão do Regulamento para a Escola de Saúde do Exército, os currículos dos Cursos de Formação de Oficiais Médicos, Farmacêuticos e Dentistas, elaborados por aquêl Estabelecimento.

("DO" n. 130, de 7 Jun 55).

PORTARIA N. 421, DE 10 DE JUNHO DE 1955

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, de acôrdo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, em seu Ofício n. 671-C, de 4 de junho de 1955, e tendo em vista o que faculta o art. 59 do Decreto-lei n. 4.130, (Lei do Ensino),

Resolve adotar, no que se refere ao Curso de Foto-Informação para Oficiais, previsto para funcionar na Escola de Instrução Especializada, as providências seguintes:

1 — Fixar:

a) duração: onze (11) semanas;

b) início: 13 de junho.

Revogar, em consequência, as Portarias n. 81, de 17 de maio de 1949, e n. 28, de 19 de janeiro de 1955, nos pontos que contrariam as medidas previstas no número anterior.

("DO" n. 132, de 10 Jun 55).

AVISO N. 440-D-1-D, EM 3 DE JUNHO DE 1955

Dispõe sobre denominações históricas para as Unidades e sobre patronos, símbolos e distintivos

Fica suspenso temporariamente, para todo o Exército, o encaminhamento de propostas que visem dotar as Unidades e Estabelecimentos militares, de designação histórica ou patriótica, bem como de emblemas e distintivos de braço.

2. O Estado-Maior do Exército realizará um estudo de conjunto, sob o ponto de vista da história militar das Unidades do Exército e proporá normas para a organização das propostas dos Comandos, Direções e Chefias interessadas, levando em conta os reflexos econômicos e disciplinares ligados a assunto, bem como os princípios de heráldica a serem observados.

("DO" n. 135, de 14 Jun 55).

AVISO N. 449, EM 8 DE JUNHO DE 1955

Certificado de quitação de Serviço Militar de Aspirante R-2 (Solução de Consulta)

1. Consulta o Exmo. Sr. General Cmt. da 6ª RM que documento de quitação do serviço

militar deve ser fornecido aos Aspirantes a Oficiais R-2, declarados anteriormente a 31 de dezembro de 1946, data em que foi aprovado o Regulamento para os Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

2. Como solução declaro que, de acordo com os pareceres do Estado-Maior do Exército e da Diretoria Geral do Serviço Militar, aos Aspirantes a Oficial da Reserva que terminaram o curso do CPOR antes de 31 de dezembro de 1946, desde que não tenham sido rebaixados à graduação de 2º Sargento, nem ascendido ao oficialato e não possuam certidão passada por aquele Estabelecimento, de que trata o Aviso n. 786, de 16 de agosto de 1939, devem ser concedidos os diplomas de que trata o art. 109 do Regulamento para os CPOR.

("DO" n. 135, de 14 Jun 55).

AVISO N. 458-D-1-D, EM 13 DE JUNHO DE 1955

Torno extensiva às Companhias de Guardas a pintura dos capacetes de fibra mandada adotar para o Balhão de Guardas, pela Portaria n. 879, de 28 de outubro de 1954.

("DO" n. 139, de 18 Jun 55).

AVISO N. 444, EM 17 DE JUNHO DE 1955

Define atribuições do Comandante do 1º Grupamento de Engenharia e delimita sua zona de trabalho

("DO" n. 145, de 25 Jun 55).

AVISO N. 472, EM 16 DE JUNHO DE 1955

Considerando :

— que a Biblioteca do Exército deve estar aparelhada, inclusive para atender as consultas sobre as publicações editadas pelos diferentes órgãos do Ministério da Guerra ;

— que esse órgão não dispõe de meios para adquirir ou colher pe-

las variedades das fontes tais publicações ;

Determino que todas as publicações editadas pelo Exército como sejam : regulamentos, almanaques manuais, divulgações periódicas e poligrafias encadernadas, de caráter ostensivo, sejam obrigatoriamente enviados dois exemplares à Biblioteca do Exército, dentro de sessenta dias, a contar da data da edição.

("DO" n. 146, de 27 Jun 55).

AVISO N. 463-D-1-C, EM 24 DE JUNHO DE 1955

Considerando que tem havido dúvidas quanto à interpretação dos arts. 6º e 8º das Normas Gerais para a promoção de graduados, aprovadas pela Portaria n. 333, de 17 de agosto de 1953, declaro, de acordo com o parecer do Estado-Maior do Exército :

a) Nas promoções de graduados, nos âmbitos respectivos, previstos no art. 2º das citadas Normas Gerais, as autoridades que têm a seu cargo a realização dessas promoções devem considerar, em primeiro lugar, o *interêsse do serviço* ;

b) Somente quando o *interêsse* particular se conciliar com o *interêsse* do serviço, poderá ser aplicado o disposto no art. 8º daquelas Normas, quanto à desistência da promoção por parte do interessado. O julgamento, sob esse aspecto, ficará inteiramente a critério da autoridade encarregada das promoções ;

c. O *interêsse* do serviço deverá ser considerado no âmbito geral e não no âmbito particular de Corpos de Tropa, Estabelecimentos ou Repartições, ainda a critério da autoridade competente, para a realização das promoções.

("DO" n. 148, de 30 Jun 55).



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

“A Defesa Nacional” agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de julho do corrente ano :

a) Do exterior :

- Argentina — Revista Militar.
- Bolívia — Revista Militar.
- Espanha — “Ejército” — Revista ilustrada de las armas y servicios.
 - “Revista de la oficialidad” (apêndice da Revista Ejército).
 - “Guion” (Revista de los mandos subalternos).
- França — Revue de Defense Nationale.
 - Revue Militaire d'Information.
 - Revue des Forces Aér. Franc.
- Itália — Rivista Militare.
- Portugal — Revista Militar.
 - Revista da Cavalaria.
- U.S.A. — Military Review.
 - Rev. Aérea Latino Americana.
- Venezuela — Revista de las Fuerzas Armadas.

b) Nacionais :

- “Conjuntura Econômica”, da Fund. Getúlio Vargas.
- “Comércio Internacional”, do Banco do Brasil.
- “Digesto Econômico”, da Assoc. Com. de S. Paulo.
- “Militia”, da Fôrça Pública do Est. de S. Paulo.
- “Itamaraty” — Bol. de Inf. do Min. das Rel. Ext.
- “Rev. Brasileira de Geografia”, do I.B.G.E.
- “Boletim de Informações”, da Conf. Nac. de Ind.
- “Rodovia” — Rev. Téc. de divulgação rodoviária.
- “Revista do Club Militar”.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea

PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra

Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

PREÇOS DAS ASSINATURAS PARA AS CLASSES ARMADAS

Ano.....	Cr\$ 100,00
Semestre.....	Cr\$ 50,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00

Obs. : O pagamento das assinaturas poderá ser efetuado em 4 prestações devendo a última prestação ser remetida no mês de novembro.

Aos Srs. Representantes

A Gerência da Revista solicita ao prezado representante :

- 1) Encaminhar oficialmente a revista para o assinante que fôr transferido e cujo conste da guia.
- 2) Comunicar via rádio a transferência de qualquer assinante, esclarecendo a Unidade, Repartição ou Estabelecimento para onde foi transferido.
- 3) Devolver-nos sem demora o recibo.
- 4) Fiscalizar os descontos dos assinantes e se possível a remessa ; agradecer uma comunicação via rádio para providenciarmos o recebimento ou reclamação se fôr o caso ; facilitaria o nosso contrôlê se se fizesse referência ao número da guia de remessa bem como o número da ordem de pagamento.
- 5) De seis em seis meses envia-nos uma relação completa dos assinantes da unidade, para uma verificação no fichário e evitar assim falhas ou enganos que redundam no prejuízo do assinante.
- 6) Para facilidade do serviço de contrôlê, os pagamentos devem ser efetuados rigorosamente de acôrdo com as normas estabelecidas na presente nota.
- 7) Mande, se possível com a maior urgência, nome da rua, número, bairro, cidade e caixa postal de sua unidade, estabelecimento ou repartição ; estes dados facilitam a repartição do correio a entrega com maior rapidez.

"A Defesa Nacional" ainda não conseguiu contar com o número de assinantes que seria de esperar não só da variedade como do valor instrutivo dos artigos que publica.

Esse fato é tanto mais inexplicável quanto existem nos quadros do Exército alguns milhares de oficiais que por ela deviam interessar-se como leitores e seus colaboradores.

A propósito, temos a satisfação de transcrever aqui o Aviso n. 99, de 22-I-947, no qual o Exmo. Sr. Gen. Canrobert Pereira da Costa, fêz uma expressiva recomendação dêste mensário à todo o Exército.

AVISO N. 99, DE 21-I-947

Tendo em vista que "A Defesa Nacional" vem cooperando, ininterruptamente, há 34 anos, na obra de aperfeiçoamento, ampliação e divulgação de conhecimentos técnico-profissionais e de cultura geral, úteis à formação intelectual dos militares, e que suas colunas abertas à colaboração de todos devem refletir o amor ao estudo e o grau de capacidade profissional dos quadros do Exército, apraz-me recomendá-la à atenção e interesse de todos os oficiais, quer intelectualmente nela colaborando, quer materialmente, fazendo-se seus assinantes.

Esta sugestão deve ser transcrita nos boletins internos de todos os escalões do comando e da administração do Exército.

(a) Gen. Canrobert P. da Costa.